



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 50

II Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 11 de Fevereiro de 2010

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Sr. Deputado Mark Marques)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 10 minutos.

Após a leitura da correspondência, passou-se ao período destinado a emissão de votos, tendo entrado na Mesa os seguintes:

- Voto de Congratulação à Escola Básica e Secundária de Santa Maria: Vencedora no Concurso Rock in Rio Escola Solar, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sobre este voto usaram da palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*), que fez a sua apresentação, e o Sr. Deputado Cláudio Almeida (*PSD*), tendo sido aprovado por unanimidade.

- Voto de Protesto sobre a extensão do Cabo de Fibra Óptica às Ilhas das Flores e do Corvo, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Em relação a este voto usaram da palavra o Sr. Deputado António Gonçalves (*PSD*), que fez a sua apresentação, e os Srs. Deputados Herberto Rosa (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação, o mesmo foi rejeitado por maioria.

- Voto de Protesto sobre os atrasos dos apoios comunitários à agricultura, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto feita pelo Sr. Deputado António Ventura (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Moreira (*PS*), Luís Silveira (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Submetido à votação, o voto de protesto foi rejeitado por maioria.

Proferiram intervenções de interesse político relevante os Srs. Deputados Piedade Lalanda (*PS*), João Costa (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Duarte Freitas (*PSD*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Mark Marques (*PSD*), bem como a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*), e os Srs. Secretários Regionais da Saúde (*Miguel Correira*) e Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

Agenda da Reunião:

1º - Continuação do debate sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2009 – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Na continuação do debate sobre este diploma usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*), Pedro Gomes (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

2º - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009 – “Primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de Agosto (estabelece o regime jurídico de actividades sujeitas a licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores)”.

Após a apresentação feita pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), intervieram no debate os Srs. Deputados António Toste (*PS*), Aníbal Pires (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), António Ventura (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Berto Messias (*PS*) e Pedro Gomes (*PSD*).

Posto à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

3º - Petição nº 425/2009 – “Apreciação e alteração dos Decretos-Lei nºs 254/76 e 647/76 – exposição e venda de objectos e meios de conteúdo pornográfico e obsceno, 1º subscritor Renato Andrade Moniz.

Seguidamente à leitura do relatório, feita pelo Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), proferiram intervenções a Sra. Deputada Piedade Lalanda (*PS*) e o Sr. Deputado Abel Moreira (*CDS/PP*).

4º - Projecto de Resolução nº 2/2010 – “Recomenda ao Governo que desenvolva as diligências necessárias junto da ANA Aeroportos, S.A., e respectiva tutela para que tomem medidas no sentido da redinamização e reforço da competitividade do Aeroporto de Santa Maria”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Moreira (*PS*), Mário Moniz (*BE*), Pedro Gomes (*PSD*), Pedro Medina (*CDS/PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Posto à votação, o Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

5º - Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 2/2010 – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 19/2007/A, de 23 de Julho, que aprova o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER)”.

Após a apresentação feita pelo Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*), intervieram no debate os Srs. Deputados, Jorge Macedo (*PSD*), Catarina Furtado (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O diploma foi aprovado, na generalidade, por maioria.

O debate e votação na especialidade passou para o dia seguinte.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 43 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, boa tarde.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares para podermos proceder à chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário da mesa para proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Helder Guerreiro Marques da **Silva**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José de Sousa **Rego**

Lizuarte Manuel **Machado**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Maria da **Graça** Lopes **Teixeira**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**
Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

António Maria Silva **Gonçalves**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Carla Patricia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**
Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**
Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro **Moniz**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Presidente: Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência.

Secretário (*José Ávila*): Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução – “Recomenda à Assembleia da República a reapreciação da proposta de alteração da Lei Orgânica 1/2007, de 19 de Fevereiro, que aprovou a Lei de Finanças das Regiões Autónomas e revogou a Lei 13/98, de 24 de Fevereiro”.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Presidência do Conselho de Ministros o Projecto de Decreto-Lei que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 81/2008, de 16 de Maio, que estabelece o enquadramento nacional dos apoios a conceder ao sector da pesca, no âmbito do Programa Operacional Pesca, designado por PROMAR”.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*José Ávila*): Projecto de Resolução – “Recomenda à Assembleia da República a reapreciação da proposta de alteração da Lei Orgânica 1/2007, de 19 de Fevereiro, que aprovou a Lei de Finanças das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira”.

Presidente: Terminada a leitura da correspondência vamos entrar no Período de Tratamento do Assuntos Políticos.

Deram entrada na mesa três votos, um de congratulação e dois de protesto. Vamos começar pelo Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

“Voto de Congratulação

Escola Básica e Secundária de Santa Maria: Vencedora no Concurso Rock in Rio Escola Solar

Integrado no âmbito da Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e no Ano Europeu da Criatividade e da Inovação, que decorreu em 2009, bem como nos objectivos do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, a ter lugar no presente ano, a organização do Festival *Rock in Rio*, através dos projectos de carácter social desenvolvidos pela mesma, lançou o concurso “*Rock in Rio Escola Solar*”, com o objectivo de estimular a criatividade, a inovação e as boas práticas em matéria de desenvolvimento sustentável através da participação das escolas portuguesas na concepção e execução de projectos de cariz social e ambiental nas comunidades locais em que se inserem.

A 20 de Janeiro do presente ano, foram anunciados os resultados do concurso, tendo sido premiados 20 dos 291 projectos apresentados a concurso por parte de escolas portuguesas.

De entre os vencedores (um por Distrito e por Região Autónoma) verifica-se que a Escola Básica e Secundária de Santa Maria foi a vencedora dos Açores.

A candidatura da EBS de Santa Maria intitulou-se “*Santa Maria – Ilha do Sol*”, incidindo sobre a IPSS Recolhimento de Santa Maria Madalena, que também colaborou no Projecto, em conjunto com a Ecoteca de Santa Maria e a Arena.

No projecto foram definidos três grandes objectivos:

1. Redução de emissões de CO₂ da IPSS Recolhimento de Santa Maria Madalena;
2. Sensibilização Ambiental (com o apoio da Ecoteca de Santa Maria);
3. Apoio Social à IPSS.

De entre as 12 medidas concretas propostas pela Escola, destacam-se algumas:

- Instalação na IPSS de um Sistema de Microgeração Fotovoltaico de 3,68 kW para venda de energia à Rede, inserido no programa “*Renovaveis na Hora*” da Arena, revertendo o rendimento da venda de Energia exclusivamente para a Instituição (e que se encontra já em desenvolvimento pela mesma);
- Troca a custo zero, de todas as lâmpadas incandescentes da IPSS, por lâmpadas eficientes, no âmbito do programa “ECO-IPSS” da Arena;
- Produção de um vídeo de Boas Práticas Ambientais;
- Construção e Manutenção de um site alusivo à eficiência energética, em colaboração com a Ecoteca de Santa Maria;
- Envio de Newsletters Mensais para toda a comunidade, entre muitas outras.

O prémio a ser entregue à EBS de Santa Maria, para além de 50 bilhetes e t-shirts do Festival Rock in Rio, contempla um sistema fotovoltaico de até 3,68 kW e um sistema solar de produção de águas quentes sanitárias por meio de colectores solares planos invertidos.

Considera o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que a simples participação a um concurso nacional vocacionado para as questões da sustentabilidade, eficiência energética e com um cariz social, não só da EBS de Santa Maria, como de todas as outras escolas da Região que apresentaram candidaturas no âmbito do Concurso *Rock in Rio Escola Solar*, representa por si só um sinal positivo, pelo facto de ser indicativo de uma maior consciência ambiental por parte de toda a comunidade escolar, bem como o incremento da preocupação das mesmas para as questões sociais e de solidariedade.

A atribuição de um prémio aos alunos do 8º ano da EBS Santa Maria, constitui, sem sombra de dúvida, um estímulo para que continuem a utilizar boas práticas em termos ambientais e sociais, o que se considera ser determinante para uma sociedade mais justa, equitativa, sustentável e participativa.

Assim sendo, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação à Escola Básica Integrada de Santa Maria pela atribuição de um prémio no âmbito do Projecto *Rock in Rio Escola Solar* e que desse voto seja dado conhecimento aos órgãos directivos

da Escola e respectivos coordenadores do projecto, bem como à IPSS Recolhimento de Santa Maria Madalena, Ecoteca de Santa Maria e Arena, já que todos eles contribuíram para o sucesso do projecto.

Sala das Sessões, Horta, 11 de Fevereiro de 2010

Os Deputados Regionais do Partido Socialista, *Hélder Silva, Bárbara Chaves, Duarte Moreira e Catarina Furtado*”.

Presidente: Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto hoje, cada vez mais, as questões ambientais estão inseridas e incutidas nos jovens da nossa sociedade.

O PSD associa-se a este voto apresentado pelo PS, pois trata-se de uma boa iniciativa por parte das entidades organizadoras, mas mais do que tudo trata-se de fomentar e sensibilizar os jovens, junto da nossa sociedade e das nossas escolas, para as questões ambientais. O que é necessário hoje é cada vez mais a sensibilização para as questões ambientais, contra as emissões de CO₂, para as questões da eficiência energética e as energias renováveis.

Temos todos de apelar na nossa sociedade, se queremos um mundo mais verde, um mundo mais limpo e foi precisamente isso que a Escola de Santa Maria fez e teve sucesso em apresentar este projecto junto das entidades que o promoveram e, para nós e para todo os Açores, é uma mais valia uma escola nossa ter ganho com a apresentação de um projecto desta natureza.

Por isso fica aqui também o voto de congratulação do PSD e alia-se ao voto apresentado pelo Partido Socialista.

Presidente: Parecendo não haver mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Congratulação, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para um Voto de Protesto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, relacionado com a extensão do cabo de fibra óptica às Flores e ao Corvo.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Maria Gonçalves.

Deputado António Gonçalves (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“Voto de Protesto

Em Fevereiro de 1998, o Presidente do Governo Regional afirmava que o seu governo havia solicitado um estudo sobre os custos da ligação do cabo de fibra óptica às Flores e ao Corvo.

Em Agosto de 2008, em visita oficial do Governo Regional à Ilha das Flores, o então Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, e hoje Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, prometia aos florentinos que "a conclusão do anel de fibra óptica, junto à ilha das Flores e Corvo ficará concluído na próxima legislatura".

Em 15 de Abril de 2009, o mesmo Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, em reunião da Comissão de Política Geral afirmou que o Governo Regional aguardava o "resultado do concurso público promovido pela Portugal Telecom, cujo processo se encontra em fase de análise de propostas".

Em Novembro de 2009, na reunião do Governo Regional com o Conselho de Ilha das Flores, o Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos afirmou que "o Governo está a efectuar diligências junto da Portugal Telecom, que está a analisar as propostas das empresas concorrentes. O Governo está atento. O cabo de fibra óptica vai chegar às Flores nesta legislatura".

Em 30 de Janeiro de 2010, o Presidente Executivo da Portugal Telecom desmente aquele membro do Governo Regional, afirmando que a PT é apenas consultora no processo de extensão do cabo de fibra óptica às Flores e Corvo.

Estas declarações do Presidente Executivo da Portugal Telecom demonstram bem as contradições do discurso do Governo Regional, que penalizam fortemente uma parcela da população açoriana.

Passados doze anos, os Florentinos e os Corvinos continuam à espera e os Açorianos já não sabem quando é que o anel de fibra chegará às Flores e Corvo.

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo e do Regimento, propõem o seguinte:

1. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta veementemente pelo incompreensível atraso no processo de extensão do anel de fibra óptica às Flores e Corvo e pela ausência dum completo esclarecimento público por parte do Governo Regional dos Açores quanto a este processo, eivado de contradições e de declarações que o tempo se encarregou de desmentir.

2. Que do presente voto seja dado conhecimento ao Governo da República e ao Governo Regional dos Açores.

Horta e Sala das Sessões, 9 de Fevereiro de 2010.

Os Deputados, António Marinho, António Gonçalves, Clélio Meneses e Jorge Macedo”.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições, sendo certo que o Governo Regional não pode intervir nesta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(*) Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando julgamos que nada mais nos poderá surpreender, o PSD consegue superar-se ao trazer este voto de protesto, porque o PSD consegue algo inimaginável. O PSD consegue sempre descobrir aquilo que mais ninguém descobre.

O PSD, por exemplo, descobriu que os florentinos e corvinos esperam há doze anos pelo cabo de fibra óptica, e por que não há 15? E por que não desde o tempo em que uma senhora de nome Berta Cabral, ao contratualizar o anel de cabo de

fibra óptica para os Açores, esqueceu-se deliberadamente das ilhas do Grupo Ocidental.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): A verdade é essa!

O Orador: Srs. Deputados, não é só importante conhecermos o problema, também é importante e fundamental conhecermos a génese do problema e a génese do problema da extensão do cabo de fibra óptica às Flores e ao Corvo está no PSD e está naquela que neste momento é a líder do PSD, a Dra. Berta Cabral, então Secretária Regional.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Depois, Sras. e Srs. Deputados, há mais imprecisões e há uma característica do PSD, essa então já não nos surpreende, que é tentar cavalgar ...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): O cabo de fibra óptica chega ou não chega?

O Orador: ... a oportunidade, tentar colocar-se junto da meta para na última hora dar um saltinho e dizer que é que ganhou a corrida, por um lado e, por outro, raramente percebe o que é que se passa.

Deputado António Gonçalves (*PSD*): Os senhores já estão há 12 anos!

O Orador: Aliás, o PSD tem uma certa tendência para naufrágio, Sr. Deputado Jorge Macedo, porque o que acontece é o seguinte:

O Presidente Executivo da Portugal Telecom desmentiu o Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos? Não é verdade e o Sr. Deputado tem é uma dificuldade em perceber algumas coisas como, por exemplo, que a PT é uma “*holding*”, que a PT é associada de uma empresa, essa sim, que operacionaliza estas coisas em termos de concurso, chamada Viatel, que tem ganho os concursos, que ganhou o concurso para a Madeira, ganhou concursos no centro do País, que é, neste momento, uma empresa do Grupo Visabeira, que é a empresa operacional que está a concorrer.

Resumindo e para esclarecer, quero dizer que a extensão do cabo de fibra óptica às ilhas das Flores e do Corvo, devia ter sido integrada no pacote do anel de cabo de

fibra óptica aos Açores. Não é um projecto fácil, porque não é barato, e obviamente teve que ser devidamente negociado. Foi negociado e muito bem negociado pelo Governo Regional.

Está de parabéns o Governo Regional, porque conseguiu que, através do concurso das redes de nova geração, promovido pelo Governo Regional, ...

Presidente: Agradecia que abreviasse, Sr. Deputado.

O Orador: ... e financiado integralmente pelo Governo da República, os Açores vão estar totalmente cobertos, e quando digo totalmente digo também Flores e Corvo, pelo anel de fibra óptica dentro dos prazos que estão previstos e sem custos para a Região.

Como já foi dito, o concurso será lançado, o processo desenvolver-se-á este ano de 2010 e a cobertura das Ilhas das Flores e do Corvo, como já foi anunciado, estará concluída até ao final desta legislatura.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Diga lá quais os termos da negociação!

O Orador: Este é o compromisso que o Governo assumiu e é isto que vai acontecer.

Para terminar, devo dizer que o Partido Socialista tem a seu favor este crédito, porque foi o PS que levou a televisão digital e as redes móveis para as Flores, e é o PS que vai levar a rede digital terrestre para as Flores.

Portanto, como sempre, o PSD, que esteve na origem do problema, vai ser o PS a encontrar a solução e por isso vamos votar contra

Muito obrigado.

Deputado António Gonçalves (PSD): 12 anos!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(* Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Grupo Parlamentar do PSD por este voto, ao qual nos associaremos por razões óbvias.

Estive presente no Inovacion Day na semana passada, em Ponta Delgada, e ouvi o Sr. Presidente Executivo da Portugal Telecom falar na possibilidade de, num futuro próximo, podermos baixar um filme da internet nuns impressionantes 8 a 10 segundos.

Há duas ilhas nesta Região onde, só com muita sorte, em menos de 6 horas, neste momento, é que se consegue fazer isso, o que é extraordinário e fala por si só.

No nosso entender, é lamentável que o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos se desdobre em declarações públicas a tentar resumir a defesa do desígnio da fibra óptica ao Governo Regional e ao Partido Socialista, quando nesta casa todos nos vinculamos em sequência de um Projecto de Resolução do CDS/PP à volta desse desígnio. É extraordinário e não é intelectualmente honesto!

Extraordinário também é que na semana passada, em Ponta Delgada, na sequência duma declaração, os senhores tenham emitido um comunicado em que diziam querer desmentir os cépticos e desconhecedores e que falam em incongruências.

Ora, muito bem, Sras. e Srs. Deputados, as incongruências estão aqui nas declarações do Sr. Presidente Executivo da Portugal Telecom e nas declarações do Sr. Secretário Regional que falam em confiança fundada de que a instalação dos equipamentos seria consumada até final de 2010. Será?

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): O senhor não percebeu as declarações!

O Orador: O senhor dava garantias.

Eu sei que o Sr. Secretário não me pode responder formalmente, mas eu gostaria de saber se as garantias se mantêm de pé.

Sr. Secretário, o cepticismo é perfeitamente assumido e resulta de mais de uma década de espera e de frustração que os senhores não tiveram a capacidade de resolver.

Eu acho perfeitamente extraordinário também que o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa tenha vindo a esta casa hoje atirar o exclusivo da responsabilidade para cima de quem não governa esta Região há mais de 14 anos. É extraordinário! Não me parece também intelectualmente honesto.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Há responsabilidades repartidas e cada um que assuma as suas.

O desconhecimento, Sr. Secretário, resulta de todas as contradições deste processo. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é, de facto, uma questão em que o Governo Regional tem responsabilidades e tem desde logo responsabilidade, porque não cumpriu o seu programa eleitoral.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): É falso!

O Orador: Não é falso, Sr. Secretário, é verdade. Não me diga que é falso, porque eu vou buscar o programa eleitoral do Partido Socialista de 2004 e esse compromisso está lá e sabem que não o cumpriram.

Para mim o mais importante é que o problema se resolva e essa retórica de atribuir responsabilidades, como dizia o Sr. Deputado Paulo Rosa, a quem não governa há 14 anos, é uma retórica gasta. Os senhores sabem quem é que tinha essa técnica parlamentar? Era o Salazar que falava sempre nos governos da 1ª República quando governava há 40 anos esta Região.

É absolutamente inaceitável que se utilize alguém que governa há mais de uma década, que tem tido capacidade orçamental para resolver este problema, que venha atribuir responsabilidades aos outros. Os senhores é que têm a responsabilidade de resolver este problema.

Eu estive também presente nesta organização e o que disse o Presidente Executivo da Portugal Telecom foi que nós temos uma empresa, a qual eles só reconhecem uma ligação de assessoria. Foi isso que foi dito e que existia uma empresa especializada em investimentos de risco que estaria a preparar-se para apresentar um projecto nesta área. Isto é muito claro.

Esta é uma questão essencial para o desenvolvimento das Ilhas do Grupo Ocidental.

Portanto, eu irei atribuir-vos enormes responsabilidades se esta questão não estiver resolvida até ao final da legislatura. Esta questão tem de estar resolvida até final da legislatura e não venham com desculpas dizer que a culpa foi da Portugal Telecom ou da empresa que estava subcontratada que depois não o fez .

O Sr. Deputado Herberto Rosa não venha aqui fazer outra vez o discurso da amnésia, não venha aqui repetir esse tipo de discurso, porque isso é inaceitável.

A responsabilidade que eu vos exijo é que até ao final desta legislatura, conforme consta do vosso programa eleitoral e do Programa do Governo, o cabo de fibra óptica chegue ao Grupo Ocidental.

Em relação a esta questão, os senhores não têm mais desculpas, não têm mais tempo, porque já nos fizeram perder muito tempo nesta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão que é objecto do voto de protesto do PSD, gostaria de lembrar que, relativamente a esta questão, o PCP nesta câmara teve sempre um papel de grande protagonismo na reivindicação da ligação do anel de fibra óptica fosse estendido às ilhas do Grupo Ocidental, às Flores e ao Corvo.

Aliás, numa das minhas primeiras intervenções nesta câmara, a propósito do programa do Governo, questioneei o Governo exactamente sobre esta questão, mas gostaria de dizer o seguinte:

O facto das Flores e o Corvo ainda estarem fora da rede do anel do cabo de fibra óptica tem, efectivamente, vários responsáveis.

Sendo esta uma questão que é fundamental que seja resolvida, a forma como aqui foi trazida pelo PSD, sob a forma de voto de protesto, não vai merecer o apoio do PCP.

Pela a importância que esta questão tem, julgo que ela devia ter sido tratada com outra figura regimental que não o voto de protesto.

Assim sendo, o PCP vai abster-se.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Protesto, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentarem.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Protesto foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Temos mais um Voto de Protesto em ralação aos apoios comunitários à agricultura, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura para apresentar o voto.

Deputado António Ventura (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“Voto de Protesto

Os Apoios Comunitários que recebem os Agricultores Açorianos são uma parte significativa do rendimento da exploração agrícola.

No ano transacto, o Governo Regional assegurou, nesta Assembleia, que os pagamentos dos Apoios Comunitários aos Agricultores não sofreriam mais atrasos relativamente ao período estabelecido pela Comissão Europeia.

No entanto, a realidade continua a ser outra. Ou seja, a história repete-se e os atrasos sucedem-se, quebrando as expectativas dos Agricultores.

Com efeito, muitos Agricultores Açorianos ainda não receberam determinados Apoios Comunitários relativos à campanha 2008/09.

Também muitos Agricultores ainda não receberam qualquer apoio relativo à campanha 2009/10.

Tal situação implica grandes dificuldades na vida dos Agricultores, designadamente na gestão e no planeamento da exploração agrícola.

Em especial, esta situação tem graves consequências no cumprimento dos compromissos financeiros dos Agricultores, como sejam o pagamento das rendas

agrícolas, dos factores de produção ou dos diversos acordos financeiros com as Instituições de Crédito.

A verdade é que os Agricultores esperaram, voltaram a esperar e continuam à espera e ninguém os informa do momento em que estes apoios serão regularizados. Além do mais, continua a demorar a informação explicativa dos montantes recebidos, não sendo perceptível ao Agricultor. O texto assemelha-se a um telegrama codificado.

Confrontados com estas dificuldades, os Agricultores sentem-se, negativamente, afectados na previsibilidade, na competitividade e na sustentabilidade da sua actividade.

Estas circunstâncias têm contribuído para elevar a desmotivação e a insegurança dos Agricultores sobre a actividade agrícola, principalmente de Jovens Agricultores.

Neste sentido, são cada vez mais os Agricultores a quererem sair desta actividade.

Nestes termos, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõem o seguinte voto de protesto:

1. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu protesto por atrasos nos pagamentos de Apoios Comunitários aos Agricultores na Região Autónoma dos Açores no período comunitário estabelecido, na qual têm responsabilidade o Governo Regional e o Governo da República.

2. Deste voto de protesto deve ser dado conhecimento ao Governo Regional e ao Governo da República.

Horta, Sala das Sessões, 11 de Fevereiro de 2010

Os Deputados, *António Marinho, António Ventura, Mark Marques, Clélio Meneses, António Maria Gonçalves e Cláudio Lopes*”

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(* **Deputado Duarte Moreira (PS)**): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos pôr ordem na casa, porque o PSD tem vindo recorrentemente a apresentar os atrasos dos subsídios numa forma demagógica. Se quiser pode ter acesso aos mesmos dados dos pagamentos que nós temos.

O PS tem demonstrado ao longo dos tempos a sua preocupação em aumentar e melhorar o rendimento dos agricultores e como prova disso basta ver o nível de apoios que têm vindo sucessivamente a aumentar durante os governos do PS e, para não irmos muito longe, desde que entrou em vigor o último Quadro Comunitário, através do PRORURAL e também do POSEI, basta ver as verbas que estavam afectas anteriormente e as que estão afectas actualmente.

Só para termos aqui uma noção dos valores, podemos dizer que, por exemplo, na campanha 2002/2003, ao nível das ajudas vegetais e animais foram pagos nessa altura, até 30 de Junho de 2003, 24.766 mil euros.

Saltando aqui alguns anos, para o primeiro ano de pagamentos relativos ao POSEI, com candidatura feita em 2007, com pagamentos efectuados em 2007/2008, até 30 de Junho de 2008 foram pagos nas mesmas ajudas, animais e vegetais, 56.426.638 euros e, portanto, só para servir de referência, nesses dois anos duplicámos esse valor.

Também para servir de referência, em termos de expectativa e em termos daquilo que está nos envelopes financeiros, relativamente à campanha de 2010 que, como sabem vai ser uma campanha em que os prémios aos produtores de leite vão ser integrados no envelope do POSEI num valor de 18.862 mil euros, mas teremos um montante total de 70 milhões de euros, quando comparado com o ano de 2005 que foram cerca de 34,6 milhões de euros.

Isto demonstra a preocupação que o Governo Regional e o PS têm tido com o rendimento dos agricultores.

Mas se quisermos ser sérios na análise dos dados, temos que referir o seguinte:

Os senhores sabem perfeitamente que o calendário de pagamentos, no âmbito do POSEI, vai de 31 de Dezembro do ano da candidatura até 30 de Junho do ano seguinte e sabem também que, de acordo com as regras, a Região, até 30 de Junho

do ano seguinte, só pode ter 4% desses pagamentos por efectuar e verificou-se que a 30 de Junho estávamos abaixo dos 2% não pagos. A 31 de Dezembro último, em que a Região só pode ter 2 % desses pagamentos por fazer, tínhamos valores não pagos abaixo dos 0,5%.

Isto demonstra que há, efectivamente, ainda alguns agricultores que não receberam ajudas, mas não é verdade aquilo que o PSD recorrentemente tem vindo a falar e é isso que tem que passar para os agricultores.

Portanto, não se pode estar aqui, com base em demagogia, a criar uma mentira nos agricultores, a criar descontentamento, porque eles sabem o que é que receberam, eles sabem o que é que não receberam, sabem o aumento de verbas que tiveram no âmbito do POSEI e sabem também o aumento de verbas que têm no âmbito dos outros programas e, portanto, esta atitude derrotista do PSD, que não quer ver as evidências, não é a realidade, como está aqui plenamente demonstrado.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PS só pode votar contra este voto de protesto.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(* **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP considera lamentável esta situação contínua nos atrasos dos pagamentos dos subsídios aos agricultores.

Os agricultores açorianos hoje vivem momentos de angústias e de incerteza. Ainda há produtores a aguardar subsídios do ano 2007. Estamos em 2010, Sr. Secretário!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É verdade ou mentira?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Quem são?

O Orador: O Governo Regional, com esta política inexplicável, coloca em causa a palavra dos agricultores perante as instituições bancárias e os seus fornecedores.

Se não estamos a falar verdade, é certo, Sr. Secretário, que falamos pela voz dos agricultores e quando o senhor aqui afirma constantemente que é mentira, está a

chamar mentiroso aos produtores açorianos e não a nós. Que fique bem claro que não somos nós que o dizemos.

Vozes da bancada do (CDS/PP): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do CDS e PPM)

O Orador: Por tudo isto o CDS/PP vai associar-se a este voto de protesto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(* **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Que o Governo não governe já estamos habituados, agora que um deputado do PS não assuma aqui as suas responsabilidades, isso parece novidade, porque assumir as responsabilidades não é esconder o problema, como fez o Presidente da Associação Agrícola de Santa Maria.

Deputado Ricardo Cabral (PS): É deputado como o senhor!

O Orador: Assumir as responsabilidades é reconhecer o problema e, efectivamente, na Região Autónoma dos Açores há muitos agricultores com apoios em atraso e só na ilha Terceira há mais de 300 agricultores.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): É falso!

O Orador: Nós não estamos a falar da totalidade, mas em parte e quando o Governo Regional vem dizer que a 30 de Junho o tempo é curto para estabelecer calendário de pagamentos, o tempo é curto para pagar. Coitados dos agricultores que estão à espera!

Portanto, gostaria de saber como é que reagiriam se dissessem a qualquer um de nós que íamos receber agora 50% do vencimento e que havemos de receber os outros 50% ...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Quais 50%?

O Orador: ... durante os próximos 7 meses. Quem é que fica mal?

Vejamos o que diz o Sr. Presidente do Governo Regional nesta Assembleia em 2007:

“... é o que irá acontecer no caso do ex-IFADAP e INGA, fundidos recentemente no IFAP, que ficou como único organismo pagador das ajudas comunitárias, as quais chegaram com enormes demoras que prejudicaram e prejudicam frequentemente os seus beneficiários. Mercê do acordo já conseguido com os Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, é com satisfação que posso dizer que vamos acabar com essas delongas na Região”. Mentira! Não cumprido!

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Não é verdade!

O Orador: O que está em causa é a palavra política, dada pelo Presidente do Governo Regional, de que não ia haver mais atrasos e delongas nos pagamentos aos apoios comunitários e isso criou expectativas nos agricultores.

Deputados Rui Ramos e João Costa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Os senhores frequentemente atiram a bola para a frente, escondem o problema, não governam e mais grave é quando o PS apoia essa estratégia de pôr açorianos contra açorianos, porque é isso que está também em causa.

Quando os senhores dizem que não há pagamentos em atraso e os agricultores não sentem isso, a restante sociedade não compreende por que é que se queixam os agricultores. Isso é pôr açorianos contra açorianos. É essa a vossa estratégia.

Tenho dito.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: O Sr. Deputado Duarte Moreira pede a palavra para?

Deputado Duarte Moreira (PS): Para defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra para o efeito. Tem três minutos.

(*) Deputado Duarte Moreira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já não é a primeira vez que o Sr. Deputado António Ventura refere a minha qualidade de presidente da Associação Agrícola da Ilha de Santa Maria, que o sou efectivamente com muita honra, e devo dizer que, no âmbito desse trabalho, os agricultores de Santa Maria sabem, não só no âmbito dessa actividade, mas também do trabalho que eu desenvolvi antes e continuo a desenvolver em prol dos agricultores da ilha de Santa Maria.

Já que falou na ilha de Santa Maria, devo dizer-lhe que no dia 4 de Fevereiro o PSD saiu com um comunicado, através da Sra. Deputada Aida Santos, que demonstra a má fé e a mentira com que o PSD vem a tratar esses assuntos e como ficou demonstrado isso não é verdade.

Eu tenho defendido sempre os agricultores da Região enquanto deputado regional e de Santa Maria enquanto presidente da Associação Agrícola e aquilo que saiu da vossa bancada para a comunicação social não é verdade e ficou demonstrado que em cerca de 2 milhões de euros pagos relativamente à campanha de 2008/2009, há 8 processos que estão com uma certa percentagem de pagamentos em atraso devido a controles e num dos casos devido a não ser ilegível.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é debate, não é defesa da honra.

O Orador: Portanto, os números são esses e não admito que volte a pôr em causa a minha posição e o meu trabalho à frente da Associação Agrícola, num trabalho que está a ser levado a cabo e que vai ser fundamental para o futuro, quer da agricultura, quer da pecuária naquela ilha.

O Sr. Deputado António Ventura também já foi presidente duma associação agrícola e se tivesse feito metade do trabalho daquele que eu estou a fazer, se calhar não tinham esses problemas na Terceira.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem palavra o Sr. Deputado António Ventura para a defesa da honra. Tem três minutos.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que o Deputado Duarte Moreira acabou de fazer foi misturar as duas funções, enquanto presidente duma associação agrícola e deputado regional, porque não pode defender os agricultores estando aqui, quando não reconhece o problema dos agricultores.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Em Santa Maria há agricultores que não receberam nenhuma ajuda e há agricultores que só receberam uma parte e o senhor em vez de reconhecer o problema aqui, o que faz é esconder o problema e dizer que em Santa Maria está tudo bem.

Deputado Duarte Moreira (PS): São apenas 8 pessoas!

O Orador: Não são conciliáveis essas duas posições. O senhor não pode ser à terça-feira uma coisa e à quarta-feira o seu contrário, o senhor tem efectivamente que dar expectativas àquilo que são as vozes dos agricultores e de todos aqueles que não recebem este apoio fundamental numa ilha como é o caso de Santa Maria, que não está directamente relacionada com a produção de leite, mas com a produção de carne e a diversificação, e esses apoios são fundamentais.

É isto que não acontece e está em causa a garantia política dada aqui pelo Sr. Presidente do Governo Regional em Novembro de 2007 e que não foi cumprida.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: É essa consequência que tem que ser tirada daqui, é essa responsabilidade que tem que ser apurada.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Presidência pede a palavra para?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Para um protesto.

Presidente: Tem a palavra. Tem três minutos.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para um protesto e é exactamente isso que vou fazer. Vou fazer um protesto contra a forma como o PSD utilizou, neste dia de trabalhos, a figura do voto de protesto.

O voto de protesto é, por natureza, como os votos em geral, uma figura que não permite regimentalmente, como os Srs. Deputados sabem, a intervenção do Governo Regional. Isto não quer dizer que eu não reconheça legitimidade para que as várias bancadas parlamentares recorram a essa figura.

Agora, o que acontece é que, no manancial de instrumentos regimentais existentes, quem escolhe o voto de protesto não quer ser esclarecido, quem escolhe esta figura não pretende esclarecimento, não pretende ser esclarecido nas dúvidas que levanta, mas apenas acusar sem direito a contraditório.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Temos aqui 57 deputados. Como é que não há contraditório?

O Orador: Os senhores puseram aqui em causa a palavra de membros do Governo. Os senhores chamaram aqui mentirosos a membros do Governo, numa figura que não permite que os membros do Governo possam responder.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Se esse é o vosso conceito de democracia, estamos conversados.

Presidente: Para um contra-protesto tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho. Tem igualmente três minutos.

(* **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efectivamente é um contra-protesto, porque aquilo que o Sr. Secretário Regional acabou de fazer é a prova cabal do tipo de actuação que caracteriza o Partido Socialista aqui, como o Partido Socialista lá fora.

(Aplausos da bancada do PSD)

Isto é o Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e as figuras regimentais que aqui se encontram previstas podem ser utilizadas da forma que cada Grupo Parlamentar ou o Governo entender.

Deputado Francisco César (PS): Temos o direito de protestar.

O Orador: Querer limitar a possibilidade de utilizar qualquer que seja a figura regimental, é tentar calar a voz dos outros.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Domingos Cunha (PS): Não apoiado!

O Orador: Todos os açorianos e os portugueses sabem que os senhores, daqui e da República, tentam permanentemente tentar calar a voz dos outros.

Aliás, as últimas notícias acerca da actuação do Partido Socialista e do vosso Secretário-Geral, José Sócrates, lá fora, é perfeitamente evidente ...

Presidente: Sr. Deputado, atenha-se ao contra-protesto!

O Orador: ... que os senhores estão a tentar calar a voz de toda a gente. Aqui, no caso do PSD, não nos calam a voz e temos a liberdade de utilizar as figuras que aqui estão da forma que bem entendermos.

Se se sentem incomodados, têm outras figuras para utilizar. Como se sentem incomodados e não têm voz nem têm forma de rejeitar aquilo que aqui foi dito, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Nós é que não podemos falar.

O Orador: é por isso que estão metidos nessa encruzilhada. Agora, calar-nos a voz, não nos calam.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação deste voto de protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de protesto foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Terminado o período destinado à apresentação de votos, passamos ao período de tratamento de assuntos de interesse político relevante.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Lutar contra a pobreza e a exclusão social é o desafio que a União Europeia em 2010 coloca aos políticos, aos governos e a todos os que se consideram cidadãos.

Um desafio que não se limita à alocação de verbas, mas exige políticas e atitudes de inclusão que favoreçam o acesso de todos aos cuidados de saúde, a níveis adequados de educação, ao emprego qualificado e a uma habitação condigna.

A pobreza e a exclusão social não são problemas de hoje. Mas, se Portugal ainda não atingiu o nível de justiça e coesão de outros países, em parte se deve ao facto de só muito tardiamente estas questões terem sido reconhecidas como problemas do Estado.

Para utilizar um conceito de Boaventura Sousa Santos, o nosso País foi durante décadas uma Sociedade-Providência, que contava com as redes de vizinhança, as instituições de solidariedade e os movimentos ligados à igreja para ajudar os mais pobres.

É na década de oitenta/noventa do século XX que Portugal se assume como Estado-Providência, implementando um conjunto alargado de políticas sociais.

A pobreza e a exclusão social são indicadores cruéis de uma coesão social não conseguida e o desafio que nos colocam é uma responsabilidade colectiva, como aliás refere a União Europeia. Se queremos ganhar esta luta, temos de construir uma sociedade capaz de:¹:

- Reconhecer os direitos e a capacidade das pessoas excluídas para desempenhar um papel activo na sociedade;

¹ IP/08/1528, “Erradicar a pobreza. O ano europeu 2010 começa hoje” - de 16 de Outubro 2009

- Sublinhar que cada indivíduo na sociedade tem responsabilidades na luta contra a pobreza;
- Promover a coesão social e disseminar boas práticas em matéria de inclusão;
- Reforçar o compromisso de todos os altos responsáveis políticos de tomar medidas mais eficazes.

Carenciados, desfavorecidos, excluídos ou o quarto mundo. Não importa a designação que se utiliza, os pobres são pessoas que não pertencem ao mundo dos que usufruem de regalias sociais. Excluídos do acesso às melhores escolas e aos melhores empregos, incorporam e transportam na roupa, no rosto, por vezes até no modo de falar, um estigma que os associa ao fracasso.

Alterar o conjunto alargado de factores que produzem e reproduzem a condição de pobre, ou como lhe quisermos chamar, é uma tarefa complexa que implica a melhoria dos rendimentos e um conjunto alargado de outras medidas de âmbito social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se queremos realmente agir de forma eficaz e reduzir as situações de pobreza e exclusão social, antes de mais, temos de reconhecer a sua existência. Não se combate o que se esconde, nem se alteram realidades que, supostamente, envergonham ou que deliberadamente se desconhece e se esconde, como outrora quando a pobreza era sinónimo de mendicidade, criadagem, barracas e miséria.

O que hoje os estudos revelam sobre a pobreza em Portugal e particularmente nos Açores é que esta atinge de forma mais gravosa famílias numerosas ou monoparentais com crianças e idosos.

Na realidade, e de acordo com Eurostat, em 2007 Portugal registava uma taxa de risco de pobreza entre os idosos de 26% e entre os menores de 18 anos de 21%, quando a média nacional era, nesse ano, de 18%.

Lutar contra a pobreza dos mais frágeis é um desafio ao qual os governos do Partido Socialista têm dado prioridade. São cerca de 380 mil idosos e 300 mil jovens que em 2008 viviam sem o mínimo considerado necessário para a sua sobrevivência (60% do rendimento de referência para a taxa de pobreza, ronda os 360 euros/mês).

O aumento do Abono de Família, a criação do Abono pré-natal, do Complemento Solidário para Idosos, o Complemento Regional de Reforma, os apoios na compra de medicamentos são algumas medidas implementadas pelos governos do Partido Socialista, com vista à redução da pobreza, particularmente a infantil e a dos idosos.

De entre as medidas implementadas para combater a pobreza, o Rendimento Mínimo Garantido, actual Rendimento Social de Inserção, é sem dúvida uma das mais relevantes, que permitiu aumentar o rendimento médio dos pobres e reduzir a intensidade da pobreza nos Açores, conforme demonstra o estudo coordenado por Isabel Guerra sobre os 10 anos do RSI nos Açores² e as pesquisas de Carlos Farinha.

Refira-se a propósito que a incidência da pobreza em 1994 representava 31% e passou para 21,2% em 2005. Refira-se ainda que se 21,2% da população podem ser considerados pobres, um valor que é por sinal superior à média portuguesa, então ter 8,4% de pessoas como beneficiários do RSI significa que muitos mais vivem com dificuldades.

Não podemos negar a importância desta e de outras medidas de protecção social, o que significa reconhecer as dificuldades dos que dela beneficiam e, ao mesmo tempo, dar visibilidade a um fenómeno que confronta e interpela. Um fenómeno que extravasa as dificuldades económicas e representa uma fractura na relação entre estas famílias e as instituições. As baixas remunerações, a ausência de contratos e de condições de trabalho, o desrespeito por direitos de cidadania constroem situações de exclusão social.

Não se pode querer combater a pobreza ou a exclusão social quando apenas se considera e se fala dos mais carenciados, por exemplo dos que são beneficiários de medidas sociais, pelo que não são, não têm, não fazem ou até não querem.

Acusar os beneficiários do Rendimento Social de Inserção de serem “gente que pura e simplesmente não quer trabalhar, gente que livremente decidiu nada fazer” (cito o Dr. Paulo Portas, Outubro 2009) é ignorar a complexidade de factores que

² Vulnerabilidades e Potencialidades da Coesão social nos Açores, Guerra.I, 2009:92 “o RSI na Região consegue uma redução da intensidade da pobreza muito significativa (cerca de 14%)”

constroem a exclusão social e sobretudo, é tentar branquear a responsabilidade do nosso País nos níveis de iliteracia de muitas dessas pessoas. Subestimam-se opções políticas e económicas de um passado, onde se apostou num sector primário pouco qualificado, em mão-de-obra barata e se fechava os olhos ao trabalho infantil. Quem não assume este passado, esquece que muitas das actuais famílias de beneficiários do RSI herdaram um contexto de pobreza com duas ou mais gerações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não se combate o crescente número de famílias com dificuldades económicas, fazendo a crítica às verbas gastas em medidas de protecção social, ou designando os apoios concedidos como “um escândalo”, “uma vergonha” como se ouviu da parte de uma certa oposição neste Parlamento.

Não é certamente retirando verbas e eliminando famílias do benefício do Rendimento Social de Inserção, que se ajudam as crianças e jovens que esta medida protege. Ao redistribuir recursos o Estado garante os meios mínimos a um conjunto alargado famílias, que mediante um esforço, sob a forma de contrato, conseguem ultrapassar dificuldades tão básicas como pagar a luz e a água ao fim do mês e, aos poucos recuperam alguma estabilidade, em média ao fim de dois anos.

Somos tentados a olhar a pobreza, apenas como falta de recursos monetários. Na realidade são vários os factores, para além da carência económica³, que produzem e reproduzem contextos de pobreza e exclusão social como por exemplo, a dimensão dos agregados familiares, a condição perante o trabalho dos adultos que, supostamente, deveriam garantir a sobrevivência do agregado, e um baixo nível de escolaridade e de qualificação generalizado. Três áreas de intervenção prioritárias (apoio à família, emprego e educação) outros tantos objectivos do programa do Xº Governo Regional.

Em relação à família, está provado que a taxa de pobreza é mais elevada entre os agregados com dois adultos e três ou mais crianças dependentes (43% em 2007),

³ Nuno Alves, 2009; Isabel Guerra, 2009; Bruto da Costa, 2008.

quando comparada com a que existe em agregados onde apenas residem três ou quatro adultos sem crianças (9%)⁴. Relembremos o facto de quase metade dos beneficiários do RSI serem menores de 18 anos, muitos dos quais vivendo em agregados numerosos.

Em termos da condição perante o trabalho, o desemprego e também o emprego pouco qualificado contribuem para criar situações de pobreza. Nesse sentido a Região delineou um conjunto de medidas, através do Próemprego, para fomentar a criação de empregos e promover a qualificação de activos.

A este propósito importa lembrar que o RSI não beneficia apenas quem não tem trabalho. Em Dezembro 2009, 27,6% (5633) do total dos beneficiários tinham outros rendimentos. E, desses 57,9% (3261) obtinham esses rendimentos através do trabalho. Refira-se ainda que 58% dos beneficiários sem rendimentos têm menos de 18 anos e que 82,6% dos beneficiários com rendimentos têm entre 18 e 64 anos.

Destes dados se conclui que esta medida de protecção social, abrange famílias com menores, onde em muitos casos, os adultos são trabalhadores com baixos salários, em situação de precariedade, para quem o RSI é, acima de tudo, um complemento monetário.

No caso dos agregados que vivem exclusivamente do Rendimento Social de Inserção, estamos perante agregados onde predominam mulheres domésticas e mães de vários filhos menores, cidadãos adultos portadores de deficiência, idosos isolados e desempregados de longa duração.

Apontamos as características das famílias e a fraca empregabilidade como factores que caracterizam a pobreza, mas certamente que é ao nível da escolarização da população, particularmente dos mais novos, que se reproduz o quadro de carência e se agrava a exclusão social.

Promover a literacia é o maior desafio desta década. O analfabetismo, a iliteracia e a interrupção precoce do percurso escolar são vectores de reprodução da pobreza, que entravam o acesso ao mercado de trabalho qualificado. Trazer à escola e manter os filhos destas famílias carenciadas no percurso de escolarização é um

⁴ INE, Destaque “Rendimento e condições de vida – 2007”, Ed. 15 Dez.2008

dever de quem pretende construir uma sociedade mais coesa, e esse tem sido um objectivo do sistema educativo regional. Como refere Alfredo Bruto da Costa, num estudo publicado em 2008, “o pobre tem baixo nível de educação por ser pobre e é pobre por ter níveis baixos de escolaridade”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quem critica os montantes envolvidos na prestação do Rendimento Social de Inserção, esquece que (com dados do Ministério do Trabalho) a prestação por beneficiário nos Açores rondava em Dez. 2009, 77 euros/mês, 18% abaixo da média nacional e que o montante de referência para o cálculo desta medida, corresponde à pensão social, que no final de 2009 rondava 187 euros/mês (cerca de 40% do salário mínimo). Bastaria fazer um pequeno exercício sobre como se vive com estes montantes, cerca de 9 euros em média por dia por família ou 2,5 euros por beneficiário, para entender que esta medida de protecção social desagrava a pobreza mas não a elimina.

Não queremos com isso desresponsabilizar quem é apoiado, nem os serviços que atribuem estes apoios. É importante acompanhar a execução dos contratos de inserção, mas essa fiscalização que o CDS-PP e o PSD gostam de reclamar, não deve ser entendida como policiamento das famílias beneficiárias, mas como “tutoria social”, um acompanhamento que as ajude no processo de inclusão social.

Se queremos continuar a investir e a construir uma sociedade inclusiva, não basta redistribuir a riqueza pelos mais carenciados. Ganharemos o desafio de 2010, reforçando a orientação das políticas sociais que os governos do Partido Socialista implementaram, melhorando e aponto alguns aspectos:

- O acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde, ao planeamento familiar, a planos de vigilância durante a gravidez, a educação para a saúde, particularmente dos mais jovens.
- (melhorando) o número e a cobertura em equipamentos de apoio à família, particularmente ao nível das creches e da rede de amas, estimulando o desenvolvimento das crianças e proporcionando condições para a empregabilidade feminina;

- (melhorando) os níveis de educação de todos, particularmente dos mais novos, garantindo a permanência e o aproveitamento escolar durante mais anos, fazendo depender a entrada no mercado de trabalho de uma adequada formação profissional;
- (melhorando) as qualificações dos desempregados e de todos os que procuram empregos; incentivando a certificação académica dos activos e a criação do próprio emprego.

Porque acreditamos que podemos construir uma sociedade mais justa, não baixamos os braços diante do número crescente dos que pedem ajuda, nem fazemos disso uma fatalidade insuperável.

Se há motivo para que os Açores sejam a região da Europa em 2010, não será apenas porque somos uma Região que cresce do ponto de vista económico, mas pelo facto de sermos uma comunidade solidária, que partilha recursos com os mais fragilizados.

Seremos uma referência na Europa, na medida em que fizermos da pobreza um desafio de construção e não apenas um combate. Está em causa a construção de uma sociedade mais justa e coesa.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão aberta as inscrições.

Volto a repetir que, com excepção dos líderes dos grupos e representações parlamentares e do Sr. Secretário Regional da Presidência, quem quiser pedir esclarecimentos deve inscrever-se agora.

Eu tenho inscrito apenas o Sr. Deputado João Costa e a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Piedade Lalanda, eu felicito-a pela sua intervenção e por ter trazido também as preocupações que ainda ontem manifestei nesta casa relativamente à situação de muitos milhares de açorianos que vivem no limiar e em risco de pobreza.

No entanto, a Sra. Deputada tem de convir que há aí uma contradição, não só em termos da sua concepção e da sua visão e da visão do Partido Socialista relativamente a este problema e que eu vou tentar explicar:

Por um lado, nós temos o Governo e o Partido Socialista a transmitir uma imagem e uma mensagem de que vivemos no melhor dos mundos, de que o progresso e o desenvolvimento económico dos Açores toca a todos e que todos os que querem fazer parte deste desenvolvimento cor-de-rosa estão incluídos nesse manancial de nível de vida muito abastado, e, por outro lado, temos a pobreza e os pobres dos Açores que não conseguem estar incluídos nessa sociedade cor-de-rosa.

Esse é um problema que cria um estigma e uma dificuldade por parte da sociedade, a quem a Sra. Deputada pede solidariedade, em sentir-se solidária com aqueles que mais necessitam, porque para a sociedade que ouve o Governo diariamente anunciar um mundo cor-de-rosa nos Açores, não compreende aqueles que não estão e que não fazem parte desse mundo e, portanto, se não estão é porque não querem, porque são malandros, porque são preguiçosos. É essa a grande contradição que existe no vosso pensamento e na vossa forma de abordar este problema.

A solidariedade é necessária para combater o flagelo e a sociedade civil deve, de facto, dar o seu contributo como a Sra. Deputada bem disse.

Portanto, felicito-a também por dizer aquilo que ainda ontem os senhores não foram capazes de dizer que é reconhecer o fenómeno, reconhecer que $\frac{1}{4}$ da população dos Açores vive no limiar ou abaixo do limiar da pobreza.

É esse reconhecimento que ainda ontem o Sr. Presidente do Governo e o Governo não foram capazes de reconhecer. Não o fazem e enquanto não o reconhecerem estão a transmitir uma imagem errada à sociedade, a imagem errada de quem é pobre, é pobre porque não quer trabalhar.

Deputada Nélia Amaral (PS): Essa é a imagem que os senhores transmitem.

O Orador: Essa é a imagem que os senhores transmitem.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Os senhores é que passam a vida a transmitir essa imagem!

O Orador: A Sra. Deputada tem aí também uma outra contradição que eu não percebi muito bem.

A Sra. Deputada diz que temos um nível de pobreza na ordem do 20% e que esses 20% são também idênticos aos do Continente e que 8% de Rendimento Social de Inserção não é significativa.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Bom, mas no Continente a maioria das regiões não tem 8%, nós somos a região que tem mais alta taxa de incidência e, portanto, há aí uma certa contradição.

Quanto à fiscalização, fazem bem em fazê-la, porque há pessoas que, infelizmente, transformam este Rendimento Social de Inserção, que era rendimento mínimo e que foi o Governo do PSD transformou este rendimento mínimo em Rendimento Social de Inserção ...

Deputada Nélia Amaral (*PS*): Baptizou!

Deputada Isabel Rodrigues (*PS*): O rendimento mínimo já era um programa de reinserção!

O Orador: ... e ele deve servir para inserir as pessoas na sociedade, para as libertar da condição de pobreza e não para as manter nessa condição de pobreza como, infelizmente, tem vindo a acontecer.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Pedi a palavra, em primeiro lugar, para felicitar a Deputada Piedade Lalanda por trazer uma intervenção tão brilhante, tão corajosa e tão verdadeira e queria depois

fazer outras considerações que me parecem importantes no momento em que a nossa sociedade tanto fala dos mais pobres.

Esta é uma medida de grande justiça social, aliás, só pecou por ter 12 anos, porque já devia ter sido implementada em Portugal há muito mais anos como, aliás, é a medida de maior justiça social que vigora em todos os países da Europa, na Suécia, na França, em todos os países desenvolvidos.

Há alguns países que nem pedem nada em troca, porque consideram que isto é o mínimo que as pessoas podem ter para viverem com alguma dignidade. Nós seguimos o modelo francês que exige um plano de inserção e, portanto, se uma medida tem 80% de sucesso e 20% de insucesso, caros Srs. Deputados, é uma medida que consideramos, mesmo assim, de grande sucesso e que imprimiu em Portugal um sentido de justiça social, de equidade e de grande solidariedade.

Na Região Autónoma dos Açores temos agora, de facto, mais de 20 mil beneficiários, mas em 98 e 99 atingimos mais 27 mil e não é numa década que se pode contrariar todas as questões estruturais ligadas à pobreza.

Fizemo-lo muito bem feito, porque numa década, não há nenhuma região ou país da Europa que tenha combatido de uma forma tão frontal a pobreza como a Região Autónoma dos Açores. Isso está escrito em relatórios da União Europeia e os senhores sabem muito bem. O vosso problema é outro, é não terem sido vocês que iniciaram esta medida. Isso deve-se a uma conquista dos governos do Partido Socialista.

Portanto, nós somos os detentores dessa história e dela temos muito orgulho.

Deputado João Costa (PSD): É inserção social!

A Oradora: Já inserimos muitas pessoas e mesmo que algumas não tenham sido inseridas, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que o problema é um problema estrutural de falta de educação, de falta de qualificação dessas famílias e de imensos problemas que todos têm.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

A Oradora: Exactamente, é isso mesmo que eu queria dizer: é que, se não houvesse uma situação miserabilística antes de 96, a situação não era esta hoje, porque só em prestações sociais à conta do Orçamento da Região, complemento para os idosos, abono de família e Compamide, o Governo investe mais de 25 milhões de euros por ano no seu plano de investimento.

Deputado Ricardo Cabral (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Diga-me, Sr. Deputado, o que é que acontecia antes para que durante mais de 10 anos o Governo tenha que fazer este esforço para trazer maior solidariedade aos mais pobres?

Durante 12 anos temos aumentado a uma ordem de 12% ao ano em tudo o que diz respeito à área social.

Deputado João Costa (PSD): Segundo o seu raciocínio isso é péssimo!

A Oradora: No vosso tempo não havia beneficiários do rendimento social na escola, porque eles não iam à escola, não havia pobres, não havia deficientes, não havia famílias, não havia pobreza no vosso tempo, só havia riqueza.

Esta percentagem de aumento de 12% em termos de investimento social, nos acordos de cooperação com as IPSS e Misericórdias, no investimento directo da Região em equipamentos (creches, jardins de infância, lares de idosos e outros equipamentos).

Presidente: Agradecia que abreviasse, Sra. Secretária.

A Oradora: Está aqui o esforço deste Governo, nesta última década, de investimento nas pessoas e nas famílias.

É esta falta de honestidade que o PSD tem de não reconhecer o que nós fizemos.

Deputado João Costa (PSD): Qual falta de honestidade!?

A Oradora: Falta de honestidade, porque se fossem honestos sabiam que uma conjuntura económica não se avalia em dois ou três anos, avalia-se de uma outra forma.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Há 14 anos!

A Oradora: Portanto, os senhores sejam corajosos, tenham a dignidade de dizer a verdade e comparem isto em termos de estrutura de longa duração, porque é assim que se fazem as comparações nos países evoluídos da Europa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Costa, claro que tenho que agradecer as suas felicitações iniciais, apesar de ser um doce veneno.

É interessante verificar como o senhor, criticando a sociedade açoriana com a governação do Partido Socialista, se auto-retrata porque o senhor vê o mundo a preto e branco.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E os senhores cor-de-rosa!

A Oradora: O nosso é muito mais colorido, graças a Deus.

O conceito do vosso mundo é um conceito muito primário, é um mundo de pobres e ricos, de tal maneira vê o mundo assim que diz que o Partido Socialista criou uma sociedade de abastança, um manancial de abastança e de progresso e tem lá os pobres num canto, ou seja, na sua cabeça o mundo funciona assim: entre preto e branco, entre pobres e ricos, entre os que têm e os que não têm e de tal maneira que a sua cabeça está estruturada desta forma que não percebeu que, quando se fala de 21% abaixo do limiar da pobreza, estamos a falar de um critério que é monetário, um critério utilizado internacionalmente para avaliar, como disse o deputado do PSD na Assembleia da República, o ranking das regiões ou dos países na área da pobreza.

Portanto, este é um critério meramente financeiro e monetário e quando nós estamos a falar de que temos 8% de beneficiários do RSI, eu só posso dizer que ainda bem, porque são pessoas que, dentro deste universo de pessoas carenciadas, elevaram o seu nível de rendimento e já não estão na miséria que estavam, ou seja, se for analisar do ponto de vista económico, já não estão no primeiro quinto mais baixo de pessoas em termos de rendimento monetário.

Com a introdução deste apoio monetário, nós conseguimos retirar muitas pessoas duma situação de verdadeira miséria, ou seja, ainda bem que a Região tem capacidade de partilhar uma parte significativa dos seus recursos com aqueles que têm menos. Ainda bem que isso acontece.

O Rendimento Social de Inserção foi realmente uma designação do PSD e do PP, na altura em que eram governo, mas até parece que não acreditam nesta frase - Rendimento Social de Inserção. Os senhores apenas falam de critérios económicos.

Deputado João Costa (PSD): Os senhores é que não fizeram bem a inserção!

A Oradora: A questão da inserção social e da luta contra a pobreza é muito mais abrangente do que isso e a referência que eu fiz ali do investimento na área da educação, do investimento na área da saúde, no investimento na área da habitação, são medidas que este governo tem criado e tem conseguido e que são estruturantes no combate à pobreza.

Deputado João Costa (PSD): Onde é que ele está?!

A Oradora: Não é meramente uma questão financeira, não é meramente uma questão de escudos ao fim do mês, é uma questão educacional e daí eu ter dito que o desafio da educação é o desafio mais importante.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Já está há 14 anos para combater a pobreza!

A Oradora: Essa é uma história muito antiga que o senhor também tem que reconhecer que há uma quota-parte no passado.

Nós descuramos e a sociedade açoriana esqueceu-se dos mais fragilizados e aceitou que o sector primário fosse um sector desqualificado em que as pessoas poderiam ir para a pesca e, infelizmente, ainda ouvimos este discurso de crianças que dizem: “Eu não preciso de estudar, porque agora vou ser pescador”.

Presidente: Agradecia que abreviasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Enquanto houver uma criança que diga isto, muito mal está a nossa Região e temos que contrariar esta mentalidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo, Sra. Deputado Piedade Lalanda:

Não posso de forma nenhuma aceitar essa sua última frase de que os açorianos se esqueceram dos mais desfavorecidos.

Se há algo que distingue o povo açoriano ao longo do seu percurso histórico, é a sua solidariedade, é a sua generosidade em relação ao próximo e é completamente inaceitável dizer isso em relação ao povo dos Açores. A senhora não pode dizer isso, porque não é verdade, não é justo e é algo que neste Parlamento não podemos aceitar. Quero dizer-lhe com toda a frontalidade que não posso aceitar isso.

É evidente que, na minha perspectiva, esta iniciativa de criar o Rendimento Social de Inserção é fundamental. Penso que poucos contestam na nossa sociedade a justiça e o mérito desta medida, acompanhada evidentemente por outras medidas de inserção social que são fundamentais e de contexto na área da saúde, na área da educação e na área da habitação. É evidente que é fundamental, mas há algo que também é fundamental na nossa sociedade, é que este RSI seja justo e que seja fiscalizado para ser sustentada e para que a sociedade o aceite como algo de justo. É por isso que é necessário fiscalizar.

O próprio Governo da República reconheceu que 25% dos casos são casos em que existem fortes suspeitas de irregularidades e nós o que temos que fazer é centrar-nos também nesses casos para que este esforço social, que é importantíssimo, possa ser sustentável e as sociedades também só mantêm este esforço se o considerarem justo e ele, de facto, é justo, agora tem que ser sustentável e fundamentalmente não podemos ter (se não forem 25%, serão 10, 5 ou 2%) um indivíduo que o esteja a receber de forma injusta.

Isto não é nenhuma crítica que eu esteja a fazer ao Governo, porque o Governo Socialista tem esta responsabilidade de fiscalização como outros governos. Eu não digo que a responsabilidade seja de A ou de B, o que eu digo é que estas situações não são admissíveis e, portanto, quando ontem fomos informados que o Partido Socialista vai investir num maior esforço de fiscalização, eu considero que é adequado exactamente no mesmo sentido que eu penso que é o vosso, ou seja, é que este sistema de apoio social seja justo e seja sustentável. É preciso reunir estas duas condições para mantermos o acordo político, o acordo social amplo em relação a estas questões.

Sra. Deputada Piedade Lalanda, nunca mais se refira à falta de solidariedade do povo açoriano, porque isso é desconhecer profundamente a história dos Açores. Nunca mais o faça.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(* **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer, Sra. Secretária, que utilizar expressões como falta de honestidade fica-lhe mal, baixam o nível do debate e é pena que, em temas que realmente interessam à sociedade açoriana, a senhora tenha esse tipo de comportamentos que ficam mal a um governante e desprestigiam esta casa.

Eu acho que se há alguma contradição entre aquilo que se pretende, que é combater o flagelo da pobreza e aquilo que se tem feito nos últimos anos, é exactamente dizer-se que se pretende que as pessoas que entram no sistema do Rendimento Social de Inserção é para tentar libertar-se da situação de pobreza...

Deputado José Lima (PS): Mas quem é que diz isso?

O Orador: ... e depois nada fazer, não haver um único núcleo que tenha trabalhado para a inserção dessas pessoas na sociedade. Isso é que é uma pena.

Muito obrigado.

Secretário Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula marques):

Isso não é verdade. O senhor tem que passar a ir às reuniões do Núcleo de Reinserção Social.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(* **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, realmente já há muito tempo que não me levantavam o dedo a dizer “nunca mais...”. Acho que nem os meus pais me falavam assim, mas admito que o seu estilo e a sua ideologia lhe permitam tal atrevimento.

Quando eu falei aqui que se esqueceram, volto a repetir, porque todas estas entidades, que são meritórias, que trabalham na luta contra a pobreza, que trabalham inclusive na assistência aos pobres, e a igreja tem um mérito enorme

nessa área, bem como muitas IPSS, muitas associações e até muitos particulares a nível individual.

Se nós recuarmos no tempo em que existia aquela imagem dos pobres que eram quase patrocinados por algumas famílias, porque havia pessoas que viviam na dependência de determinadas famílias, isto foi uma resposta e por isso eu falei aqui que nós tivemos até um certo tempo uma sociedade de previdência e ainda bem que o espírito do açoriano é solidário.

Agora, estas instituições como a Igreja, as IPSS, os movimentos de solidariedade, os particulares têm consciência que muitas vezes estão a contribuir para uma manutenção da realidade da pobreza, ou seja, estão a ajudar uma pessoa e ela acaba por não sair dessa condições e porquê? Porque falta aquilo que hoje em dia se faz ao nível do trabalho institucional, incluindo esses movimentos como parceiros, porque é um trabalho em parceria, um trabalho em rede, ou seja, não é repetir, por exemplo, recursos alimentares quando, se calhar, aquela mesma família precisa de outro tipo de recursos, mas essa parceria só se consegue com estratégias organizadas, com estratégia inclusive do próprio Rendimento Social de Inserção.

Não se trata aqui de dizer que a sociedade não era solidária, mas a solidariedade como a vivemos no passado não foi suficientemente eficaz, foi demasiado assistencialista e a luta contra a pobreza não se faz com assistencialismos, faz-se com aquilo que hoje em dia se fala à boca cheia que é dar às pessoas capacidades e meios para elas próprias construírem o seu percurso de vida.

Uma sociedade que atribui um direito a alguém, nomeadamente o caso do direito ao benefício do Rendimento Social de Inserção, não pode ter com essas pessoas mais exigências que tem com outras, ou seja, tu tens que ser perfeito, tens que ser um bom cidadão senão não és digno deste apoio que o Estado te dá. Então pergunta-se: o que é que acontece com os atestados médicos, com as finanças, com as senhas, os apoios ou os complementos de horas extraordinárias? Quantas fraudes as pessoas de bem, que não são intitulados de pobres, praticam?

Portanto, não querem das pessoas que estão no Rendimento Social de Inserção um perfil de bondade e de honestidade superior à média do que aquele que exige para si próprio.

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que concluísse.

A Oradora: A honestidade não pode ser maior para um beneficiário do Rendimento Social de Inserção do que para qualquer outro cidadão.

Está a tentar-se fazer passar a ideia de que estas pessoas têm que ser extremamente perfeitas, famílias impecáveis para poderem beneficiar deste apoio. Este não é o critério que nós utilizamos.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer algo que me parece evidente do conhecimento que o Sr. Deputado João Costa tem das Comissões do Rendimento Social de Inserção.

A Câmara da Graciosa, do PSD, suponho até que o Sr. Deputado João Costa fazia parte da edilidade, durante três anos a mesma Câmara não se fez representar, como devia tê-lo feito, na Comissão Local do Rendimento Social de Inserção.

Era só para informar este plenário que aquilo que eu disse é absolutamente verdade.

Portanto, eu não estou aqui para falar para a televisão, estou para falar para o povo e para dizer a verdade sobre aquilo que o PSD pensa do Rendimento Social de Inserção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Secretário Regional da Economia (Vasco cordeiro): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputada Catarina Furtado (PS): Olhe o dedo!

O Orador: O dedo é um direito à indignação e fiquei indignado com o que a Sra. Deputada Piedade Lalanda disse, porque não é verdade e porque o povo açoriano é um povo generoso.

A Sra. Deputada tentou, na sua argumentação, jogar areia nos argumentos, a dizer que se exige mais. Não se exige mais, exige-se a verdade da situação, se aquela situação é, de facto, uma situação de pobreza, verificável, se não há fraude, dá-se apoio, se não é não se dá. Não se exige mais nada e quem passa atestados medidos falsos, pois deve ser fiscalizado e se aquilo que atesta não for verdade deve ser responsabilizado. É tão simples como isto: responsabilidades iguais para todos.

Queria aqui deixar-lhe um testemunho:

Eu vivo no Corvo há 10 anos e há uma coisa que me impressiona que é a seguinte: as crianças que vivem em famílias com maiores dificuldades económicas na sociedade corvina, e existem muitos casos em que essas crianças são acolhidas diariamente naquelas famílias que têm mais possibilidades, que lhe dão alimentação, lhe pagam os estudos, lhe dão um apoio tremendo diariamente e que muitas vezes não têm laços de parentesco. Este é pura e simplesmente um apoio, uma inserção que é realizada por essas famílias e isso é importantíssimo. É isso que eu admiro enormemente na sociedade açoriana.

Estou a dar-lhe o exemplo do Corvo que é um exemplo com que eu convivo, que observo e que é um exemplo dum conjunto enorme de famílias que faz isto. Isto é impressionante, impressiona quem nos visita e impressiona quem vive naquela sociedade. Por isso a sociedade açoriana é uma sociedade generosa e isto é fundamental.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(* **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para dizer, Sra. Secretária, que deve ter sido por ter havido algumas faltas às reuniões do Núcleo Local de Inserção de algum representante da câmara municipal que não foram capazes de cumprir aquilo que deviam ter cumprido em relação à inserção dos beneficiários.

Muito obrigado.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Olhe que não, Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados terminámos o debate relacionado com esta intervenção.

Vamos fazer um intervalo de 30 minutos. Regressamos às 12 horas e 15 minutos.

(Eram 11 horas e 45 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradecia que reocupassem os vossos lugares para podermos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 30 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As doenças neoplásicas constituem a segunda causa de morte a nível mundial, assumindo preocupação prioritária na área da saúde pública.

Em Portugal, o cancro é também a segunda causa de morte.

Nos Açores não existem dados actualizados sobre a incidência do cancro.

Os últimos dados conhecidos divulgados pelo Registo Oncológico dos Açores referem-se ao período de 2000 a 2002 e foram publicados em 2008.

Contudo, já nesses dados se constatava que a Região Autónoma dos Açores apresentava a maior taxa de incidência de casos de cancro da população portuguesa.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Os registos oncológicos são importantes instrumentos de conhecimento da evolução do cancro e meios de monitorização e controlo dos programas de rastreio.

A verdade é que, frequentemente, se ouve falar sobre novos casos de cancro em cada uma das nossas terras, muitas vezes com um tom emotivo e até especulativo

que confunde as pessoas e prejudica o desejado rigor com que deve ser tratada a informação relacionada com um assunto tão delicado.

O conhecimento preciso da realidade permitiria evitar especulações e alarmismos, mas sobretudo possibilitaria compreender e planear de melhor forma a actuação de todos os agentes políticos e técnicos no combate ao cancro.

Aliás, a caracterização de um problema de saúde numa comunidade é essencial para estudar estratégias para o resolver ou atenuar, assumindo não só importância científica na área da Saúde Pública, mas contribuindo também como argumento de actuação por parte das autoridades competentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Recentemente tem vindo a ser desenvolvidos projectos de investigação na Ilha do Pico por alunos de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, coordenados pelos Professores Doutores Jorge Torgal e Luís Nunes.

Alguns desses estudos esperam publicação no *European Journal of Public Health*, o que confirma todo o seu interesse e credibilidade.

Um dos estudos visou caracterizar em termos epidemiológicos os casos de cancro na Ilha do Pico entre 1998 e 2008.

É pois o estudo mais recente, com dados mais abrangentes e o mais exaustivo que já se efectuou para esta realidade, até porque o levantamento foi efectuado caso a caso, com informações cruzadas entre os dados dos Centros de Saúde, dos Gabinetes de Acção Local, do Núcleo dos Açores da Liga Portuguesa Contra o Cancro e do Registo Oncológico Regional.

Dessa investigação concluiu-se, desde logo, que existem dados díspares entre o que está no Registo Oncológico Regional e o que consta do levantamento feito caso a caso, processo a processo, conferindo as várias fontes, desde o Rora aos Centros de Saúde, até às Certidões de Óbito.

Constata-se no estudo que, no período de 1998 a 2008, foi apurada a existência de 1037 casos de cancro na Ilha do Pico. Destes, apenas cerca de 800 constavam das listas do Registo Oncológico Regional.

Estes 1037 casos de cancro, implicam uma incidência de 6,45 casos por mil que comparam com uma média regional de 3,94 por mil referenciados nos

dados disponíveis do Registo Oncológico Regional que se reportam ao período de 2000 a 2002, sendo que, nesse período na Ilha do Pico, os dados do estudo apontam para cerca se 5,20 casos por mil habitantes, o que revela um crescimento das taxas de incidência, que o estudo documenta, e uma subavaliação do Registo Oncológico Regional, que o estudo infere.

Dito de outra maneira, de 2000 a 2002 existem, neste período, dados coincidentes entre o estudo e o Registo Oncológico Regional e aquilo que diz o Registo Oncológico Regional permitiria dizer que tínhamos uma incidência de 3,94 casos no Pico. O estudo, caso a caso, para este mesmo período diz que são 5,2 e, portanto, já estamos quase a duplicar aquilo que existem nos dados, revelando alguma deficiência nestes dados.

Por outro lado, se analisarmos este estudo caso a caso, durante os 10 anos, verificamos que já estamos a falar duma taxa de incidência de 6,45 casos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo.

Estas informações fazem ressaltar duas questões em concreto:

Em primeiro lugar, a preocupação com a incidência extraordinária que as doenças cancerígenas têm na Ilha do Pico;

Em segundo lugar, a premência em melhorar os dados de base acerca desta doença pois que a situação real em outras ilhas pode acabar por vir a ser pior do que se estima, como se veio a comprovar com a investigação exaustiva efectuada na Ilha.

Manifesta-se pois a necessidade de se reforçar o sistema de informação de saúde de modo a que os serviços de saúde conheçam, global e totalmente, os doentes com esta patologia, de modo a serem estabelecidas medidas integradas de apoio aos doentes e às suas famílias ao nível da saúde, da segurança social, das misericórdias e da comunidade em geral.

Ressalta também a necessidade de investir ainda mais em medidas de prevenção primária do cancro, ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que pretendem evitar a sua ocorrência, e que têm que ver com comportamentos e estilos de vida, desde o álcool, ao tabaco, ao exercício físico, ao

sedentarismo, à obesidade, sendo certo que a prevenção primária não é uma competência exclusiva da Saúde, antes da comunidade, envolvendo todos actores diversos como a Escola, o Poder Local e o Poder Regional.

Se não houver intervenções a este nível, o cancro irá continuar a aumentar - porque as pessoas são mais velhas, os jovens continuam a fumar e a beber e, nalguns casos, cada vez mais cedo, infelizmente - e a intervenção das entidades publicas, por melhor que seja não pode limitar-se ao diagnóstico precoce e rastreio - a prevenção secundária; e à referenciação e tratamento dos doentes – a prevenção terciária.

Deputado João Costa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A concluir:

Julgo ser imprescindível um estudo profundo, com dados tempestivos e globais, de modo a que se possam implementar estratégias baseadas na evidência para a prevenção, detecção precoce e actuação, tendo por objectivo melhorar o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde oncológicos.

Este combate tem de partir do conhecimento profundo da realidade que facilite e impulsione a análise das causas, contribuindo para uma melhor prevenção, rastreio e detecção, até aos meios mais eficazes de tratamento.

Aliás o Programa Regional de Prevenção e Controlo das Doenças Oncológicas refere e cito: “a integração dos dados obtidos nos rastreios do Rora, com as informações investigacionais obtidas, e ainda com as múltiplas variáveis fornecidas pelas bases de dados hospitalares, permitirá análises mais aprofundadas da realidade local, permitindo uma melhoria no planeamento da saúde.” Citei o Programa Regional de Prevenção e Controlo de Doenças Oncológicas.

Haverá muito a fazer, mas é incontornável começar por conhecer a realidade que se quer influenciar para se poder ser eficiente nas políticas públicas, garantindo que os investimentos sejam consequentes e integrados verdadeiramente em estratégias sustentadas.

Com este alerta fica aqui um contributo para tal numa das matérias que mais preocupam os nossos cidadãos.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Os Srs. Deputados devem inscrever-se agora, com excepção dos líderes dos grupos e representações parlamentares e do Sr. Secretário Regional da Presidência.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas.

Efectivamente as doenças oncológicas são uma preocupação deste Governo.

Existe o Plano Regional de Saúde que esteve em consulta pública e existem lá indicadores precisos quanto à mortalidade e quanto à incidência de cancro na Região.

Relativamente ao Registo Oncológico da Região Autónoma dos Açores o último estudo apontava até 2002, mas informo desde já que até Junho de 2010 será conhecida a incidência do cancro na Região até ao fim de 2008 e, portanto, este é o instrumento que nós seguimos e os dados que nós seguimos são os do Registo Oncológico da RAA, que é, de resto, uma competência do Centro de Oncologia dos Açores.

É com base nestes dados que é feito também, caso a caso, e análise processo a processo que nós conhecemos a realidade aqui nos Açores no caso das doenças oncológicas e não estamos a fazer pouco a esse nível.

Já foram rastreadas no cancro da mama 10.700 mulheres, 960 foram remetidas para consultas de aferição e foram já detectadas 39 casos de mulheres com cancro.

Estamos a preparar o rastreio do cancro do colo do útero que vai incidir numa população de 45 mil mulheres. Com este rastreio vamos identificar 950 mulheres com problemas no útero e vamos conseguir tratá-las a tempo.

Vamos igualmente este ano implementar o rastreio do cancro colo-rectal.

Portanto, estamos a fazer bastante para seguir as doenças oncológicas, além de que, como consta do Plano Regional de Saúde, se pode observar que a mortalidade tem vindo a decrescer assim como a morbilidade dos diversos tipos de cancro. Esta tem sido uma constante de ano para ano aqui na Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Agradeço ao Sr. Secretário Regional as explicações que deu e queria colocar-lhe apenas a seguinte questão e entenda isto como um contributo. Aliás, toda a minha intervenção tentou ser um contributo positivo, de uma pessoa preocupada, como penso que estamos todos em relação a este problema.

É bom estudar e identificar quais são as deficiências que estes registos estão a cometer em termos estatísticos, porque este estudo foi feito com base também e cruzando dados que ainda não estão publicados no Registo Oncológico Regional, mas que já estão alguns trabalhados e há aqui algumas disparidades entre um levantamento exaustivo no terreno e aquilo que depois acaba por ser a projecção estatística da incidência do câncer. Não é nenhum problema político, Sr. Secretário.

Sei que o senhor, naturalmente, como todos nós teremos neste aspecto e em muitos outros todo o interesse em sermos os mais eficazes e precisos possíveis, o problema é que existe, de facto, aqui um lapso qualquer e é preciso identificá-lo, porque só identificando-o e vendo com precisão e correcção os dados, podemos depois projectar políticas públicas para tentar influenciar positivamente a realidade.

A verdade é que a percepção epidérmica, a percepção social que nós temos de que isto é um problema que nos Açores e nalgumas ilhas atinge foros altamente preocupantes começa depois, quando se faz um estudo destes científico, a aperceber-se que há aqui algo que tem que ser estudado profundamente, há aqui algo que cientificamente tem que ser estudado para saber, de facto, o que é que está por detrás duma incidência tão grande que existe nos Açores.

É a primeira grande preocupação que nós temos, é o primeiro grande estudo de profundidade que tem que ser feito, ver a realidade precisa, ver quais são os lapsos que estão a provocar algumas disparidades ao nível dos dados para que depois possamos ver se é necessário ou não, e eu penso que será, mas à partida acho que isso deve ser visto numa segunda fase, fazer um estudo científico profundo sobre o que é que se está a passar nesta RAA e nalgumas das nossas ilhas que provoca uma incidência tão grande de doenças cancerígenas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas está a partir duma hipótese que o estudo está correcto e o registo oncológico está errado. Pelo menos é essa a mensagem que quer passar.

Nós questionamos também o estudo em si e temos que perceber quais foram os dados que tiveram na base dessas conclusões.

Portanto, comprometo-me a analisar esse estudo e fazer aqui um relatório sobre essa comparação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Secretário, agradecendo a sua disponibilidade, devo dizer que, naturalmente, este estudo contou com o apoio de várias entidades e também da Secretaria Regional da Saúde e, portanto, certamente ele poderá ser facilmente consultado, analisado e verificado.

Agora, há uma fase em que devemos pôr dúvidas sistemáticas sobre tudo e acho bem que se ponha, mas que se ponha de facto e que nos ponhamos a caminho para confirmar se os estudos estão certos ou não, quais são os problemas do Registo Oncológico Regional, mas não ficar por aí.

Se, de facto, se comprovar aquilo que este estudo indicia, é preciso dar o passo seguinte que é ver em todas as ilhas a realidade do que se passa e depois tentar saber o porquê para poder influenciar o futuro.

É certamente neste aspecto, fazendo uma projecção integrada destas análises, que será dado um grande contributo para todos nós e para os nossos filhos em termos de maior segurança na nossa vida e em relação à nossa saúde nos Açores.

Deputado João Costa (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Não havendo mais inscrições, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os agricultores Açorianos, e em concreto os da ilha de São Jorge, deparam-se hoje com sérias dificuldades económicas e financeiras. No entanto, parece que o Governo não tem a noção do que se passa ou então tem uma grande capacidade de abstracção da realidade.

Ora, são vários os constrangimentos.

Primeiramente, continuam os atrasos no pagamento dos diversos subsídios.

Há Agricultores que se queixam de ter subsídios em atraso desde o ano 2007.

Candidataram-se, foram seleccionados, verificou-se o controlo, mas ainda hoje continuam à espera de receber o seu dinheiro. Mas há mesmo quem sem ter sido seleccionado para controlo, tenha recebido parte do subsídio, estando ainda hoje à espera do restante montante, sem explicação.

E antes que alguém me desminta, adianto que estou a referir-me a casos de pagamentos de subsídios relativos aos direitos das vacas aleitantes.

Outro dos grandes constrangimentos que tem afectado os agricultores de algumas ilhas, em especial de São Jorge, é a praga do coelho bravo, que tem causado inúmeros prejuízos.

O CDS-PP, responsável e oportunamente, chamou a atenção da tutela para esta situação. No entanto, nada foi feito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Renovadas estas duas chamadas de atenção, vamos focar-nos no ponto alto da crise na lavoura de São Jorge.

Vamos a alguns recortes históricos:

Em 27 de Abril de 2005 *“Governo com solução para dívidas das cooperativas de São Jorge até ao final do ano”* – título de nota do GACS. Afirmava o Governo que tinha *“um plano gizado para a reorganização da produção”* e para *“aliviar o peso do passivo de cinco milhões de euros”*.

Mais tarde, em 23 de Abril de 2009 – Dia de São Jorge

Inauguração da nova Fábrica da Uniqueijo. O Senhor Presidente do Governo afirma que *“estamos longe dos tempos de angústia”*, ou seja, *“longe vão os tempos em que as queijarias cooperativas se encontravam falidas ou com graves problemas de sustentabilidade”*.

Mais recentemente, em 5 de Agosto de 2009, *“Carlos César congratula-se pelo êxito do plano para reabilitar a produção de queijo em São Jorge”* – título de nota do GACS, após inauguração da fábrica do Topo. Aqui, o Senhor Presidente do Governo assumiu praticamente o fim (repleto de sucesso) do processo de reestruturação do sector leiteiro em São Jorge.

Pois bem! Hoje os produtores de leite de São Jorge deparam-se com os mesmos ou mais problemas do que no passado.

A indústria acaba de baixar em um cêntimo o preço pago por litro de leite, ao qual se juntam alterações por baixo nas grelhas de classificação do leite.

A reestruturação do sector levada a cabo está a resultar no mesmo de sempre: nem novos caminhos, nem uma gestão mais rigorosa, nem mais sustentabilidade e, muito menos, melhores rácios económicos.

Afinal, onde estão as mais-valias desta unificação?

Temos agricultores a deslocarem-se, diariamente, mais quilómetros para depositarem o seu leite em fábrica, uma vez que fecharam as cooperativas e nunca chegaram a existir os prometidos postos de recolha de leite.

Pelas especificidades próprias, os produtores não percebem porque recebem o leite ao preço de outras ilhas ou, por vezes, até abaixo das outras ilhas, quando

produzem o melhor leite do país e estão obrigados a uma grelha de classificação bastante mais exigente.

Hoje, temos novas fábricas, altamente equipadas, mas produtores com mais custos, menos motivados, desiludidos, a correrem para os resgates leiteiros, não pelo redimensionamento das suas explorações, mas para abandonarem a actividade que sempre desenvolveram.

Por outro lado, o saneamento financeiro das cooperativas foi sol de pouca dura. Hoje, consta que as direcções das antigas cooperativas estão aflitas com dívidas de centenas de milhares de euros, dívidas assumidas pelo Governo Regional, mas que até hoje não foram liquidadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Perante estes cenários, pouco animadores, alguns denunciados pelo CDS-PP, esperava-se que o PS viesse a terreiro dar respostas aos Jorgenses e, essencialmente, aos que ganham a vida na agricultura.

Porém, o óptimo é inimigo do bom e aquela que devia ter sido uma resposta aos problemas do sector na ilha acabou transformada num exercício cansativo de elogio ao Governo. Lamento (eu e os agricultores) o facto de os Deputados do PS, eleitos por São Jorge, na pessoa do Senhor Deputado Rogério Veiros, terem vindo a público defender o Governo, em vez dos Agricultores.

O Senhor Deputado Rogério Veiros afirmou então que “*o stock de queijo existente é, praticamente, idêntico ao dos anos anteriores, sendo que o crescimento verificado na produção (+3,2%) é quase anulado pelo crescimento das vendas (+2%)*”. Parece que anda muito mal informado, Senhor Deputado, porque quem afirma que estão com um stock acima da média e com algumas dificuldades para escoar, são os próprios dirigentes das cooperativas e os seus associados.

Por outro lado, foi dito que existe “*mais queijo comercializado com o mesmo leite produzido, mais queijo certificado, melhores condições de fabrico e armazenagem e mais apoio à armazenagem*”, mas também é verdade que depois de tudo isto os agricultores têm rendimentos mais baixos.

Esta é que é a verdadeira questão, que não se compreende e ninguém explica.

Depois, Senhor Deputado Rogério Veiros, não lhe fica bem a si, nem ao PS, gabar sistematicamente o Governo de ter o mérito todo quando as coisas correm bem e acusar os dirigentes das cooperativas e os seus associados quando as coisas correm mal. É uma forma desonesta de fazer política. Como é desonesto dizer-se que parece que é só a Cooperativa dos Lourais que está com problemas... Porque não é, e o Senhor Deputado Rogério Veiros bem o sabe.

Por último, o Senhor Deputado, não fala nos atrasos dos subsídios, e não fala porque também é procurado por muitos agricultores a lamentarem-se pela falta de pagamento dos mesmos, só que não tem respostas.

Isto para não falar da praga do coelho bravo, que muito tem afectado as nossas explorações e que o Governo e o Senhor, parecem fazer tábua rasa da problemática.

Dito isto, ficou claro que o CDS-PP afinal sabe do que fala, ao contrário do Senhor Deputado do PS, que põe de parte as dificuldades de quem o elegeu para elogiar um Governo que já está eleito, mas ainda não cumpriu com parte do que prometeu para o sector cooperativo Jorgense.

Esperamos que o Sr. Secretário responda aos agricultores açorianos, pois a figura regimental que agora usamos dá essa possibilidade a V. Exa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques. Tem três minutos.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou gastar os três minutos para que o Sr. Secretário tenha o argumento de chegar à hora regimental e não poder responder às questões colocadas.

A agricultura e sobretudo o sector cooperativo de S. Jorge, é um assunto que tem sido tratado nesta casa ao longo dos últimos anos.

Os vários secretários que o antecederam fizeram parte, duma forma se calhar ilegal, das assembleias-gerais do sector cooperativo e pressionaram para que houvesse estas três fábricas. Os senhores vão dizer que não, mas foi assim que aconteceu.

Acontece que agora, ao mais pequeno problema, que não é um problema pequeno, no dia 9 de Janeiro, o Diário Insular traz a notícia, que os produtores de leite vão passar a receber menos dois cêntimos por litro de leite, e um produtor com 300 mil litros de leite, estamos a falar em 6 mil euros. É muito, muito dinheiro.

Portanto, o Governo não pode, quando a coisa corre mal, se desresponsabilizar.

Sobre a questão dos postos de recolha foi dito por antecessores seus que, para não haver uma desertificação das freguesias, no lugar de Santo António e na Freguesia dos Rosais iam ser criados postos de recolha de leite.

Ora, eu não vou gastar muito tempo a falar do Deputado Rogério Veiros, com toda a consideração que ele me mereça, mas a verdade é que o que ele veio responder sobre esta questão é que isso não tem nada a ver com o assunto e o próprio Governo responde em requerimento que isso é com a União das Cooperativas. É uma forma habilidosa de descartar o assunto.

É verdade que o sector cooperativo foi saneado. Essa é uma situação que eu próprio já reconheci aqui.

Agora, ao encontrar este problema da criação dos postos de recolha de leite, o Governo não pode descartar-se, porque quando as coisas correm bem são os senhores que querem aparecer na primeira página. Vários são os recortes da imprensa em que o Sr. Presidente do Governo aparece com o Deputado Rogério Veiros, não sei porquê, mas lá aparece, e fala nos benefícios da infra-estrutura e que agora vai correr bem.

Nós somos gente de boa fé, mas acontece que assim não é e os produtores pensaram que depois desta reestruturação iam, de facto, receber mais pelo leite. Ontem no *sound byte* que o Sr. Presidente ensaiou aqui dizia isso mesmo. Eu senti-me mal nesta sala, quando o Sr. Presidente disse, mas não estava a falar verdade, que os agricultores agora estavam a receber mais, quando é precisamente o

contrário. No caso concreto da Ilha de S. Jorge os agricultores estão a receber menos pelo leite.

Termino, Sr. Presidente, para deixar tempo para o Sr. Secretário Regional da Agricultura responder sobre esta matéria.

Presidente: É generoso da sua parte.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(* **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço a oportunidade que me dão, com esta intervenção do CDS/PP, para poder esclarecer aqui de uma só vez várias das questões que têm vindo a público, sempre com o propósito reiterado, manifesto de agitar, de provocar, de trazer ansiedades àqueles que trabalham no dia-a-dia na nossa agricultura.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): É tudo mentira!!!

O Orador: No que diz respeito ao pagamento aos nossos agricultores é inequívoco o seguinte:

Os prémios nas últimas duas campanhas subiram 77% relativamente ao anterior. Deixaram de haver rateios em muitos dos prémios, nomeadamente nas ajudas animais e este ano, comparativamente ao ano anterior, os pagamentos estão sendo feitos em mais quantidade e com maior celeridade do que era feito anteriormente.

Nós recebemos anualmente mais de 33 mil candidaturas aos diferentes prémios agrícolas. Neste momento e para falar de S. Jorge que é a ilha sobre a qual o Sr. Deputado Luís Silveira veio fazer a sua intervenção, nós podemos dizer-lhe o seguinte:

Recebemos e estão a ser pagas 4.451 candidaturas. Neste momento estão pagos aos agricultores de S. Jorge 3.636.169,03 €. Destas candidaturas, cujos pagamentos já ocorreram, estão por pagar 11.869,72 €. Isto significa menos de 3% dos pagamentos já efectuados.

Pergunta por que é que estes 11.869,72 € ainda não foram pagos? Não foram pagos por variadíssimas razões. Nós recolhemos as candidaturas nos serviços, os serviços fazem o controlo administrativo dessas candidaturas e o controlo no local quando são seleccionadas para o efeito e há algumas candidaturas que apresentam alguma

irregularidade. Essas candidaturas, naturalmente, não podem ser pagas enquanto não for saneada a irregularidade.

Isto sempre aconteceu, sempre vai acontecer e não há outra maneira de o fazer. Agora, não podemos é suspender o pagamento de todas as candidaturas que estão regulares para aguardar que sejam saneadas as irregularidades daquelas que não estão regulares.

Está entendido e esclarecido relativamente a esta matéria.

No que diz respeito à praga do coelho, Sr. Deputado, já foi várias vezes dito e explicado que nós temos na praga do coelho uma possibilidade legal de qualquer produtor requerer correcções de densidade.

No que diz respeito à reestruturação do sector cooperativo de S. Jorge, nós reestruturámos este sector não só no seu endividamento, mas também na construção de novas fábricas para o queijo de S. Jorge.

Nós saneámos financeiramente aquelas cooperativas que aderiram ao processo de saneamento financeiro. Não o fizemos relativamente à Cooperativa dos Lourais, por exemplo, porque aquela cooperativa não quis aderir ao saneamento financeiro que se iniciou no ano 2000. Foi sempre contra o saneamento financeiro. Só aderiu em 2008 e nessa data tinha vários meses de atraso de pagamento aos produtores.

Aliás, lembro o Sr. Deputado, na altura não se podia sequer falar de baixa de preços do leite, na altura o que se falava era de não haver pagamentos do leite.

Havia 18 meses de atraso do pagamento do preço do leite e o que nós disponibilizámos à Cooperativa dos Lourais foi exactamente as mesmas condições que tínhamos disponibilizado a todas as restantes cooperativas de S. Jorge.

Há aqui uma outra questão que quero esclarecer:

Nos resgates de leite em S. Jorge foram recepcionados 41 pedidos de resgate, foram aprovados 33 e existem 74 pedidos para novas quotas, o que significa que ninguém está a debandar o sector, está a fazer-se reestruturação do segmento de leite na nossa Região.

Gostaria também de referir uma outra questão, que o senhor refere na sua intervenção e é a segunda vez que a faz, uma vez que isso é já a leitura do

comunicado que fez quando convocou a conferência de imprensa, e que é o seguinte:

O Sr. Deputado penaliza S. Jorge, penaliza os seus agricultores e penaliza as cooperativas com algumas das suas afirmações.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): A culpa agora é minha! Eu é que sou o culpado!

O Orador: Estou a referir-me concretamente, Sr. Deputado, à sua afirmação de que S. Jorge tem o queijo armazenado a sair pela porta fora e que já não há espaço para pôr queijo. Isso é um péssimo sinal que se dá para o mercado, isso é prejudicial para quem anda a comercializar queijo.

Além do mais, Sr. Deputado, queria dizer-lhe o seguinte:

S. Jorge produz anualmente cerca de 30 milhões de litros de leite, se transformar esse leite em queijos, dá mais de 300 mil queijos anuais.

Se partir do princípio correcto que o queijo tem que estar armazenado pelo menos quatro meses para ser comercializado verificará que o número de queijos maturados em S. Jorge não excede sequer aquilo que é normal que se tenha, muito mais nesta altura do ano.

Deputado João Costa (PSD): E é quanto?

O Orador: Sr. Deputado, o sector cooperativo de S. Jorge hoje não está pior do que estava no passado. Hoje o sector cooperativo de S. Jorge responde melhor às necessidades dos agricultores, tem maior eficiência e todos os investimentos que o Governo se comprometeu a apoiar em S. Jorge, da nossa parte foram todos cumpridos e todos os apoios foram prestados. Isso é que é a realidade.

Se o sector cooperativo de S. Jorge ainda quiser executar o restante investimento que estava previsto, o Governo continuará a apoiar estes investimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ninguém diz o contrário!

Presidente: Já ultrapassamos a nossa hora regimental, mas atendendo à natureza do debate dava três minutos ao Sr. Deputado Luís Silveira, que está inscrito, para encerrar o debate.

Deputado António Ventura (PSD): Eu também estava inscrito!

Presidente: Assim sendo, resolvemos o problema numa forma mais simples, Sr. Deputado.

São 13 horas e 5 minutos e o debate devia ter terminado às 13,00 horas. Ficamos com o debate por aqui.

Deputado António Ventura (PSD): Eu estava inscrito!

Presidente: Está inscrito, como está também o Sr. Deputado Luís Silveira.

Vamos interromper os nossos trabalhos para almoço e retomamos às 15,00 horas com a Agenda.

(Eram 13 horas e 05 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, muito boa tarde.

Agradecia que reocupassem os vossos lugares para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Vamos dar continuidade ao debate sobre o **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2009 – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquando da discussão deste diploma a Representação Parlamentar do PCP disse claramente que esta simplificação poderia conduzir a situações de algum compadrio e até de alguma corrupção e na altura utilizei até os termos “corruptex e compadrex”.

Aquilo que hoje estamos aqui a discutir, nomeadamente a proposta de alteração que é apresentada pelo Bloco de Esquerda, procura reduzir, para um valor aceitável, os trabalhos a mais.

Deputado José San-Bento (PS): Não diga isso, Sr. Deputado!

O Orador: Digo, sim senhor e vou explicar-lhe, até porque os argumentos que foram utilizados pelo Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos e pelo Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, pressupõem que trabalhos a mais vai haver sempre, isto é: a norma é os trabalhos a mais. Ora, isso denota desde logo uma grande falta de rigor e de exigência, porque aquilo que foi dado aqui como um principal argumento, quer por parte do Sr. Secretário Regional, a que já aludi, quer pelo Sr. Deputado Herberto Rosa, mas também por parte da bancada do PSD que, relativamente a esta situação se situam no mesmo plano de defesa dos mesmos interesses e por isso não estranhámos esta união de esforços para reprovar esta proposta de alteração do Bloco de Esquerda.

Introduzir rigor e exigência, até para a própria administração, na forma como são planeadas as obras públicas, é evidente, considerando que esta margem dos 5% é suficiente.

Mas há uma outra questão:

O proponente efectivamente teve o cuidado de não se radicalizar numa posição, ou seja, determinadas obras, pela sua complexidade se poderá dar esta margem e, por exemplo, ainda há pouco estava a olhar para as manobras da draga do Porto da Horta e é evidente que uma obra com esta complexidade isso pode acontecer.

Portanto, da mesma forma, e com os mesmos argumentos, com que reprovámos na altura este diploma, agora vamos dar o nosso apoio à proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, até porque julgo que é muito importante que a administração dê este sinal de exigência e de rigor nas candidaturas.

Da forma como se pretende dar esta indicação, os trabalhos a mais retiram rigor e julgo que não é isso que compete ao poder político, o poder político deve, nesta situação, dar sinais de exigência e de rigor. É isto que se pretende, no fundamental, com esta proposta do Bloco de Esquerda, a qual nós subscrevemos sem nenhum pejo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O que preocupa Partido Popular Monárquico e o que me preocupa - não pelos motivos associados a quaisquer práticas relacionadas com a corrupção, porque isso são sempre acusações que se têm que provar e não é nossa prática, não fazemos acusações no vazio com acusação sem um alvo direccionado e sem as respectivas provas - é a falência do país, o aumento da despesa pública e ainda por cima vejo o programa do Medina Carreira e fico cada vez mais deprimido e cada vez mais assustado.

O que me preocupa, nesta matéria, são as contas do Estado, o que me preocupa é transmitir ao resto da sociedade uma ideia de rigor nas contas públicas, contenção na despesa e fundamentalmente evitar estas célebres derrapagens.

Assim sendo, nós apresentamos uma proposta de alteração que modifica o valor para 15%. É esta a posição que nós defendemos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que eu gostava de ver explicado é por que é que vem dos 25% para os 15%. Isso não tem, de facto, nenhuma explicação.

Acabou de explicar que baseia as suas posições e fundamenta a sua teoria, no Medina Carreira. Acho que faz muito bem.

Agora, eu gostava que explicasse a esta Câmara, até para eu perceber e eventualmente até poderei ir para a posição do Sr. Deputado, por que é que vem de 25% para 15%? É a média aritmética ou o senhor hoje quer dar aqui um ar de que está mais à esquerda do que o PSD e do que o CDS/PP? Será isso, Sr. Deputado?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava, se me fosse permitido, de parafrasear o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa e começaria por dizer que foi sem surpresa que ouvi e registei as diferentes intervenções das diferentes bancadas e as diferentes reacções ao nosso Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Começaria, porque também foi o primeiro a fazer uma apreciação deste Projecto, pelo Sr. Deputado Pedro Gomes e vou tentar fazê-lo o mais coloridamente que me for possível para merecer esse elogio de coloração.

O Sr. Deputado começou por se referir ao aspecto temporal e dentro deste argumento é suposto que uma alteração feita nesta casa há pouco mais de 8 meses desaconselharia que agora voltássemos novamente a fazê-la.

É curioso, porque ainda não há muito tempo houve uma lei que ao fim de um ano de ser aqui aprovada nesta casa e ao fim de seis meses de árduo trabalho, que se chama Lei Orgânica da Assembleia Legislativa dos Açores, foi aqui alterada sem nenhum tipo de problema por causa de, em tão curto espaço de tempo, voltarmos a alterá-la.

Disse também o Sr. Deputado que não há histórico ainda suficiente. Sr. Deputado, eu acho que é exactamente o contrário, eu queria era que o Sr. Deputado fosse capaz de me dar um histórico de não existência de derrapagens. Sabe, Sr. Deputado, que o histórico começa, por exemplo, com um artigo da Sra. Deputada Carla Bretão, de Julho de 2008, que a meio diz assim: “Convém mesmo que todos saibamos que existiram determinadas derrapagens financeiras em obras de muitos milhões, que se traduzem em perdas significativas do nosso dinheiro para além dos erros estratégicos e da falta de planeamento que levam ao desbarato de muitos mais”.

Estou perfeitamente de acordo, faz parte do histórico, Sr. Deputado; obras do porto da Vila derrapam, faz parte o histórico; obras das Porta do Mar derrapam, faz parte

do histórico; obras em catorze escolas das Região derrapam, faz parte do histórico; obras no porto da Caloura derrapam, faz parte do histórico. Sr. Deputado, o histórico nunca mais acaba, ou seja há aqui um histórico mais do que suficiente para, na realidade, esta proposta de alteração do Bloco de Esquerda ter razão de existir.

Depois disse ainda o Sr. Deputado que havia na nossa proposta propósitos utópicos.

Eu gostaria de registar que o Tribunal de Contas, se um dia tiver acesso às actas desta sessão, deve ficar muito satisfeito em saber que os propósitos do Tribunal de Contas são utópicos.

Quando lemos no site da internet do Tribunal de Contas uma frase que está lá em letras bem grandes que diz: “Ajudar o Estado e a sociedade a gastar melhor”, isto é utópico, e quando há reiterados alertas do Tribunal de Contas para “actividades de risco agravado, nomeadamente os contratos públicos”, a que se junta agora o ajuste directo a montantes muito superiores aos normais, como forma de combate à crise, tudo isto são conceitos e pretensões utópicas.

Para além disso, e ao contrário do que foi afirmado, não é o Bloco de Esquerda que propõe um limite de 5% do preço contratual para os trabalhos a mais como regra e um limite de 25% como excepções em obras afectadas por condicionalismos naturais, com especiais características de imprevisibilidade. Estes limites estão consagrados no Código dos Contratos Públicos.

Portanto, aquilo que aconteceu aqui foi que os Açores transformaram em regra absoluta aquilo que neste Código é uma excepção. É quanto a esta alteração que nós estamos em total desacordo.

Depois dizem alguns Srs. Deputados e também o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos que as características dos solos açorianos, a sua natureza imprevisível, a imprevisibilidade da sua estrutura geo-morfológica, praticamente justificam e até obrigam a que todas as obras derrapem na Região. Nós discordamos deste ponto de vista e achamos que não estamos sozinhos e gostaríamos de dar alguns exemplos de que não estamos sozinhos neste desacordo:

Por exemplo na auditoria ao contrato de empreitada de construção do Matadouro, página 35 do Tribunal de Contas, no ponto 21 – recomendações, diz assim:

“Primeira recomendação: Maior cuidado no planeamento das obras públicas, por forma a que as condições de execução correspondam às que foram postas a concurso;

Segunda recomendação: A demonstração do preenchimento dos requisitos de que depende a celebração de contratos adicionais para a realização de trabalhos a mais, designadamente o da sua necessidade, ter resultado de uma circunstância imprevista à execução da obra”.

Ora, quando nós vamos à imprevisibilidade invocada, que está na página 17, diz assim: “Os trabalhos a mais tiveram como principal factor gerador, alterações imprevisíveis na conjuntura do mercado do gado e da carne na região e no continente.

Com a substituição das exportações de gado vivo da Região, especialmente para o Continente, pelo abate e expedição de carcaças, o que pressupõe concentrar os abates e a refrigeração das carcaças até à expedição para o exterior”.

Mais abaixo diz o Tribunal de Contas: “Não constitui circunstância imprevista decidir em 15 dias, depois da obra estar em curso, que afinal seria preferível substituir a exportação de gado vivo pelo de carcaças”. Ou seja, gado vivo e geomorfologia, mesmo para um leigo, não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, esta imprevisibilidade geomorfológica é verdadeiramente excepcional.

Depois ainda no parecer da AICOPA, apenso ao relatório e pedido pela Comissão de Economia, que analisou o nosso Projecto de Decreto, no seu ponto 5 diz o seguinte:

“O que é facto é que a falta nos projectos apresentados de rigor nas mediações, seja pela falta de pormenorização, seja pela falta de estudos preliminares (por exemplo, geotécnicos), aconselham à manutenção deste limiar, pelo menos até a legislação prever, de forma mais eficaz, a responsabilidade do projectista por eventuais falhas do projecto”.

Finalmente no ponto 7 diz o seguinte: “Destarte e pelo exposto, deve o actual limiar de 25% manter, sobretudo porque não se vislumbra a curto prazo uma melhoria significativa dos projectos submetidos a concurso”.

Ou seja, não há aqui uma questão, na regra – na excepção há sempre – geomorfológica, há uma questão de decisão política que é não gastar dinheiro a montante nos estudos, nos levantamentos que, por exemplo, levaram o Tribunal de Contas, no seu parecer prévio, a chumbar as obras no Porto da Madalena, exactamente por falta de estudos geotécnicos e geomorfológicos, mas depois não há rebuço nenhum em derrapar seja o que for e a quantia que for.

A montante não se pode gastar dinheiro, porque isso é mau para o erário público; a juzante não há problema nenhum.

Ainda os limites que se cumprem em todo o território nacional, menos nos Açores, obrigariam a novos procedimentos, o que tornaria a obra mais cara. É um argumento que o Sr. Secretário utilizou na sua intervenção e já o tinha feito em sede de Comissão, ou seja, é sempre mais barato derrapar do que cumprir a lei. É a conclusão.

Ora, acontece que, quando nós vamos ao Observatório das Obras Públicas, nos 360 contratos públicos que lá estão disponíveis para consulta, destes 360 apenas um foi adjudicado por concurso público, todos os outros foram por ajuste directo e o Sr. Secretário vai ter que nos provar essa conta que o senhor faz dizendo se derrapar até 5%, depois tem que abrir novamente um concurso. Mas qual concurso se isto é tudo feito por ajuste directo?

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*):

Não está a falar da nossa Região! Está a falar de Lisboa ou de Cascais!

A Oradora: Portanto, não aceitamos também essa argumentação.

Finalmente e em relação ao que pressupôs o Sr. Deputado Herberto Rosa que estaria implícito no nosso Projecto de Decreto Legislativo Regional que os governantes e os empresários são todos uns malandros, devo dizer ao Sr. Deputado que não é assim, a questão é outra. Portugal é um Estado de direito, não é um estado de alma, e se é um Estado de direito as leis são para se cumprirem e elas existem não é porque os governantes e os empresários sejam desonestos, é porque

a lei é igual para todos, para os honestos, para os desonestos, para os menos capazes e para os mais capazes. É isso que é um Estado de direito e não um estado de alma.

Não há aqui desconfiança nenhuma, porque se nós fossemos todos santos e anjos nem era preciso que houvesse legislação à face da terra, o que não é o caso.

Portanto, para esta bancada a contratação pública deve ser um instrumento de transparência do investimento público e nunca uma medida de promoção do investimento e não vemos nenhuma aproximação, ao contrário daquilo que o Sr. Secretário disse, do Continente à Região. Todos os acrescentos estão nas exceções, não estão na regra, estão nos 25% e não nos 5%.

As obras públicas são feitas com o dinheiro de todos e não pode ser uma forma de investimento privado. É público, é com o dinheiro de todos e tem de ser feito doutra maneira.

Daí que eu não tenha percebido se a proposta do PPM era de aumentar de 5% para 15%, se era diminuir de 25% para 15%. Fiquei na dúvida uma vez que a nossa proposta tem claramente duas alíneas.

Não há nada de criatividade na sua proposta, não há nada de novo e mais não faz do que pegar no Código e transcrevê-lo para que ele seja aplicado na Região. Não há nenhuma invenção.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, devolvo-lhe a pergunta: por que não 15%, então porquê 5%?

Eu fiz a minha parte, reduzi de 25% para 15% e o Sr. Deputado, na sua concorrência com o Bloco de Esquerda, é que não fez a sua, porque abaixo do 5 tem o 4, o 3, o 2, o 1 e o 0 e abaixo de zero é para castigar os capitalistas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(* **Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria reiterar mais uma vez aquilo que foi dito na primeira intervenção.

A proposta do Bloco de Esquerda, ao contrário do que inicialmente parece, não introduz nenhum rigor, nenhuma transparência e nenhuma poupança nos cofres do erário público, nenhuma situação que seja mais vantajosa também na Região Autónoma dos Açores, porque o Bloco de Esquerda funciona com base nos pressupostos do Decreto-Lei 59/99, que foi justamente alterado pelo novo código da contratação, permitindo, agora sim, uma nova leitura da realidade ...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Na excepção!

O Orador: ... e uma nova leitura onde responsabiliza os projectistas, os erros e as omissões e dá mais rigor e mais transparência e dá, naturalmente, também a possibilidade de se poder atender às obras públicas com outra visão.

Portanto, todos esses casos que invocou das ditas derrapagens caem por terra até por uma coisa que eu ontem referi: antigamente não havia preço máximo, havia um preço base que podia ser ultrapassado com as propostas e aí começava logo a primeira derrapagem; agora há um preço que é o tecto limite e aí já não há nenhuma derrapagem. A única derrapagem que eventualmente podia ser tida na sua proposta seria a derrapagem dos 25%, mas isso, no nosso entender, não é derrapagem, como não o é para o Governo da República.

O Governo da República, devo dizê-lo, inicialmente achou, no primeiro código de contratação pública, que 5% era suficiente e não haveria excepção nenhuma e numa segunda leitura aproximou-se, isso sim, do diploma da Região Autónoma dos Açores e posso dizer-lhe que não vai levar muito tempo que ainda se vai aproximar mais. Sabe porquê, Sra. Deputada?

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Sei!

O Orador: Por uma coisa muito simples, porque há uma coisa que os juristas chamam de indeterminação jurídica e incerteza jurídica, associada a decisões que

têm a ver com esses tais condicionalismos, ou seja, em sede de contencioso o dono da obra e o adjudicatário podem achar que as tais imprevisibilidades, que a senhora chama excepções, são exactamente de leituras distintas e conflituosas. Na nossa proposta isso nunca acontece, porque só é permitido 25%.

Portanto, o rigor nesta proposta que foi aqui aprovada na Assembleia Legislativa Regional e que, naturalmente, é uma proposta séria e correcta, mesmo de acordo com as organizações representativas do sector, porque elas conhecem a nossa Região e conhecem esses ditos casos excepcionais que, ao fim e ao cabo, nos Açores são a maioria das obras que nós temos e por isso o que não faz sentido é introduzir mais incerteza jurídica com essas ditas excepções que em sede de contencioso, quer os empreiteiros, quer os decisores poderiam sempre apelar não terem critério na assumpção do que é que seriam ou não trabalhos a mais.

Aliás, a postura do Bloco de Esquerda, nesta como noutras matérias, é uma postura curiosa que nós conhecemos na sociedade, confunde sempre a tolerância com a permissividade e nestes casos confunde o rigor com a sua intransigência de ver a sociedade sempre a preto e branco.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fico satisfeito por saber que a Sra. Deputada Zuraída Soares lê jornais e, para além disso, lê artigos escritos por deputados e deputadas do Partido Social Democrata – muito me agrada isso - e que esses artigos constituam motivo para a sua reflexão política.

Deputado Mário Moniz (BE): Lemos tudo!

O Orador: Faço votos para que, partindo da reflexão, também possam ser úteis para actuação política do Bloco de Esquerda, porque alguns desses artigos trazem uma reflexão apurada da realidade açoriana.

Mas queria dizer-lhe, Sra. Deputada, que quando afirmei o que afirmei ontem, e que V. Exa. citou bem, de que não tínhamos histórico suficiente, eu não estava a referir-me aos artigos de jornal,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não são artigos, são obras!

O Orador: ... estava a referir-me a decisões do Tribunal de Contas, entidade a quem compete fiscalizar a legalidade da despesa pública, aplicando o novo regime dos 25% que a Região adoptou há seis meses atrás. Esse é que é o histórico que temos que trazer para perceber se a decisão que foi tomada por este Parlamento, ao aprovar este limite de trabalhos a mais, está certa ou está errada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Quanto tempo de espera!

O Orador: Sra. Deputada, foi publicado em 6 de Agosto de 2009 e perguntava-lhe decisões relativas a casos de trabalhos a mais que tenham ocorrido entre 6 de Agosto de 2009 e a data actual para justificar a alteração do regime que então aprovámos. Esse é que é o histórico que é preciso trazer, não são recortes de jornais ou opiniões daqui ou de acolá ou derrapagens desta ou daquela obra.

Esta é a primeira observação que quero fazer e sobre a qual gostava de ter um esclarecimento cabal por parte do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A segunda questão que tenho que colocar ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, e V. Exa. terá a oportunidade de explicar a esta Câmara, essa distinção que é também essencial para compreendermos a profundidade do seu pensamento político nesta matéria, é a seguinte:

Faz alguma diferença, para o Bloco de Esquerda, a construção da restauração de uma escola? Faz alguma diferença para o Bloco de Esquerda a construção de um edifício novo ou a restauração ou recuperação de um edifício para um Centro de Saúde? Faz ou não diferença, para o Bloco de Esquerda a construção de novo de uma sede dum associação ou a reabilitação ou restauro dum sede dum qualquer associação juvenil, cultural, recreativa desta Região?

Esta questão é essencial, porque se faz diferença, é uma coisa, se não faz diferença, então a solução que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou e que já não foi objecto de apreciação na Comissão, porque constitui uma alteração ao Projecto de Decreto Legislativo Regional não faz nenhum sentido. O Bloco de Esquerda alarga os 25% também às obras de reabilitação ou restauro de bens imóveis, então por que é que há-de fazer diferença a recuperação ou restauro dum sede de associação ou a sua construção de novo? Por que é que uma e outra não

hãode ter o mesmo limite de trabalhos a mais de 25%? Onde é que está a diferença, Sra. Deputada?

Deputada Zuraida Soares (BE): É imensa!

O Orador: Eu gostaria de pudesse explicar, para percebermos, qual é o sentido prático desta nova alteração que o Bloco de Esquerda apresenta à sua proposta inicial.

Por fim deixe-me dizer-lhe, Sra. Deputada, que a bancada do PSD, ao contrário da bancada do Bloco de Esquerda, não confunde legalidade com desconfiança generalizada sobre todos aqueles que têm a obrigação de gastar bem os dinheiros públicos.

Não confundimos transparência do gasto dos dinheiros públicos com um oportunismo justiceiro que suspeita de tudo e de todos em todas as circunstâncias, que é isso que está presente nesta proposta do Bloco de Esquerda, porque nenhuma das razões que o Bloco de Esquerda invocou, e que V. Exa. verbalizou neste debate, são suficientes para justificar esta redução que agora se propõe, sobretudo à luz das contradições que estão agora espelhadas entre um alargamento para 25% de restauro e recuperação de imóveis, contra a sua construção de novo.

Não se percebe o alcance da proposta do Bloco de Esquerda.

Deputado Mário Moniz (BE): É fácil perceber! Nem é preciso ser engenheiro para perceber!

O Orador: Esta alteração vem demonstrar, isso sim, uma inconsistência legislativa e uma inconsistência política em mais esta proposta do Bloco de Esquerda.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a questão é a seguinte:

Primeiro, o PCP tem o seu próprio projecto político, tem os seus passos, com a dimensão que tem, mas tem projecto e tem espaço político. Não concorre nem com o Bloco de Esquerda nem com o PPM, nem com nenhuma outra força política, apenas tem um projecto.

Depois, Sr. Deputado, a Representação Parlamentar do PCP não fez nenhuma proposta de alteração, porque entendeu que a proposta feita pelo Bloco de Esquerda era justa e vinha de encontro àquilo que pensamos sobre o assunto, aliás, como temos apoiado propostas do PPM, do PSD, do PS e do CDS. É assim que nós estamos neste Parlamento a dar cumprimento ao mandato que os açorianos nos deram. É apenas isto e espero que fiquemos clarificados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Pedro Gomes, nós assumimos a inconsistência e não temos nenhum problema, o Sr. Deputado assume a retórica.

Nós consideramos que a nossa proposta de alteração fala por si, é clara, é simples e é transparente nos seus objectivos.

Não nos surpreende o incómodo e a rejeição, pelo contrário compreendemo-lo perfeitamente e isso só faz com que nos sintamos mais convictos nesta proposta.

Muito obrigada.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(* **Deputado Manuel Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não duvidamos, nem pretendemos com certeza, que as intenções de V. Exa., do Bloco de Esquerda, nesta matéria sejam as mais puras e as mais nobres. Não temos nada que nos diga que não é assim, só que também temos que deixar perfeitamente claro que são incoerentes e que são ineficazes.

Penso que já está suficientemente demonstrado que regredir para o limite dos 5% e considerando que – e vou também socorrer-me do parecer da AICOPA – circunstâncias há, que justificam e aconselham a modificação de um projecto, já durante a execução da obra, por uma questão de adequação tecnológica ou outra, e considerando também que as próprias características morfológicas da Região,

ocasionando motivos imprevistos, motivam que o limiar em apreço seja superior ao que vigora em Portugal Continental, é óbvio que a aprovação da proposta do Bloco de Esquerda, e já foi aqui dito e repisado que a interrupção de obras, instalações de novos estaleiros, etc., e começou logo por ser frisado *had inicio* pelo Sr. Deputado Pedro Gomes, não iria cumprir esse nobre objectivo de reduzir custos, antes pelo contrário iria provocar agravamento de custos e atrasos na execução das obras.

Deputado Mário Moniz (BE): Está enganado!

O Orador: Isto parece que está por demais evidente.

Para além disso, Sra. Deputada, há um outro aspecto que nós não podemos deixar passar em claro que é o princípio da superioridade ou da pretensa superioridade moral por parte do Bloco de Esquerda.

V. Exa. adjectivou ou pretendeu dar a entender daquela tribuna que nesta coisa dos contratos públicos e mercê da adequação à Região do CCP estávamos perante uma situação de regabofe.

Eu também me socorro do parecer da AICOPA, quando diz no seu ponto 6 e vou citar: “ Não convém esquecer que a maior parte dos trabalhos a mais executados nas obras existentes na Região Autónoma dos Açores são a preços contratuais, afastando-se, com este argumento, o argumento de falta de transparência e a abertura de portas a práticas menos abonatórias, assacado na proposta em apreço”.

Não sou eu que o digo, apenas repito.

O Bloco de Esquerda, para além de não ter razão material, coloca-se numa posição complicada a dois níveis, pelos epítetos que usa perante aquilo que nós consideramos que são pessoas de bem.

Eu não digo que o bloco de Esquerda, se calhar até bem apelidado ultimamente por outras forças, está contra a autonomia, mas digo que foi o estatuto autonómico e foi a autonomia que permitiu aos Açores e à Assembleia Legislativa da Região adequar esta legislação à realidade específica dos Açores e V. Exa., ao voltar impor na Região legislação nacional, não está a fazer um ataque à autonomia, mas lá que parece, parece!

Obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Creio que está feito o debate na generalidade.

Assim sendo, passamos para a votação na generalidade deste Projecto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 votos a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Pedia aos líderes dos grupos e representações parlamentares, bem como ao Sr. Secretário Regional da Presidência para se acercarem aqui da mesa.

(Pausa)

Vamos fazer um intervalo de 20 minutos para uma reunião da conferência de líderes.

Retomamos às 16 horas e 20 minutos.

(Eram 16,00 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 16 horas e 25 minutos)

(O Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Sr. Deputado Mark Marques)

A conferência de líderes deliberou trocar a ordem de dois pontos da nossa Agenda.

Assim, o nosso ponto 3 – Proposta de Decreto Legislativo Regional 30/2009, passa para o ponto 6 e o ponto 6 – Petição 425/2009 passa para o ponto 3.

Assim sendo, passamos para o ponto 2 da nossa Agenda, **Proposta de Decreto Legislativo Regional 21/2009, primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional 37/2008/A, de 5 de Agosto, que estabelece o regime jurídico de actividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores.**

Eu dou a palavra, para apresentar o diploma, ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que esta proposta, que resultará da primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional que estabelece o regime jurídico das actividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região, visa essencialmente um objectivo que é alterar aquilo que antes era a regulamentação das touradas à corda que neste momento passaram a estar inscritas neste diploma que permitiu a unificação jurídica de tudo o que é licenciamentos municipais.

Neste contexto, a proposta de alteração tem quatro objectivos:

O primeiro é alterar o conceito de ganadeiro, porque nós consideramos que para um empresário ser não deve estar de maneira nenhuma obrigatoriamente vinculado a uma determinada associação e o facto de depender dessa inscrição na associação para obter um licenciamento municipal, consideramos que não faz sentido.

Também com o objectivo de não banalizar o conceito de ganadeiro e não transformar esta actividade numa actividade meramente de comercialização de gado bravo, propomos a inserção dum conceito de ganadeiro e define que podem ser ganadeiro, para efeito desta presente legislação, todos aqueles que tiverem nas suas explorações pelos menos 80% de gado bravo oriundo da própria exploração e que ao mesmo tempo esse gado esteja inscrito no livro genealógico ou no registo zootécnico referenciado pelo departamento do governo da área da agricultura.

O segundo aspecto é que as touradas não tradicionais passam a poder ser efectuadas em todos os dias da semana e não apenas ao fim de semana.

Isto justifica-se com o facto de se ter verificado ao longo dos últimos anos que o crescimento do número de touradas tem vindo a aumentar, em que havia nos fins de semana 5, 6 touradas no mesmo dia o que não só implicava uma distribuição por demasiados espectáculos no mesmo dia, como não dignificava esta festa brava e não criava efectivamente condições de se poder usufruir daqueles que são os objectivos dos seus promotores. Neste contexto as touradas não tradicionais podem também ser licenciadas nos dias normais de semana.

Por outro lado, reduzimos em 30 minutos o tempo máximo de tourada com o objectivo de melhorar o bem-estar animal e reduzir o tempo em que os touros estão dentro das gaiolas.

Em quarto lugar, também fizemos um aperfeiçoamento no sentido em que a anterior legislação, que vem desde que há regulamentação de touros, tinha um aspecto que era muito difícil de aplicabilidade prática no sentido de coordenação que é a manutenção na legislação da proibição de duas touradas em freguesia contínuas no mesmo dia, que antes era interpretado ao nível de ilha e agora passa a ser ao nível de concelho.

Tendo em conta que há ilhas com mais do que um concelho, cada câmara é que licencia e, portanto, uma câmara não tem conhecimento das touradas que ocorre no concelho vizinho e podia dar-se o caso de, sendo duas entidades diferentes a licenciar, vincular essa restrição apenas às touradas em cada concelho e não às touradas no conjunto de ilha.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(*) Deputado António Toste (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As touradas à corda nos Açores são uma tradição da cultura popular com séculos de história, nomeadamente na Ilha Terceira.

Segundo reza a história, em 1583, na Batalha da Salga, na Ilha Terceira, com a ajuda dos touros recolhidos naquele local, foi possível fazer recuar os espanhóis para o mar.

Longe vão os tempos em que as nossas estradas acolhiam as touradas à corda. Os arraiais em macadame eram propícios ao comportamento do touro.

No percurso das touradas normalmente existia uma ou duas tascas tradicionais, improvisadas num quintal ou num serrado onde se podia apreciar o bom vinho de cheiro, a batata com malagueta e o famoso queijinho de cabra.

Com a evolução dos tempos tudo se foi alterando, havendo mesmo alterações significativas do comportamento do touro, nomeadamente pela clara melhoria das estradas em asfalto ou em calçada, que penalizam a acção do touro, os ganadeiros, os próprios touros, o aperfeiçoamento genético, o pastoreio e a alimentação, manuseamento dos touros entre as criações e o local da tourada.

As referidas tascas sofreram uma grande transformação designadamente na qualidade e na quantidade sendo hoje, de 1 de Maio a 15 de Outubro, uma fonte de negócio para muitos comerciantes e, como não podia deixar de ser, também a alteração a que fica sujeito agora o regulamento das touradas à corda.

Hoje na nossa Região existem mais de duas dezenas de s, repartidos pelas ilhas Terceira, S. Jorge, Graciosa, Pico e S. Miguel. No entanto, é na ilha Terceira que as touradas à corda têm maior expressão e sentimento.

Na última época taurina, de 1 de Maio a 15 de Outubro, na ilha Terceira realizaram-se cerca de 260 touradas.

Assim, a iniciativa legislativa, ora em apreciação, vem alterar alguns pontos essenciais previstos no Decreto Legislativo Regional 37/2008/A, de 5 de Agosto.

As alterações agora propostas visam proceder à definição referentes às touradas à corda, nomeadamente a definição de gado bravo e a definição de ganadeiro.

Com estas duas definições clarifica-se o gado bravo e suas inscrições ao registo zooténico respectivo.

Salvuarda-se ainda que a percentagem do gado efectivo contribuirá para que qualquer criador de gado bravo possa ser considerado ganadeiro.

Por outro lado, esta alteração vem permitir a realização de touradas não tradicionais em qualquer dia da semana de modo a evitar a acumulação excessiva de touradas ao fim de semana, reduzindo-se ainda em 30 minutos a duração de tempo máximo da tourada, privilegiando-se assim o bem-estar animal.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação.

Como nota informativa, dizer que depois no seguimento da discussão, e atendendo às propostas de alteração que nós temos aqui, uma que vem directamente da Comissão, uma apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma pelo PP e uma pelo PSD, havemos de voltar ao debate.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai apoiar esta iniciativa aqui apresentada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que o Governo teve a iniciativa de trazer a esta casa a alteração à legislação vigente, exactamente no sentido de alterar principalmente o conceito de ganadeiro e nos tempos de crise que atravessamos é duplamente oportuna esta proposta, porque há ganadeiros na Terceira, pequenos empresários, que dão meia dúzia de corridas por ano e isso contribui, de algum modo, para a sua subsistência e para o seu rendimento.

Ora, esses ganadeiros que tinham obviamente poucas vacas, mas que já são, alguns deles, ganadeiros há 50 anos estavam impedidos de dar touradas e de ter a sua ganadaria. Isto porquê? Porque eram obrigados a inscrever-se no cartel que foi entretanto constituído na Terceira, uma associação privada que obrigava esses ganadeiros pequenos a terem critérios que eles não podiam cumprir e como tal não se podiam inscrever e consequentemente não podiam dar touradas ou ter touros para touradas.

Portanto, é extremamente positiva esta proposta e merecerá naturalmente o apoio da bancada do CDS/PP.

Permitam-me só acrescentar mais uma coisa.

Na sequência do que disse o Sr. Deputado António Toste, que bem lembrou dos petiscos que se comem nas tascas, sobretudo na nossa Ilha Terceira, em queria lembrar mais um que o Sr. Deputado António Toste se esqueceu, que é o coelho bravo frito, sanguinariamente abatido a tiro e que tão saboroso é nas nossas tascas e que nós nos consolamos a comer com um copinho de vinho de cheiro, esse, infelizmente, vai sendo cada vez pior, mas vamos bebendo.

Portanto, termino com este bom humor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma em apreço vai merecer genericamente a nossa aprovação, uma vez que vem adaptar e melhorar aquilo que é a realidade da Ilha Terceira numa manifestação cultural, social, económica, mas também ambiental, atendendo aos bovinos que são lidados, vem adaptar a esta realidade essa manifestação cultural.

O diploma permite que a festa brava não seja exclusiva de alguns, mas também não deve ser exclusivo de todos em favor daquilo que é a defesa numa manifestação cultural que tem que ter alguma dignidade e que tem que ter critérios qualitativos.

No nosso entender, genericamente merece a nossa aprovação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

Deputado António Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de fazer aqui uma explicação das alterações aqui na proposta, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Presidente: Se calhar é melhor fazer no debate na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dizer que, pelas razões que já foram aduzidas pela bancada do PSD, do PS e do CDS, o Partido Popular Monárquico dará o apoio a esta iniciativa.

Presidente: Não havendo, neste momento, mais inscrições, vamos passar à votação deste diploma na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada, na generalidade, com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 votos a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos para o debate na especialidade.

Está aberto o debate na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

Deputado António Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No artigo 43º, para a alínea a), definição do gado bravo, a alteração verifica-se na medida em que o registo zootécnico apenas identifica o animal, enquanto que a raça é inscrita no livro genealógico, com determinados critérios e de acordo com a legislação.

Tem por fim apurar a pureza da raça e corresponder para o seu progresso genético.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(* Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era só para solicitar um esclarecimento ao PSD em relação à sua proposta de alteração, nomeadamente no âmbito do artigo 84º.

A proposta de alteração do PSD para o artigo 84º refere que durante os anos de 2010 e 2011 podem exercer a actividade prevista na alínea b) do artigo 43º que diz:

“... desde que tenham actividades tauromáquicas devidamente comprovadas através das respectivas licenças nos últimos três anos”.

Ora bem, a questão que se coloca é que com a nova legislação que existia, como foi bem analisado pelo Sr. Deputado Artur Lima, houve um conjunto de pessoas que antes tinham acesso a esse licenciamento, à possibilidade de dar touradas e que efectivamente deixaram de o poder fazer, ou seja, com esta norma essas pessoas não tiveram actividades licenciadas nos últimos anos, particularmente durante o ano de 2009.

No fundo aquilo que nós queríamos era alargar aos ganadeiros que pudessem efectivamente exercer essa actividade. Agora obrigar que tenham tido actividade nos anos onde essa legislação os afastou de exercer essa actividade e obter esse licenciamento, penso que estamos, por esta via, a impedir esses mesmos ganadeiros de exercerem a actividade.

É esta a dúvida que eu tenho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós também temos uma proposta de alteração, na especialidade, para este diploma e é exactamente uma proposta desse género. Isto é para não haver aqui nenhuma ofensa de nenhum dos géneros da raça brava e como se faz referência ao touro fêmea, nós entendemos que no artigo 43º, na alínea g) onde se refere 4 bovinos, acho que faz falta dizer que são 4 bovinos machos da raça brava, uma vez que já fazia a distinção de bovino fêmea, parece-nos absolutamente imprescindível, em termos de igualdade de direitos, também termos posto aqui o bovino macho, que é o que é efectivamente corrido na tourada que não são vacas, porque também existem as vacadas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Então a Elisa não podia correr!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, a nossa doutrina democrata-cristã não é tão avançada a esse ponto que possamos considerar a Elisa!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(* **Deputado António Ventura (PSD)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também para explicar a nossa proposta e responder à questão do Sr. Vice-Presidente.

A nossa alteração ao artigo 43º tem a ver com a necessidade de englobar todos aqueles que têm vontade de ser ganadeiros, mas também fazer algum crivo relativamente àquilo que poderá ser vulgarização da festa brava.

Ninguém está impedido de ser ganadeiro desde que, e muito bem, vá inscrevendo os seus animais em livro zootécnico e a partir da inscrição destes animais, as descendências desses animais possam corresponder a 80% dos animais inscritos no livro zootécnico.

Portanto, para um percurso de passos que têm a ver com o livro zootécnico, com o acompanhamento das pessoas relativamente a esta matéria, todos podem ser ganadeiros.

Agora, é preciso também criar algum critério, é preciso criar algum rigor no modo como se é ganadeiro e, evidentemente, que todos nós sabemos, muito mais na Ilha Terceira, que há pessoas que correm touros já há 12 ou mais anos e que não são considerados ganadeiros.

Para esses, nos últimos três anos, basta ter uma licença na câmara municipal para serem considerados, num período de transição, inscritos no livro zootécnico e dois anos penso que é o tempo suficiente para daí terem o efectivo inscrito e começarem a ter produtos deste efectivo inscrito.

Portanto, para nós é uma questão de tornar ganadeiro quem tem condições de ser ganadeiros e não todos serem ganadeiros.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(* **Deputado António Toste (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao artigo 84º. nº 3, não concordamos com o PSD, na medida em que também já foi explicado pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, uma vez que no artigo 43º, alínea b), já está definido o conceito de ganadeiro e já garante isso

mesmo, ou seja, a partir da entrada em vigor do presente diploma, quem efectivamente tem 85% de gado oriundo da sua própria exploração passará a ser ganadeiro e ainda fica com uma margem de 20% o que achamos razoável, em termos comerciais.

O que se pretende aqui é que seja um criador de gado bravo a dar os touros e não os comerciantes.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não concorda com a proposta apresentada pelo PSD e vai votar contra.

Quanto à proposta do PP, queria referir que na alínea g) realmente falta ali a palavrinha “macho”.

Concordamos que, com esta proposta, a proposta do Partido Socialista fica prejudicada.

Na alínea j) do mesmo artigo – entrada de gado bravo – há aqui um lapso onde diz “embulados à solta”, está aqui metido por lapso e teríamos que fazer aqui uma pequena rectificação, ou seja, retirar o “embulados” e a alínea ficaria assim: “Manifestação de carácter popular caracterizada pela entrada/passagem de 4 bovinos machos ou mais da raça brava, definidos nos termos da alínea a), à solta, acompanhados de outros bovinos de características bravas, machos ou fêmeas também à solta, percorrendo o recinto onde se irá realizar a tourada à corda ou áreas adjacentes, devidamente tapadas para o efeito pelos respectivos promotores até ao local determinado, onde se encontrarem as gaiolas e apetrechos apropriados ao enjaulamento do gado bravo”.

Portanto, o que nós pretendemos é retirar o “embulados” e “embulados que”.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo;

É só para clarificar aqui um aspecto e contribuir para a condução dos trabalhos.

Devo entender, das palavras do Sr. Deputado António Toste, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista retira a sua proposta de alteração para a alínea g) do artigo 43º e que introduz uma alteração na sua própria proposta para a alínea j)

retirando as duas expressões “embulados” e “embulados que” que ali se encontram.

Deputado António Toste (PS): Correcto!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era só para alertar mais uma vez que a proposta de alteração para o artigo 84º, apresentada pelo PSD, se for aprovada implicará que nenhum ganadeiro que não esteja inscrito actualmente na associação de ganadeiros possa ter actividade nos próximos anos, pela simples razão de que em 2009 nenhum ganadeiro que não tenha estado inscrito na associação teve licenciamento.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é verdade!

Deputado António Ventura (PSD): Basta um ano!

O Orador: Não, se bastasse apenas um ano, teria que ser “num dos últimos três anos” e está aqui escrito “nos últimos três anos”, ou seja, nos últimos três anos implica que tenham licenciamento em 2009 e em 2009 nenhum teve. Desta forma exclui esse mesmo objectivo e, na prática, revoga qualquer alteração que esta lei pressupõe.

Em relação à proposta do PP, e por uma questão mais de pormenor, se ela tivesse sido aprovada, um dos grandes touros que passaram pelas ruas de Ilha Terceira, a Elisa não podia ter actuado e tínhamos perdido muitas grandes tardes de touros na Ilha Terceira.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(* **Deputado António Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ainda em relação à proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD para o artigo 43º, para a sua alínea a) e b), nós, Grupo Parlamentar do PS, não concordamos, porque há aqui uma ligeira diferença, ou seja, na alínea a) nós apresentamos como gado bravo, “.... todo o bovino inscrito no livro genealógico

da raça brava ou registo zootécnico respectivo, existente no departamento regional competente naquela matéria”. O PSD retira e ainda não explicou porquê.

Na alínea b) também temos aqui uma diferença que é a seguinte: “O criador de gado bravo, cujo efectivo destinado às lides respeitantes às manifestações taurinas constantes deste diploma, seja em 80% oriundo da própria exploração pecuária de gado bravo, ...” e aqui não consta na proposta do PSD, mas consta na do PS e nós queremos que assim seja, “... exceptuando-se a situação em que aquele inicia a sua actividade mediante a aquisição de gado bravo para formação da mesma”, ou seja, quem vai iniciar a sua actividade pode adquirir gado a outros. Isso é importante e não nos limitamos àqueles que existem, têm que ser aqueles que existem, os grande e os mais pequenos, mas também, porventura, outros que possam aparecer e esta alínea salvaguarda isso mesmo.

Aproveito a oportunidade para dizer ao Sr. Deputado António Ventura que, em relação à proposta apresentada pelo PSD para o nº 3 do artigo 84º, vem sempre ao encontro do mesmo artigo 43º, alínea d) (ganadeiro), ou seja, onde está definido os 80%, está mais do que claro que quem tem 80% do gado oriundo da própria exploração, (o gado criado na sua própria exploração) é considerado ganadeiro e a partir daqui a todo o momento pode melhorar, pode fazer tudo o que queira.

Portanto, a proposta do PSD não faz nenhum sentido, e concordo plenamente com o Sr. Vice-Presidente, porque realmente os ganadeiros que não deram touros nos últimos anos por não estarem inscritos na associação, logo não têm as touradas. Por uma razão ou por outra, não concordamos com a proposta do PSD e uma vez mais vamos votar contra.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Relativamente ao artigo 84º o nosso espírito, quando tivemos a elaborar o documento, é que efectivamente, e tive ocasião de dizer no início, bastava uma licença nos últimos três anos e não 1+1+1, mas se isso levanta dúvidas nós, por uma questão de melhor interpretação, alteramos, sem qualquer problema, para “.... num dos últimos três anos”.

O que nos interessa aqui é efectivamente criar alguma disciplina de acesso a ganadeiro, ou seja, ninguém está impedido de ser ganadeiro, que fique bem claro, mas também nem todos podem ser ganadeiros a bem da festa e a bem da vulgarização da festa. Essa norma transitória é para que se crie algum rigor e se crie algum espaço até para se atingir alguma excelência, quer na manifestação popular de rua, quer na manifestação que está agora aqui em discussão.

Portanto, é este o nosso espírito que está aqui manifestado nesta norma transitória. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer o seguinte:

De facto este artigo 84º, quanto a mim, e eu não intervim para que o PSD fizesse as várias explicações que entendesse, continua a parecer-nos extremamente frágil e eu gostava de ser esclarecido sobre duas questões:

Em primeiro lugar, como é que o PSD define actividade tauromáquica? O que é isto de actividade tauromáquica?

Em segundo lugar, através das respectivas licenças, quais licenças?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(*) **Deputado António Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao artigo 84º eu acho que está claro no artigo 43º, alínea b) que define claramente que quem tem 80%, e não querendo contrariar aqui o Deputado António Ventura, do gado oriundo da própria exploração, é ganadeiro.

Quando estamos a falar dos mais pequenos, são aqueles que normalmente têm menos vacas e menos touros. Se porventura têm mais vacas ou touros adquiridos a outros, que possa, porventura, acontecer, a todo o momento, pode regularizar e ser ganadeiro dentro dessa especificidade.

Portanto, não vejo nenhuma razão para que tenhamos que ter isto no nº 3 do artigo 84º.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, obviamente que a actividade tauromáquica, para efeitos deste diploma, prende-se com a tourada à corda, não tem outra qualquer actividade, e tenha sido licenciada, ou seja, que a câmara municipal tenha passado licenças para o efeito.

Portanto, se há um registo, há um comprovativo de que houve uma autorização por parte da edilidade relativamente àquela manifestação de rua.

Em relação aos 80% da exploração, a questão obviamente é pertinente e respeitamos os 80% da exploração e assim deve ser. Cria um obstáculo de rigor, mas neste momento não há um registo que identifique aquilo que é o gado bravo e, portanto, para se identificar o gado bravo é necessário alguma avaliação sinóptica, é preciso acompanhamento dessa avaliação, é preciso acompanhar as práticas daquilo que é a actividade tauromáquica e isto resulta na inscrição dos animais no livro zootécnico.

Portanto, nós não podemos única e exclusivamente dizer que aquele indivíduo tem 80% de animais provenientes da sua exploração pode ser ganadeiro. Não, é preciso criar alguns passos e algum nível de rigor para ser ganadeiro. É nossa intenção contribuir para a qualidade da festa brava.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para dizer que percebo as preocupações que o Sr. Deputado António Ventura apresentou parecem-me pertinentes, agora não lhe dá sequência naquilo que propõe, porque continua a gerar interpretações muito dúbias e pode até, da forma como aqui está, impedir que aqueles que não puderam correr até agora, continuem sem poder correr touros de corda.

Também quero dizer que as preocupações que o Sr. Deputado António Ventura manifestou julgo que estão perfeitamente salvaguardadas com as propostas de redacção do Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(*) **Deputado António Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É só para esclarecer aqui uma coisa:

Quando o Sr. Deputado diz que não há avaliação, que não há registo, há, sim senhor, o registo existe no departamento competente na matéria a partir de 2000, onde todo o gado está registado.

Portanto, neste momento é possível saber-se, da raça brava, até aos avós maternos e paternos.

Quanto à raça, ela existe, não a nível regional, mas a nível nacional existe o livro genealógico da raça brava e há quatro ganadeiros da ilha Terceira inscritos nesse mesmo livro, que são aqueles ganadeiros que podem ir às touradas de praça.

Existe o registo e essa avaliação é feita com critérios rigorosos, com legislação para apurar a raça e ser inscrito no livro genealógico da raça brava.

Portanto, o registo existe neste momento e todo o gado é conhecido.

Era só.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dizer, em primeiro lugar, que essa norma transitória é para açambarcar todos aqueles que, e todos nós terceirenses sabemos, correm touros há mais de 12 anos, mas não estão enquadrados na distinção de ganadeiro e dá a possibilidade desses serem rapidamente ganadeiros.

Em segundo lugar, todos os outros têm vários passos a percorrer até serem ganadeiros. Tem de ser assim.

Por outro lado, a maior parte, senão todos, desses actuais que correm e têm algum reconhecimento popular, têm os seus animais inscritos e a raça está como

indeterminada e não como raça brava. É por isso que são necessários os dois anos para passar de raça indeterminada – isto é o conceito que está em vigor - a raça brava e aí, sim, depois de passarem a raça brava são também ganadeiros como todos os outros.

Esta é uma questão de rigor em tudo aquilo que se prende com a necessidade de ser ganadeiro e adaptar os que estão a correr touros e que têm esse reconhecimento popular a serem também ganadeiros o mais rapidamente possível.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(*) **Deputado António Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É só para dar uma explicação.

O registo existe e os criadores de gado bravo, aqueles que queiram ser ganadeiros, de acordo com aquilo que aqui está, podem sê-lo.

Aliás, com a aprovação deste diploma será criada uma portaria que definirá o registo zootécnico e a partir daí todo o gado que é registado, é registado como gado de raça brava e o assunto fica resolvido por aqui e não precisamos de ter mais pontos e mais alíneas.

Criando a portaria que obriga a criação de gado bravo, a partir daqui, e ela está a ser tratada e será certamente ainda publicada antes do próprio diploma, o registo zootécnico será o registo da raça brava.

Portanto, escusamos de ter mais um ponto ou mais uma alínea, porque o assunto está resolvido com o artigo 43º, alínea b) e com a portaria que define o registo zootécnico da raça brava.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também para terminar o debate da minha parte, quero dizer que nós estamos a legislar sobre um diploma com base naquilo que o diploma contém, não com base em pressupostos de situações que vão ocorrer ou acontecer.

Portanto, aquilo que o diploma contém e para torná-lo acessível a essas pessoas que têm vontade de ser ganadeiros, obviamente que esta é a norma que se aplica com mais rigor e se adapta àquilo que é a realidade da ilha Terceira.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, temos subscrita pelo Grupo Parlamentar do PS uma proposta de alteração, que vem da Comissão, para o artigo 1º, mais concretamente para a alínea b), do nº 1, do artigo 62º.

Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Para o artigo 1º há propostas de alteração aos artigos 43º, 63º e 72º.

Por aquilo que foi dito no debate na especialidade, creio que não haverá motivo para que elas não possam ser colocada à votação conjuntamente.

Assim sendo, se não houver oposição, eu colocava à votação todas as propostas apresentadas pelo Partido Socialista para o artigo 1º.

O Sr. Deputado António Ventura pede a palavra para?

Deputado António Ventura (PSD): É para solicitar que a votação seja feita em separado por alíneas.

Presidente: Muito bem.

Então vamos votar a proposta de alteração do PS para a alínea a) do artigo 43º, com a ressalva que foi feita pelo Sr. Deputado António Toste para a alínea g), que será depois resolvida com a votação seguinte.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 13 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 votos a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para a alínea b) do artigo 43º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 14 votos contra do PSD, e 2 abstenções do BE.

Presidente: Pergunto se posso pôr agora à votação as alíneas c) e f), do artigo 43º.

Parecendo não haver oposição, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, e 2 abstenções do BE.

Presidente: Se bem percebi, a alínea g) foi retirada.

Deputado António Toste (PS): Exactamente, o PS retira a proposta de alteração para a alínea g).

Presidente: Pergunto se posso votar da alínea h) à alínea m) em conjunto.

Vamos votar a proposta de alteração para as alíneas h) a m), do artigo 43º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas com 30 votos a favor do PS, 13 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, e 2 abstenções do BE.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, se me permite e para ficar registado, é apenas para recordar que na alínea j) votámos a proposta do PS sem as expressões “embulados” e “ “embulados que”.

Presidente: Fica aqui o registo e para que, ao nível de redacção final, seja levado em linha de conta.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Votada que está a proposta de alteração para o artigo 43º, vamos passar agora à proposta de alteração ao artigo 43º, apresentada pelo CDS/PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, e 2 abstenções do BE.

Presidente: Eu creio que a proposta do PSD para o artigo 43º se encontra prejudicada.

Assim sendo, vamos agora votar a proposta de alteração do Partido Socialista para o artigo 63º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o artigo 72º, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento do nº 3, ao artigo 84º, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 votos contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 15 votos a favor do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 1º do diploma, com as alterações que acabámos de lhe introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação do artigo 2º, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, e 2 abstenções do BE.

Presidente: Para os artigos 3º e 4º não existem quaisquer propostas de alteração.

Se não houver oposição da câmara vou pô-los à votação em conjunto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, queria apenas alertar, e se não estou a ver mal, que existe uma proposta de alteração para o artigo 3º, proveniente da Comissão e que foi subscrita pelo Partido Socialista, nomeadamente para a alínea g).

Presidente: Julgo que não, Sr. Deputado.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Desculpe, mas isto é muita tourada! Esta alteração é do outro diploma.

Presidente: Portanto, para os artigos 3º e 4º não existe qualquer proposta de alteração, pelo que, se não houver oposição, vou pô-los à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos agora para o nosso ponto três – **Petição nº 425/2009, apreciação e alteração dos Decretos-Leis 254/76 e 647/76, exposição e venda de**

objectos e meios de conteúdo pornográfico e obsceno, cujo primeiro subscritor é o Sr. Renato Andrade Moniz.

Para apresentar o relatório, tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa, relator da Comissão de Política Geral.

Deputado Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relatório e Parecer sobre a Petição nº 425/2009 – “Apreciação e alteração dos Decreto-Lei nº 254/76 e 647/76”.

I

Introdução

No dia 7 de Setembro de 2009, um grupo de 370 cidadãos apresentou a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma petição relativa à alteração dos Decretos-Lei nº 254/76 e 647/76 que tem como primeiro subscritor o Senhor Renato Andrade Moniz.

A mencionada petição foi enviada para a Comissão de Política Geral para apreciação e relato e emissão de parecer, cujo prazo foi prorrogado até ao dia 9 de Dezembro de 2009, por Despacho de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa.

II

Enquadramento Jurídico

O direito de Petição exerce-se no âmbito do artigo 52º da Constituição da República Portuguesa (CRP), da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e dos artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

A apreciação na Comissão exerce-se nos termos e para os efeitos do nº 4 do artigo 73º da Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro que aprovou o Estatuto Político-

Administrativo da Região Autónoma dos Açores e dos do artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Nos termos do disposto no artigo 190º do Regimento, as petições dirigidas à Assembleia Legislativa são remetidas por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa à Comissão competente em razão da matéria, à qual compete proceder à sua admissão, como decorre da interpretação conjugado do disposto nos números 2, 3 e 4 daquele artigo 190º.

III

Apreciação da Petição

A) Da admissibilidade

Recebida a petição, remetida por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa, a Comissão procedeu à verificação da satisfação dos requisitos estabelecidos no artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa, conjugado com o artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, a fim de deliberar quanto à sua admissão.

Do exame da petição, verificou-se que dos 370 peticionários, apenas 308 se encontram devidamente identificados. Os restantes ou estão repetidos ou não possuem elemento de identificação. Assim sendo, estão cumpridos os requisitos formais estabelecidos pelo artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e pelo nº 1 do artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que petição foi admitida.

B) Diligências efectuadas

A Comissão deliberou, por unanimidade, ouvir o 1º subscritor da petição.

1. Audição do Peticionário

A audição teve lugar na reunião da Comissão de Política Geral, no dia 20 de Novembro de 2009, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada, tendo comparecido o 1º Subscritor, Senhor Renato Andrade Moniz.

O Presidente da Comissão começou por explicar que a apreciação desta petição

obedece ao formalismo legal e regimental, clarificando que a Assembleia Legislativa se limita, através desta Comissão de Política Geral, a apreciar a petição formulada pelos cidadãos subscritores, nos seus exactos termos, sem que dela se possa resultar, de modo directo uma iniciativa legislativa.

O peticionário Renato Moniz começou por explicar que, depois diversas diligências efectuadas sem resposta, entendeu que deveria apresentar uma Petição à Assembleia Legislativa, tendo em vista ser autorizado a deslocar um estabelecimento de venda de artigos sujeitos ao disposto no Decreto-Lei nº 254/76, de 7 Abril e no Decreto-Lei nº 647/76, de 31 de Julho para o Centro Histórico da cidade de Ponta Delgada, atendendo a que o mesmo se localiza a menos de 300 m de um infantário.

Manifestou o seu espanto pelo facto de conseguir adquirir objectos idênticos aos que vende na sua actual loja, em estabelecimentos não licenciados ao abrigo da disciplina legal daqueles dois diplomas e situados dentro do limite de protecção de 300 metros, legalmente fixado.

Assim, entende que deve ser alterada a legislação, em ordem a que nos Açores seja reduzida a distância de 300 metros, dado existir já precedentes na legislação regional, relativamente à venda de bebidas alcoólicas.

A Deputada Piedade Lalanda Gonçalves, do Grupo Parlamentar do PS, perguntou ao peticionário se o estabelecimento que adquiriu se destinou apenas a rentabilizar o edifício ou se foi especificamente para a venda de material sujeito ao disposto no Decreto-Lei nº 254/76, de 7 Abril e no Decreto-Lei nº 647/76, de 31 de Julho. Por outro lado, questionou a razão pela qual não ponderou a realocização da venda daquele material em espaços sem restrições legais.

O Deputado José San-Bento, do mesmo Grupo Parlamentar, começou por felicitar a atitude meritória do peticionário, enfatizando a forma extremamente correcta como o assunto foi exposto e a clareza do seu objectivo, considerando que nos encontramos num estado democrático, com direitos e liberdade de expressão, havendo mesmo muita hipocrisia em relação à venda ilegal daquele material, pelo que cabe às autoridades fiscalizar tal situação ilícita. Entende que a actividade comercial em causa é de relevância, na medida em que contribui para o bem-estar e

qualidade de vida de várias pessoas e famílias.

Esclareceu que, independentemente do resultado desta petição, o assunto não ficará esquecido e que o seu Grupo Parlamentar irá reflectir aturadamente esta pretensão, numa perspectiva transversal e abrangente.

O Presidente da Comissão interveio para esclarecer que este assunto será apreciado sem preconceitos e com a mesma seriedade com que todas as matérias têm sido tratadas nesta Comissão e com a sensibilidade política de cada Grupo Parlamentar, pois trata-se de uma actividade que deve ser exercida com regras claras e legais.

O Presidente da Comissão afirmou, ainda, que a Região dispõe de competência legislativa neste domínio, como resulta da alínea h) do nº 2 do artigo 54º do EPARAA, já que se está perante uma matéria de licenciamento e de regulação de actividade comercial.

IV

Síntese das Posições dos Deputados

Os Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP relevaram o mérito da participação cívica dos peticionários e o modo claro e objectivo como suscitaram a questão, usando do direito de apresentação de uma Petição à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, solicitando que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores discuta em Plenário a possibilidade de apreciação e alteração dos Decreto-Lei nº 254/76, de 7 Abril e do Decreto-Lei nº 647/76, de 31 de Julho

V

Conclusões

A Comissão de Política Geral efectuou a audição entendida como necessária, dando seguimento aos procedimentos regimentais, tendo em vista a elaboração do presente relatório, tendo concluído:

- 1. A iniciativa legislativa ocorre ao abrigo do disposto na alínea d) do nº**

1 artigo 31º e da alínea f) do artigo 88º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPRAA), aprovado pela Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro, sendo exercida pelos Deputados ou pelo Governo Regional, respectivamente.

2. As Comissões Parlamentares não dispõem do direito de iniciativa legislativa.
3. A Região tem competência legislativa sobre a matéria objecto da petição no quadro do licenciamento e da regulação da actividade comercial, como decorre da alínea h) do nº 2 do artigo 54º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.
4. A Inspeção Regional das Actividades Económicas (IRAE), no âmbito das suas competências, deverá desenvolver as acções necessárias para o cumprimento do quadro legal em vigor quanto à matéria objecto desta petição, pelo que o presente relatório deverá ser remetido ao Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores.
5. Remeter o presente Relatório ao primeiro subscritor da Petição.

Em consequência, a Petição nº 425/2009 – “Apreciação e alteração dos Decreto-Lei nº 254/76 e 647/76” está em condições de ser agendada para debate em Plenário, nos termos e para os efeitos do disposto da alínea a), do nº 1 do artigo 192º do Regimento.

Ponta Delgada, 20 de Novembro de 2009

O Relator, *António Pedro Costa.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Pedro Gomes.*

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com esta petição pretende os seus subscritores ver alterados os Decreto-Lei números 254/1976 e 647/1976, que enquadram os estabelecimentos de venda de produtos pornográficos e obscenos, vulgarmente conhecidas por sex-shop;

De acordo com a legislação em vigor, este tipo de espaço comercial só pode ser licenciado se respeitar uma distância mínima de 300 metros, em relação a estabelecimentos de ensino, parques, jardins e locais de culto.

O peticionário ao reivindicar a alteração da lei, alerta para o facto que outros estabelecimentos, aparentemente não licenciados para a venda de produtos pornográficos, os estão a comercializar, sem estarem sujeitos à medida restritiva da distância.

Relembre-se que o legislador ao introduzir um perímetro de 300 metros, distância que se aplica ao todo nacional, quis salvaguardar os menores do acesso fácil a este tipo de estabelecimento, classificado como espaço de consumo para maiores de 18 anos.

Pelo conteúdo da audição ao primeiro peticionário, ficou claro que os produtos vendidos neste tipo de estabelecimento são de várias naturezas, incluindo estimulantes químicos, cuja venda, por ventura, carece de aconselhamento profissional, uma vez que o seu uso pode ter implicações na saúde dos consumidores.

Perante tudo isto, entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que:

Existindo um quadro legal que enquadra a localização e as condições de licenciamento das sex-shop, deverá a Inspeção das Actividades Económicas, como se conclui no relatório da Comissão, providenciar as necessárias acções de fiscalização de estabelecimentos não licenciados para a venda de produtos pornográficos.

Mais se conclui, na sequência desta petição, que a protecção dos menores, neste contexto, não deve limitar-se a uma questão de distância física, dimensão que, por si só, não constitui uma barreira, por ventura relevante há trinta anos atrás, num tempo em que a internet não era uma realidade.

Qualquer alteração em termos do licenciamento e regulação deste tipo de actividade comercial, competência que o actual Estatuto Politico Administrativo confere à Região, deveria considerar um conjunto mais alargado de parâmetros.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Moreira.

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos debatendo o tema da comercialização de produtos e meios de conteúdo pornográfico e obsceno, suscitado por uma petição submetida por um grupo de cidadãos nos termos legais aplicáveis.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP louva o interesse e a iniciativa popular ainda para mais num tema que poderá ser considerado ultrajante ao pudor dos cidadãos mais puritanos.

Passaram 34 anos desde que o Governo da República aprovou em 7 de Abril de 1976, legislação que regulamenta, entre outros, a comercialização de produtos e meios de conteúdo pornográfico e obsceno.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: Refere o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 254/76, de 7 de Abril: “Após quase meio século de mistificação do sexo e de total ausência de educação sexual, é compreensível a curiosidade que caracterizam a procura de publicações, exhibições filmicas, e em geral, de instrumentos de expressão e comunicação versando temas eróticos.

E como a liberdade que se sucede à contenção repressiva tem sempre o preço de algum excesso, em breve começou a assistir-se a exploração mercantil, não já do erótico ou do nu artístico, mas do pornográfico e obsceno.

Convictos de que o melhor antídoto contra a sedução do proibido é muitas vezes a permissão banalizante, foram os anteriores governos contempORIZANDO, sem intervir, com esse processo de desmitificação do sexo, que teve e tem aspectos positivos, pese isso a alguns espíritos mais convencionais e puritanos.

Durante séculos, foram as barreiras e os tabus erguidos em torno do sexo e dos seus problemas responsáveis por frustrações, taras e infelicidade sem conta. Nessa medida não terá deixado de desempenhar um papel socialmente terapêutico e

profiláctico a esta espécie de tratamento de choque, porventura não substituível por qualquer tentativa de cobertura educativa da fenomenologia sexual ao nível de toda a população portuguesa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: O mesmo aconteceu noutros países que nos precederam no acesso à liberdade, nos quais, a seguir a um período inicial de mórbida curiosidade se entrou numa fase de generalizado desinteresse.

O mesmo, decerto, acabará por suceder entre nós.”

Continuando a citar o referido preâmbulo: “(...) A sua edição e sua venda (*de produtos pornográficos ou obscenos*) em estabelecimentos especializados, a pessoas e por pessoas de maior idade, ou de idade qualificada, é hoje uma prática generalizada no comum dos países, defendida por psicólogos, sociólogos e pedagogos, e desempenham, de acordo com os dados da experiência e da ciência, uma função desmistificadora e desintoxicante. Ai da liberdade de expressão e pensamento, no dia em que o Estado se arvora em fiscal da criação artística e da sua procura, ainda que a pretexto de zelo moral ou de defesa dos costumes.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: (...) O regime agora proposto destina-se a ser revisto e regulamentado após os necessários estudos de opinião, que o Governo promoverá.

A experiência ditará se é ou não preciso ir mais longe. Crê-se que não. Sobretudo se, como se impõe, o fenómeno for paralelamente atacado nas suas causas, através de amplas acções de educação cívica.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabei de citar parte do preâmbulo do diploma que é a razão pela qual um grupo de açorianos peticionou esta Assembleia.

Poderíamos entrar em considerações sobre a educação cívica ou mesmo à educação afectiva-sexual no nosso sistema escolar.

Mas não nos vamos desviar do objecto da petição. O que se pretende é que nos manifestemos sobre a distância legalmente estabelecida para o funcionamento de estabelecimento de comércio de objectos ou meios de conteúdo pornográfico ou

obsceno e por isso não nos opomos a que se atenda, na medida do possível, à pretensão dos petiçãoários.

Vozes da bancada do CDS/PP: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do CDS/PP)

Presidente: Relembro que pode haver uma intervenção por cada grupo parlamentar não superior a 10 minutos.

Parecendo não haver mais inscrições, vamos passar ao ponto 4 da nossa Agenda, **Projecto de Resolução 2/2010 – Recomenda ao Governo que desenvolva as diligências necessárias junto da ANA-Aeroportos, SA e respectiva tutela para que tomem medidas no sentido da redinamização e reforço da competitividade do Aeroporto de Santa Maria**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires para apresentação do Projecto de Resolução

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A situação geográfica do nosso arquipélago desde cedo nos tornou um decisivo ponto de apoio para as viagens transatlânticas. Primeiro, por via marítima, mas depois também por via aérea.

Ganhámos, com isso, relevância, reconhecimento e experiência no acolhimento aos viajantes do Atlântico Norte. Recebemos em troca, benefícios, infra-estruturas, know-how.

É nessa actividade tradicional que se insere a actividade desenvolvida pelo aeroporto de Santa Maria.

Tendo sido uma importante base técnica ao serviço do esforço de guerra dos aliados, durante a Segunda Guerra Mundial, a sua subsequente transmissão para o Estado Português não o fez perder importância.

Pelo contrário o aeroporto de Santa Maria cresceu, desenvolveu-se, começou a oferecer novas valências e serviços que lhe permitiram ser um destacado ponto de recepção de escalas técnicas para a aeronáutica civil do Atlântico Norte.

Os tempos avançam e as características tecnológicas de muitas aeronaves que antes demandavam o nosso arquipélago permitem-lhes abdicar da escala técnica para a travessia do Atlântico. Mas nem por isso esta infra-estrutura perdeu a sua importância.

Continuou e continua a receber um número significativo de escalas, o que lhe tem permitido continuar a concentrar meios técnicos avançados e os respectivos recursos humanos, que são um pilar central da economia mariense.

Os números ainda recentes do ano de 2008 mostram-nos que ainda mais de mil aeronaves escolheram Santa Maria para efectuar a sua escala, o que correspondeu a um volume de negócios, apenas para o handling da SATA, superior a 500 mil euros. Santa Maria assume-se, assim, como a génese de um cluster aeroportuário que tem um elevado impacto na Região e uma importância decisiva para o país.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O aeroporto de Santa Maria é, desta forma, um património que interessa aos Açores e interessa a Portugal. Deve ser preservado no seu património, valorizado nas suas vantagens naturais e valias técnicas, tornado mais competitivo num mercado global.

Não é, infelizmente, o que tem sucedido a esta estrutura. Decisões de gestão têm levado ao seu progressivo empobrecimento operacional.

Acções como a demolição do antigo edifício das cargas, com a sua substituição por outro de menor capacidade e parcas condições, o encerramento de taxiways por tempo indefinido, supostamente para uma reabilitação que acaba por nunca chegar, a degradação visível dos postes de luz da placa de estacionamento, dos quais dois tombaram recentemente com o mau tempo, a deterioração evidente e inegável das vedações da zona aeroportuária. A óbvia falta de manutenção dos espaços públicos ao cuidado da ANA Aeroportos, são apenas alguns exemplos do que dizemos.

Também as políticas tarifárias têm contribuído para diminuir o poder de atracção do aeroporto de Santa Maria. Por um lado, a cobrança de taxas de reabertura ou

extensão de horário a companhias que usam simultaneamente o aeroporto, tem-nas por vezes motivado a procurarem outras paragens para as suas escalas. Também consideramos que a aplicação de tarifas aeroportuárias mais competitivas poderia contribuir para aumentar o número de escalas recebidas.

Mas o exemplo mais claro e gritante destas inábeis práticas de gestão tivemos-lo recentemente, com as erradas de opção de gestão e má de comunicação com os operadores que resultaram ter o aeroporto ter ficado sem combustível aeronáutico durante vários dias. Uma situação vergonhosa, que fez o aeroporto perder um número indeterminado de escalas e a Região perder benefícios financeiros significativos, ainda para mais num período em que o tráfego aéreo se viu substancialmente aumentado em resultado da ponte humanitária com o Haiti.

Esta dói uma situação inédita e que não se pode repetir. Incumbe à ANA Aeroportos garanti-lo. Incumbe-nos a nós, decisores políticos, em nome do Povo Açoriano, exigi-lo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como disse, a gestão do aeroporto de Santa Maria incumbe à ANA Aeroportos, SA, cuja tutela compete ao Governo da República. Não à Região. Isso é claro e inequívoco.

Agora, é nossa convicção que esta Assembleia não se pode demitir de tomar posição em relação a um assunto desta importância para os Açores, nem assistir de braços cruzados ao que se configura já como o desmantelamento paulatino da capacidade técnica deste aeroporto por parte da ANA.

Independentemente dos planos do governo da República para o futuro desta empresa e das posições políticas de cada uma das forças políticas aqui representadas em relação a eles, o que consideramos útil e necessário é que seja reafirmado o nosso vínculo a esta posição simples: defender o aeroporto de Santa Maria. Defender o interesse dos Açores.

E, para isso, queremos contar com o apoio de todas as bancadas.

Disse.

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate sobre este Projecto de Resolução.

Estão inscritos os Srs. Deputados Duarte Moreira, Mário Moniz e Pedro Gomes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao apresentar o sentido de voto do Partido Socialista a este Projecto de Resolução, permitam-me que faça aqui uma brevíssima súpula da história deste Aeroporto como enquadramento da nossa decisão de voto;

A construção do aeroporto internacional de Santa Maria, em 1944, assumiu um papel central nas ligações aéreas através do Atlântico, tendo a economia dessa ilha, ficado dependente, quase em absoluto, das actividades a ele ligadas;

Construído em 1944 por militares americanos, o primeiro aeroporto civil Açoriano, localizado em Santa Maria, tal a importância da localização estratégica no vasto oceano Atlântico, e inaugurado em Julho de 1945, serviu de ponto de escala obrigatória para o reabastecimento e comunicações com aviões que atravessavam o Atlântico nas ligações entre a Europa e a América;

No entanto, o avanço tecnológico verificado na aviação, com aeronaves de maior autonomia de voo, originou um decréscimo, a partir da década de 70, da importância deste Aeroporto, actualmente gerido pela ANA, SA;

Em 1978, o Aeroporto de Santa Maria deixou de ser gerido pela (DGAC – Direcção Geral da Aeronáutica Civil - órgão integrante do governo da república) e passou a ser gerido por uma empresa pública (ANA, E.P.), altura esta em que já tínhamos uma Autonomia consagrada em Constituição da República, Estatuto Político-administrativo e Governo Regional sufragado e formado;

Mas a diminuição da importância do Aeroporto de Santa Maria, não se deveu apenas a esse facto tecnológico. No ano de 1980, numa decisão meramente de política eleitoralista, do então governo do PSD liderado por Mota Amaral, alterou-se a política aérea dos Açores tirando a Santa Maria a Placa Giratória, que durante décadas serviu de porta de entrada e saída dos Açores, tendo-se criado, como compensação, uma zona franca, perdão, uma zona franca com o “sucesso” que todos conhecemos;

Nesta fase restou a Santa Maria e ao seu Aeroporto, virar-se para os seus serviços de controlo de tráfego aéreo, através do centro de operações de controlo de tráfego aéreo na FIR Oceânica de Santa Maria. Ocorreu então a separação dos serviços aeroportuários e navegação aérea, tendo-se formado a NAV, E.P. e a ANA, S.A., numa alteração que mais uma vez colocava em risco o serviço de controlo de tráfego aéreo, sendo que tudo estava preparado para se efectivar a transferência deste Serviço para Lisboa. Mais uma vez, como denominador comum, com as anteriores decisões que penalizaram este Aeroporto e a ilha de Santa Maria, estava um governo do PSD, agora na República;

Foi necessário que um governo do Partido Socialista, liderado por António Guterres, que em 1996 decidiu, corajosa e justamente, pela permanência do controlo oceânico em Santa Maria, e pela instalação nesta ilha do então denominado “Projecto NAV II”, com todos os efeitos positivos que daí advieram quer para a ilha quer para a afirmação da Região no Mundo;

Desde então, tem sido o Partido Socialista e os Governos por este suportados, liderados pelo presidente Carlos César, que tem vindo a garantir a defesa deste Aeroporto, e que continua a tudo fazer para que este continue a ter a importância que tem para a economia da ilha e para a afirmação da Região no panorama internacional, isto contra o que sabemos serem as grandes pressões de interesses instalados, quer nacionais quer internacionais;

Aliás o Governo Regional já assumiu, muito recentemente, em declarações públicas e pela voz do seu presidente, “o compromisso de tudo fazer para salvaguardar a competitividade do Aeroporto de Santa Maria, por via de taxas aeroportuárias atractivas e um funcionamento permanente mantendo o aeroporto apetecível para as companhias aéreas”, num quadro de privatização da empresa ANA, S.A.;

Serviu esta breve sùmula histórica para demonstrar que o partido socialista e a esta bancada, está sempre mas sempre na frente, no que à defesa deste Aeroporto diz respeito, e basta ver as inúmeras iniciativas apresentadas nesta assembleia pelo Partido Socialista ou viabilizadas com o voto do Partido Socialista, pelo que o projecto de resolução apresentado pelo PCP, no sentido desta Assembleia recomendar à tutela, designadamente ao Governo da República através do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, que efectue as diligências necessárias junto da ANA, S.A., para que dinamize este Aeroporto, é mais uma contribuição, que vem ao encontro do que sempre o PS e o Governo Regional têm vindo a fazer e a defender, junto de quem de direito, da sua efectiva manutenção, nomeadamente de todos os seus aspectos operacionais, físicos, logísticos e humanos, quer na sua competitividade, na procura de novos negócios e marketing junto das companhias aéreas que atravessam o Atlântico.

Pela parte do Partido Socialista, tudo continuará a ser efectuado na defesa do Aeroporto e de todas as suas actuais valências, como factor de desenvolvimento económico e social da ilha de Santa Maria e como afirmação dos Açores na comunidade internacional.

Pelo exposto o grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se e vota favoravelmente este mesmo projecto de resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

(*) **Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda está de acordo com este Projecto de Resolução, apresentado pelo PCP.

Para além da recomendação aqui proposta, alertamos o Governo Regional dos Açores para a necessidade da sua atenção e eventual intervenção proactiva em situações destas, para que no futuro se possa prevenir e atempadamente encontrar soluções que obstem a esvaziamentos estratégicos e económicos em qualquer ponto da Região, que ponham em perigo o bem-estar social dos cidadãos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em boa hora a Representação Parlamentar do PCP trouxe a este Parlamento este Projecto de Resolução, chamando a atenção para uma infra-estrutura aeroportuária de grande importância estratégica e na afirmação da Região no espaço nacional e internacional e em boa hora o fez na sequência, aliás, dum voto de protesto, aprovado também por unanimidade neste Parlamento, acerca da rotura de fornecimento de combustível ao Aeroporto de Santa Maria, durante o mês de Janeiro, que pôs em causa a sua operacionalidade e que levou inclusive ao facto do aeroporto não ter disponibilidade para aceitar um conjunto de escalas técnicas de aviões em rotas internacionais que regularmente se abasteciam e reabasteciam no Ilha de Santa Maria.

Eu gostava de lembrar, no contexto da discussão deste Projecto de Resolução, que acerca do Aeroporto de Santa Maria, eu direi acerca deste aeroporto dos Açores, tem havido palavras e palavras vãs.

Em Setembro de 2009, em plena campanha eleitoral para a Assembleia da República, o agora Ministro da Justiça, Dr. Alberto Martins, afirmava numa entrevista à RTP-N e passo a citar: “O Partido Socialista não vai privatizar a ANA, o Partido Socialista e o seu governo não vão privatizar a ANA”. Fim de citação.

Nas última semana de Janeiro de 2010 o Conselho de Ministros aprovou uma iniciativa legislativa que regula as bases de concessão do serviço público aeroportuário e apoio à aviação civil, no qual compreende a privatização de aeroportos na Região e nomeadamente o Aeroporto de Santa Maria.

Durante a campanha eleitoral para as últimas eleições autárquicas vimos e ouvimos o Sr. Presidente do Governo Regional em Santa Maria, nas suas funções de líder partidário, fazendo campanha, dizendo que o Governo Regional tudo faria para revalorizar o aeroporto e que a questão das escalas técnicas no aeroporto seriam uma prioridade deste Governo, garantindo que o Aeroporto de Santa Maria veria reforçadas as escalas técnicas durante os tempos seguintes.

Ora bem, o que é verdade é que palavras e só palavras e mais palavras, “*parolé, parolé*”, contradições e contradições, ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não há contradições nenhuma!

O Orador: ... o que é verdade é que neste entretanto os aeroportos que não eram para privatizar, o Governo da República afinal já quer privatizar e as escalas técnicas que eram para reforçar e para manter foram logo interrompidas em Janeiro, pelo facto de quem gere e abastece o aeroporto não ter prevenido uma circunstância de reabastecimento a tempo e horas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E a culpa é do Governo Regional!

O Orador: Perante isto é preciso lembrar que não tem sido feito tudo aquilo que devia ser feito para valorizar e revalorizar esta infra-estrutura aeroportuária de Santa Maria e as consequências estão à vista, aliás, como bem assinalou o Sr. Deputado Aníbal Pires na sua intervenção, temos infra-estruturas que estão encerradas, temos infra-estruturas que estão desqualificadas, temos acessos ao aeroporto que estão desqualificados, temos tanques de combustível que não funcionam.

Eu quero aqui lembrar que nesta estratégia de não valorização do aeroporto, neste momento o Aeroporto de Santa Maria tem um terço da sua capacidade de armazenagem de combustível inoperacional, o que afecta, em larga medida, a sua capacidade operacional e a sua dimensão de plataforma internacional nas rotas e nas escalas técnicas da aviação.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: Nós estamos preocupados com esta circunstância e tanto estamos que vamos votar favoravelmente este Projecto de Resolução, apresentado pela representação Parlamentar do Partido Comunista Português, porque o negócio – e é um negócio que está aqui em causa - das escalas técnicas é um negócio altamente competitivo, é um negócio que não admite erros e é um negócio que traz valor acrescentado para a Região, traz valor acrescentado para as empresas que fazem o *handling* no aeroporto, nomeadamente a SATA, que traz valor acrescentado para a economia de Santa Maria e que traz valor acrescentado para a economia dos Açores.

O que é verdade, Srs. Deputados, é que estamos a assistir a uma paulatina desvalorização duma infra-estrutura aeroportuária que tem um valor estratégico imenso e que qualquer região do mundo gostaria de possuir e possuindo-a, gostaria de a valorizar e de a qualificar.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Aqui, perante a inércia do Governo da República, quantas vezes o desleixo da ANA, temos também o silêncio comprometido do Governo Regional dos Açores.

Deputado João Costa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não basta durante a campanha eleitoral para a Assembleia da República colocar na rua uns cartazes bonitos, com a cara de Carlos César e o rosto de José Sócrates dizendo “Conseguimos”, porque nesta matéria da valorização do Aeroporto de Santa Maria o Governo Regional não conseguiu nada junto do Governo da República.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancada do PSD e do PPM)

O Orador: Eu gostava que, nesta matéria da valorização do Aeroporto de Santa Maria, o Governo Regional dos Açores pudesse dizer: juntos conseguimos, conseguimos melhorar a infra-estrutura aeroportuária, conseguimos ter mais

escalas técnicas, conseguimos ter um aeroporto de grande qualidade, apostar num serviço internacional a cobrar receitas e a gerar riqueza para os Açores.

Nada disto foi conseguido, porque este Governo mais uma vez, perante Lisboa, silencia e cala quando estão em causa os interesses dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(* **Deputado Pedro Medina** (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É também para, da parte do CDS/PP, saudar a iniciativa aqui trazida pelo Partido Comunista Português, mas também dizer, nesta primeira intervenção, que este projecto que o PCP aqui traz pouco acrescenta para resolver o problema em relação ao Aeroporto de Santa Maria. No entanto, é mais uma iniciativa que nós não deixamos de saudar e não será por isso que o CDS se irá pôr de parte desta iniciativa.

Assistimos também aqui, da parte da bancada do Partido Socialista, a uma resenha histórica que, se calhar, convinha mais descrever da situação desta infra-estrutura da Ilha de Santa Maria.

Da parte do PSD, pela voz do Sr. Deputado Pedro Gomes, ouvimos palavras e mais palavras como forma de actuação do Governo que nada fez para que a situação de hoje em dia não fosse bastante problemática em relação a uma estrutura bastante infraestruturante para o desenvolvimento da própria ilha, mas também conviria dizer nesta fase que a responsabilidade desse processo e a inércia é da responsabilidade do Partido Socialista e também da responsabilidade do PSD, ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Há 17 anos!

O Orador: ... porque nós temos que recuar um bocado na história e ver a Resolução nº 17/1992, de 17 de Agosto, desta Assembleia, que "... recomenda ao

Governo Regional que promova um estudo de revitalização do Aeroporto de Santa Maria”.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Há quantas legislaturas, Sr. Deputado?

O Orador: Foi nos últimos quatro anos de Governo do PSD.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: É por isso que o PSD e o PS têm grandes responsabilidades no processo.

Eu vou só ler aqui duas partes desta Resolução: “Que inicie contactos com o governo da República e a ANA e outras entidades ligadas à aviação em geral, no sentido de, em conjunto, ser estudada a forma mais adequada, em fase das actuais realidades aeronáuticas, de revitalização do Aeroporto de Santa Maria”.

Depois entra na questão do incremento das escalas técnicas, fala também na criação de condições especiais para os serviços prestados às companhias que utilizam o aeroporto e também fala da própria divulgação internacional do mesmo.

Portanto, passados os quatro anos da responsabilidade dos governos do PSD, que devia ter recomendado efectivamente ao Governo da República e junto da ANA para que o processo tivesse sido tratado duma forma diferente, e penso que o não foi, e passados os treze anos da governação socialista que, tomando conta da ocorrência, porque também votou e inclusive propôs alterações a essa Resolução, chegamos aos dias de hoje e notamos que nada foi feito em relação a este problema.

Este é um problema estrutural e não conjuntural e aquilo que o PCP nos traz aqui, e não estamos a dizer que estamos contra, vamos votar favoravelmente este Projecto de Resolução, são medidas de carácter conjuntural e aquilo que se pretende são verdadeiras medidas de carácter estrutural para que aquela infra-estrutura seja novamente dinamizada e que o progresso da própria ilha não fique condicionado nem em causa com o desmantelamento da infra-estrutura fundamental para a Ilha de Santa Maria.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(* **Deputado Duarte Moreira (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É só para um esclarecimento à Câmara e nomeadamente ao Sr. Deputado Mário Moniz.

Quando o Sr. Deputado referiu que o Projecto de Resolução recomendava ao Governo Regional, quero referir que o que diz o Projecto de Resolução é o seguinte: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias ...”.

Deputado Mário Moniz (BE): Eu não disse isso!

O Orador: Desculpe, mas referiu o Governo Regional.

Era só para fazer esta correcção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o Partido Popular Monárquico subscreve esta proposta do Partido Comunista Português, que tem aqui um êxito parlamentar assinalável em relação a esta preocupação e que é também, como já se viu, a preocupação de todas as bancadas desta Assembleia.

É evidente que nos preocupa a situação de declínio em que o Aeroporto de Santa Maria está a cair.

Evidentemente que o Governo da República e também o Governo Regional têm responsabilidades em não conseguir diminuir o impacto deste declínio e fundamentalmente o Governo Regional, que pensa usufruir de algum peso político junto do Governo da República, também tem responsabilidades óbvias nesta matéria.

Portanto, neste sentido isto é um sinal importante da Assembleia em relação a esta preocupação para uma área que é fundamental para o desenvolvimento da Ilha de Santa Maria e o que se espera é que o Governo Regional também faça mais nesta área.

Presidente: Tem a palavra Aníbal Pires para uma segunda intervenção.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não queria voltar à discussão, até porque se estabeleceu aqui claramente um consenso, mas vou apenas fazer aqui um esclarecimento em função da intervenção do Deputado Pedro Medina.

Esta iniciativa do PCP não visa a resolução do problema, agora julgo que também não lhe dá o direito de dizer que não acrescenta nada e se me permite, Sr. Deputado, com todo o respeito que tenho por V. Exa., eu julgo que, face ao facto de já se ter estabelecido aqui que esta recomendação vai ser aprovado por unanimidade, é esta câmara, o principal órgão da autonomia regional, que recomenda directamente ao Governo da República e aquilo que está aqui a recomendar vale alguma coisa e acrescenta alguma coisa a todo este processo.

Não é uma recomendação ao Governo Regional, não é uma recomendação do PCP, apenas com os votos de algumas forças partidárias, é um Projecto de Resolução apresentado pelo PCP, mas que vai levar o timbre desta câmara, vai levar o timbre dos representantes do povo açoriano, que recomendam ao Governo da República que preste atenção àquela infra-estrutura.

Julgo que ficamos todos vinculados a esta posição. Por tudo aquilo que dissemos aqui sobre a importância daquela infra-estrutura aeroportuária, desde logo, para Santa Maria, mas para a Região, no seu conjunto, ficamos todos vinculados a isto.

Portanto, é este sinal político que pode acrescentar alguma coisa e que o PCP não quer para si. O PCP construiu este Projecto de Resolução e a intervenção que teve sobre ele foi exactamente para que se procurasse aqui um consenso. Aliás, não procurei contra-argumentar aquilo que foi dito, quer pelo Partido Socialista, quer pelo Partido Social Democrata, que eventualmente até podia ter entrado nessa discussão, mas não o fiz, porque aquilo que se pretende com esta iniciativa é que os representantes do povo dos Açores possam dizer ao Governo da República, que tem responsabilidades sobre isto, que nós não estamos contentes com aquilo que está a acontecer àquela infra-estrutura aeroportuária.

É isto, Sr. Deputado, que o Projecto de Resolução acrescenta.

O Grupo parlamentar do CDS/PP vai certamente aprovar este Projecto de Resolução, como já disse, agora não vejo qual é a vantagem em estar a procurar diminuir esta iniciativa do PCP, que tem este mérito e o senhor, por muito que queira, não lho pode tirar.

Tem o mérito de conseguir aqui um consenso relativamente a um problema que é de Santa Maria, mas que é dos Açores e ao qual nós vamos ficar todos vinculados, nós os representantes dos marienses, mas também os representantes do povo açoriano.

Portanto, Sr. Deputado, não diminua a iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não estava para intervir mais nenhuma vez neste debate atendendo ao consenso já gerado sobre esta matéria, mas não posso deixar de dar uma resposta ao Sr. Deputado Pedro Medina.

Sr. Deputado, eu pensava que V. Exa. era um deputado do presente, mas vejo-o enredado num passado longínquo, ...

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Não existe presente nem passado.

O Orador: ... procurando há 18 anos uma eventual explicação para uma resolução que hoje aqui discutimos.

O que é verdade, Sr. Deputado Pedro Medina, é que este Parlamento aprovou em 1992 a Resolução que V. Exa. citou, mas o que é verdade é que a governação do Partido Social Democrata terminou em 96 e depois disto já temos 14 anos de governação do Partido Socialista. Já foi há 18 anos, Sr. Deputado, e o que hoje estamos a julgar não é o passado do PSD, estamos a julgar é o presente deste governo socialista e a actuação presente do Governo da República e duma empresa pública tutelada pelos governos socialistas da República Portuguesa. Essa é que é a discussão.

O Sr. Deputado foi buscar ao passado uma Resolução de 92, mas podia ter ido buscar outras resoluções que já foram tomadas por este Parlamento, ter ido buscar outras votações tomadas por este parlamento para contribuir positivamente para este debate, porque neste debate, Sr. Deputado Pedro Medina, trata-se de afirmar politicamente uma posição junto do Governo da República e junto do Governo Regional, com um sentido político que uma resolução tem, afirmando uma posição conjunta deste Parlamento em defesa dos interesses dos Açores e do povo açoriano.

V. Exa. diz que esta resolução não traz nada de novo, aliás, nas suas palavras começa a ser um assunto recorrente: hoje é sobre a resolução que a Representação Parlamentar do PCP aqui apresenta e na segunda-feira passada na Comissão de Economia foi sobre uma alteração do PSD sobre o IRS relativo às autarquias locais. O seu argumento é sempre este: “Não acrescenta nada”. Então, Sr. Deputado, eu direi: mexa-se ...

Deputado Domingos Cunha (PS): Pela sua saúde, Sr. Deputado!

O Orador: ... e traga qualquer coisa que acrescente algo mais aos debates que estamos a realizar e ao debate político que estamos a fazer.

Nós estamos aqui a contribuir com um debate parlamentar consensual, no sentido de afirmarmos uma posição política perante a República quanto a uma matéria que é do interesse de Santa Maria, mas é, sobretudo, de interesse regional e de interesse dos açorianos.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Também para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar por responder ao Sr. Deputado Pedro Gomes pelas declarações finais que fez, desenquadradas até do contexto do debate, ao ir buscar uma questão que debatemos na Comissão de Economia.

Eu não disse que aquilo que o PSD estava a propor na Comissão de Economia não acrescentava nada, o que eu disse foi que havia ali duas alterações. A primeira efectivamente não acrescentava nada e não tinha efeitos práticos e que a segunda poderia ter efeitos práticos. Foi isto que eu disse na Comissão de Economia e, portanto, não venha dizer que é recorrente da minha parte em não apresentar nada de novo, porque isso não é verdade. Critiquei um documento que, do meu ponto de vista, estando aquilo lá e não estando o efeito é o mesmo, o efeito é zero.

Portanto, foi desse ponto de vista e o senhor sabe muito bem que foi isso que foi discutido em Comissão e foi essa a minha defesa e a defesa do CDS.

Estamos completamente conversados em relação a essa matéria e nós, Grupo Parlamentar do CDS, não temos problemas nenhuns em aprovar boas ideias que acrescentem mais valia, seja projectos de resolução, seja outra qualquer legislação que seja produzida, mas sempre no sentido de que elas possam produzir efeito e aquela que referi na Comissão não vai produzir efeito nenhum.

Em relação à desvalorização do Projecto de Resolução do Partido Comunista Português, Sr. Deputado Aníbal Pires o CDS não desvaloriza o seu Projecto de Resolução e eu expliquei por que é que não o desvaloriza e eu não utilizei o termo “nada”, eu disse foi que pouco acrescentava.

Há aqui uma questão fundamental, aquilo que se está a propor aqui é um combate a medidas de foro conjuntural e o que nós pretendemos são medidas estruturais, porque a questão do Aeroporto de Santa Maria não se vai resolver só com a questão das taxas aeroportuárias...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é só isso que é dito!

O Orador: Está bem, mas é a grande parte do significado daquilo que tem a ver com isto. Não tem a ver com o preâmbulo, tem a ver depois com a resolução em si e, portanto, nós CDS estamos completamente à vontade.

Quando as pessoas acusam que o CDS e o Deputado Pedro Medina não fazem nada nesta casa, eu penso que não, agora contribui para alertar para muitas situações e esta nomeadamente é uma situação em que vamos aprovar aqui um Projecto de Resolução que depois na prática qual é o efeito que vai ter? É isso que nós temos que ver.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Então vote contra.

O Orador: Não é votar contra, o que o CDS está a alertar é que este Projecto de Resolução é para ser aprovado, mas é para ir para a frente, porque se não vamos correr a mesma situação que nós corremos em 92 em que nós votamos aqui uma resolução bastante importante e depois não teve aplicação prática, porque não se fez as diligências correctas perante a República e perante a empresa ANA. É esse alerta que o CDS quer deixar aqui.

Vamos aprovar esta iniciativa, mas que essa iniciativa, de uma vez por todas, consiga chegar a bom porto.

Portanto, desse ponto de vista não vejo que a questão possa ser vista como se o deputado Pedro Medina estivesse aqui a pôr abaixo diplomas, agora o que eu acho e continuo a dizer, e o futuro vai dar-nos razão, é que o Projecto de Resolução tem a bondade que tem e o CDS, desse ponto de vista, não criticou a bondade do Projecto de Resolução. Em relação à eficácia dele até agora não ouvimos da parte do Governo ninguém responder. O Partido Socialista e o Partido Social Democrata também não responderam em relação a esta matéria, porque esta matéria já foi discutida neste Parlamento, esta matéria já devia ter sido levada ao Governo da República e à empresa ANA e até hoje, pelos vistos, ainda não foi.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Medina, vai perdoar-me com certeza, mas agora foi pior a emenda que o soneto. O senhor agora não desvalorizou a iniciativa do PCP, o senhor agora desvalorizou a importância política que tem esta câmara. Foi aquilo que o senhor acabou de fazer ao dizer que isto não tem nenhuma eficácia. O senhor, lamentavelmente, acabou de desvalorizar a importância que esta câmara tem.

Repare, Sr. Deputado, é esta câmara que vai dizer ao Governo da República, os representantes do povo açoriano que vão dizer ao Governo da República que tome atenção àquilo que se está a passar naquela infra-estrutura aeroportuária.

Pelo amor de Deus, Sr. Deputado, o senhor meça as sua palavras e tenha respeito por esta câmara e tenha respeito pelo povo que o elegeu.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(* **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efectivamente a palavra do Sr. Deputado Aníbal Pires é useira e veseira em relação aos ataques, quando pretende atingir as pessoas de uma forma que não apresenta argumentos para contradizer aquilo que foi dito, nomeadamente pela minha pessoa. O senhor principalmente gosta muito de fazer o show televisivo, como nós costumamos dizer, e é desse ponto de vista que eu interpreto a sua actuação e não pode ser doutro ponto de vista, porque ninguém falou em desrespeito, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está a falar para o lado errado, Sr. Deputado!

O Orador: ... aquilo que o CDS disse e volta a afirmar, e é um alerta muito importante, é que um Projecto de Resolução com este conteúdo tem que ser levado até às últimas consequências, tem que haver resultados desta actuação. Não houve resultados em 92 e então esta câmara em 92 não foi desrespeitada? O senhor acha que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores não foi desrespeitada em 92?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas hoje é o senhor que está desrespeitar, está a desvalorizá-la. Lamentavelmente é isso que está a fazer.

O Orador: Eu estou a alertar é que não pode voltar a ser desrespeitada, que é uma coisa completamente diferente e o senhor sabe bem disso.

Peço desculpa, Sr. Presidente, mas o Sr. Deputado Aníbal Pires, sem qualquer outro tipo de argumentos para contradizer as minhas palavras, entra num campo que efectivamente eu não vou sequer rebater.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(* **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi afirmado aqui nesta câmara pela bancada do CDS algo que não é verdade, os marienses sabem que não é verdade e têm-no demonstrado nas eleições ao longo

dos tempos. Se há partido que tem ao longo dos anos defendido o aeroporto de Santa Maria, tem feito o possível para ele se manter aberto é o Partido Socialista.

Não vou hoje aqui fazer um tratado ou uma comunicação sobre aquilo que tem sido a história, a vida e as iniciativas do Aeroporto de Santa Maria e a actividade e o cuidado que o Governo Regional tem posto nesta questão, obviamente que terei oportunidade para o fazer, é só para corrigir aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Pedro Medina relativamente a esta matéria.

Se há partido que ao longo dos anos tem defendido e trabalhado em prol do Aeroporto de Santa Maria tem sido o PS.

Sabemos que não é uma área fácil, que há outros interesses instalados, mas é isso que fazemos e que iremos continuar a fazer.

Obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta será a minha última intervenção, mas quero dizer que a questão aqui é muito clara:

Aquilo que nós estamos aqui a fazer não é o que estruturalmente se vai fazer relativamente à questão do Aeroporto de Santa Maria. Há-de haver o momento próprio para isso, mas não é este o momento.

Se o Sr. Deputado quiser saber qual é a minha opinião, qual é a opinião da Representação Parlamentar do PCP sobre aquilo que deve ser feito, eu até lha posso fornecer, mas julgo que não é isso que nós estamos a discutir, o que nós estamos a discutir é uma outra coisa, é da importância daquela infra-estrutura, do abandono a que a mesma tem sido votada pela ANA, SA e aquilo que estamos a fazer é, em nome do povo açoriano, recomendar ao Governo da República que junto da ANA tome as medidas necessárias para que aquele aeroporto possa ter a devida e a merecida atenção. É isso que estamos aqui a fazer e não estamos a discutir o que é que deve e tem de ser feito. É apenas isso.

Aquilo que o senhor fez, para além de desvalorizar e minorizar o projecto do PCP foi mais longe e desvalorizou esta câmara e julgo que a partir do momento em que

nós façamos a votação e que, como já se percebeu, ela vai ser aprovada unanimemente, todos nós, o PCP, o BE, o PSD, o CDS, o PS, o PPM e o Governo certamente, ficamos vinculados a esta posição e todos nós devemos ficar vigilantes relativamente a esta questão, ficará a Representação Parlamentar do PCP, que foi, por acaso, o autor da proposta, mas ficaremos todos, porque todos vamos votá-la e ela passará a ser uma proposta do povo açoriano, dos representantes do povo açoriano.

É isto que nós temos de fazer e sinceramente não percebi o Sr. Deputado.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Não lhe posso explicar melhor. Já fiz a minha exposição, se não a quer entender ...!

O Orador: Julgo que o Sr. Deputado hoje escolheu a forma errada de abordar esta questão.

Portanto, aquilo que nós temos que fazer, pelo menos da parte do PCP, relativamente a esta questão, como em relação a todas as outras, é estarmos atentos e vigilantes e exigir que as nossas decisões sejam levadas a bom termo e que aquilo que nós aqui decidirmos seja efectivamente cumprido, mas da forma consensual como ela vai ser aprovada, essa responsabilidade não é do proponente, é de todos nós que a vamos aprovar e também do senhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não há mais inscrições.

Assim sendo eu vou colocar à votação na generalidade este Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O Projecto de Resolução foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos à especialidade. Há uma proposta de alteração, apresentada pelo proponente do Projecto, que altera o título e elimina do parágrafo oitavo a “expressão por motivos” e também altera o ponto único da deliberação.

Se não houver oposição da Câmara eu coloco esta proposta de alteração como única à votação

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o ponto 1, com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O ponto 1 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos proceder agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O Projecto de resolução foi aprovado, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 30 minutos e regressamos às 18 horas e 45 minutos.

(Eram 18 horas e 15 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradece que reocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 50 minutos)

(Neste momento o Sr. Deputado Cláudio Lopes retomou o seu lugar na mesa)

Passamos ao ponto seguinte da nossa agenda – **Proposta de Decreto Legislativo Regional 2/2010, segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 19/2007/A, de 23 de Julho, que aprova o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER).**

Para apresentar o diploma, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo propõe a esta câmara uma alteração relativa à legislação que enquadra o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional, pretendendo com isso adequar essa legislação àquilo que têm sido algumas diferenças de entendimento por parte de instituições comunitárias e nacionais que também têm a seu cargo a gestão dos fundos comunitários e que por essa via acabam por, de certa forma, consagrar um entendimento que permite outra maleabilidade por parte dos empresários quanto à utilização desse sistema de incentivos.

As alterações prendem-se com aspectos que derivam apenas deste facto, ou seja, com matérias que têm a ver com um entendimento diferente, alguns desses aspectos foram falados há um ano atrás, aproximadamente, quando nós tivemos aqui a discutir a primeira alteração ao nível do SIDER.

Nessa altura, com os dados objectivos que existiam, algumas dessas soluções não eram possíveis no entendimento do Governo Regional e, portanto, alterado este quadro de referência, é também possível alterar esta nossa situação, nomeadamente a níveis que dizem respeito, por um lado, à questão da autonomia financeira e, por outro, à questão dos capitais próprios.

O primeiro aspecto que o Governo salientaria nesta matéria é que esta alteração é feita no momento em que nós temos os dados objectivos em que é possível legalmente fazer essa alteração.

Um segundo aspecto que o Governo gostaria de salientar tem a ver com o facto de, no âmbito dos trabalhos preparatórios deste projecto, terem surgido algumas propostas que visavam uma alteração substantiva do sistema de incentivos, nomeadamente algumas propostas que foram apresentadas pela Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e que, ao invés desta alteração do ponto de vista das regras ou do procedimento do diploma, visavam uma alteração mais substantiva incluindo actividades económicas nas possibilidades de apoio que actualmente não estão incluídas, alterando taxas de comparticipação, alterando prazos, enfim, uma alteração mais substantiva relativa às próprias orientações estratégicas do diploma.

A posição do Governo sobre esta matéria é a de neste momento considerar que aquilo que nós devemos fazer é apenas essas questões procedimentais e não as questões substantivas.

Conforme é público e já foi anunciado, o Governo prevê, no segundo semestre deste ano de 2010, fazer uma avaliação intercalar dos sistemas de incentivos, no sentido de aferir o cumprimento daquelas que são as suas orientações estratégicas e os seus objectivos em face daquele que é o cumprimento e a utilização que lhes tem sido dado.

Conforme já foi referido aqui, o sistema de incentivos tem uma componente fortemente estrutural, ou seja, nós não podemos orientar um instrumento deste tipo em função daquilo que é uma situação conjuntural e, portanto, o que nós temos que fazer fundamentalmente é, do ponto de vista de orientação estratégica, ter uma visão mais a médio e longo prazo, não sendo por isso a situação que se vive agora ao nível dos mercados e ao nível da situação financeira internacional, daquele que deve ser o elemento determinante para alterações substantivas ao sistema de incentivos.

Um aspecto que também releva para esta matéria, e o Governo teve a oportunidade de elucidar a Comissão de Economia, tem a ver com o factor tempo nesta questão da avaliação intercalar e nós estamos perfeitamente conscientes disso.

Esta foi uma posição já transmitida à Câmara de Comércio e indústria dos Açores, posição também transmitida no âmbito da Comissão de Economia e fundamentalmente o que o Governo pretende significar com isso é que nós estaremos no segundo semestre de 2010 aproximadamente a meio do período de funcionamento desse Sistema de Incentivos e do Quadro Comunitário de Apoio que lhe subjaz, e temos a consciência do factor tempo, porque naturalmente que as conclusões dessa avaliação intercalar e os efeitos práticos que essa avaliação deve produzir, terão que ter o efeito útil, ou seja, deverão ser concretizados e consolidados, se isso for necessário, em termos de alterações legislativas, a tempo de produzirem efeito durante este Quadro Comunitário e, portanto, terão que estar em vigor o mais rapidamente possível, em finais de 2010 ou início de 2011, ficando ainda assim o restante período de tempo com as novas regras.

Estas questões e sobretudo esta atenção que nós consideramos relevante e que enformam um pouco aquelas que foram as opções de alteração por parte do Governo Regional é um aspecto que gostaríamos de salientar nesta apresentação do diploma e do ponto de vista de apresentação na generalidade, são fundamentalmente estes os aspectos que gostaria de salientar.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate na generalidade.

Estão inscritos os Srs. Deputados Jorge Macedo, Catarina Furtado, Pedro Medina e Mário Moniz.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(* **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho graça à intervenção de apresentação do diploma feita pelo Secretário Regional de Economia, uma intervenção que eu diria que é mansa, mansa, mansa e que talvez não tenha dado por isso, mas acabou de desmentir o teatrinho que o Sr. Presidente do Governo fez ontem nesta Assembleia.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Quando o Sr. Secretário Regional da Economia passa como “gato por vinha vindimada” do cerne da questão que está aqui em debate, não diz mais do que ontem o meu Presidente disse que o Partido Social Democrata não apresentava propostas, era um partido que não tinha iniciativa e hoje, com a sua intervenção mansa, mansinha, quis fazer passar uma coisa que o Partido Social Democrata tem que lhe relembrar que hoje aqui nesta Assembleia estamos a discutir propostas que o PSD apresentou há um ano atrás...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... e refiro-me às propostas sobre a autonomia financeira e sobre os capitais próprios.

Na altura V. Exas. disseram que o papão da União Europeia, porque quando as coisas não convêm é bom colocar os problemas a três mil e quinhentos quilómetros de distância, não vai permitir que nós possamos alterar os rácios de autonomia financeira e dos capitais próprios.

Passado um ano, V. Exa. com o seu à vontade parlamentar e com a sua habilidade para fazer passar uma mensagem que não corresponde à realidade, quer fazer crer aos açorianos que as propostas que o PSD apresentou neste casa, faz agora um ano, estão a ser copiadas por V. Exas. e, entretanto, perdeu-se um ano, eu diria mesmo que o Governo Regional parece aquele jogador já em fim de carreira, gordinho, anafadinho, mas que não consegue ganhar o ressalto, porque chega sempre tarde à bola. V. Exas. chegaram tarde à bola, chegaram com um ano de atraso.

Deputados Rui Ramos e Clélio Meneses: *Muito bem!*

O Orador: Sr. Secretário, eu gostaria de fazer referência e reforçar que V. Exas. há um ano, chumbaram as propostas do PSD e passado um ano, as propostas são minhas, a bola é minha, eu vou jogar, copiando aquilo que o PSD fez há um ano atrás.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Gostaria de passar agora, no âmbito das propostas de alteração, à proposta de alteração que o PSD apresenta na especialidade.

Copiar as propostas que o PSD fez há um ano atrás e que V. Exas. não aprovaram, pode ser que agora passe, ou então estejamos daqui a um ano a votar as propostas que hoje estamos a fazer e que já foram apresentadas há um ano atrás, chumbadas por V. Exas., ou seja, há um ano atrás os senhores chumbaram tudo, agora trazem a esta casa 50% das nossas propostas e nós repetimos os outros 50%. Pode ser que V. Exas. agora estejam mais sensíveis à realidade.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Gostaria ainda de dizer o seguinte: vamos repetir as propostas que fizemos há um ano atrás, das quais 50% foram agora plageadas pelo Governo com um ano de atraso.

Gostaríamos também de evidenciar e de reforçar a necessidade, face à situação conjuntural, muito complicada e muito grave porque passam as dos incentivos que são reembolsáveis.

Também é um sinal importante podermos passar aos empresários e aos açorianos, porque não basta discursos, não basta o Presidente do Governo e o Secretário Regional da Economia dizerem: é preciso que os empresários invistam, é preciso

que nós possamos inovar, é preciso que nós possamos aumentar a competitividade das nossas empresas, mas são apenas palavras. É preciso passar das palavras aos actos.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Por isso mesmo o PSD, também no âmbito das suas propostas, pretende que as taxas de incentivo sejam, em função da situação conjuntural que vivemos, aumentadas todas elas em mais 5%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São propostas que vão directamente ao encontro dos anseios e dos desejos do nosso tecido empresarial.

Diria mais:

Vão ao encontro das vossas palavras, só que V. Exas. dizem: nós não queremos fazer uma alteração substantiva e quando eu ouço isto só me vem uma palavra à cabeça: nós vamos mudar isto devagarinho, porque devagarinho a gente não chega lá.

O que nós e os açorianos sentimos é que com apenas alterações minúsculas, sem alterações substantivas que vão de encontro às vossas palavras e aos anseios daquilo que são os desejos e as necessidades dos nossos empresários, nós não saímos da “cepa torta”.

Repito, só para resumir, as propostas de alteração que o PSD apresenta nesta casa: copiar os 50% das propostas apresentadas há um ano atrás, plageadas em 50% agora apenas pelo Governo Regional, aumentar o período de carência para os subsídios reembolsáveis em mais dois – neste momento são 10 e propomos que seja 2 anos – e aumentar em 5% todas as propostas de incentivo que são devidas aos projectos de investimento aprovados no âmbito do SIDER.

Muito obrigado.

Deputados Clélio Meneses e Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de passar a algum tipo de análise do que já disse o Sr. Deputado Jorge Macedo, ia primeiro começar por referir que, como muito bem explicou o Sr. Secretário Regional da Economia, estes acertos, essas alterações que são procedimentais e não substantivas, e já lá vamos ao substantivo, apesar de procedimentais, não deixam de ter de grande impacto em termos do seu reflexo e a sua actuação no que será uma dinâmica da nossa economia, ...

Deputado Rui Ramos (PSD): Há um ano não era!

A Oradora: Sr. Deputado, eu estive calada até agora, nem apartes eu disse, Srs. Deputados do PSD. Eu agradecia alguma gentileza.

Eu estava a dizer que estas alterações procedimentais vão ser, de facto, de grande alcance e são agora possíveis, porque agora é que é ocasião de as fazer.

Aliás, uma coisa que nós já nos habituamos a ver no PSD, e o Sr. Deputado Jorge Macedo é useiro e veseiro, é que sabem sempre antes do tempo, sempre antes do tempo certo já sabiam. Tem sido sempre assim e o caso mais flagrante foram os contratos do Atlântida e do Anticiclone.

De facto os senhores já sabiam e tinham rescindido antes. Os senhores adiantam e então fazem antes.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Temos razão antes do tempo!

A Oradora: Vamos trabalhar sempre no quadro dos cenários, das visões nocturnas que os senhores têm e não esperamos pelo quadro certo, pelo quadro legislativo correcto para termos as razões.

Isto para dizer que algumas das alterações que o senhor fala e que anteviu, de facto não se verificam.

Mais do que isso: o Sr. Deputado Jorge Macedo vem aqui dizer que o Governo copiou o que o senhor já tinha previsto, mas o senhor previu anteriormente uma autonomia financeira apenas para baixar para os 20%. Então por que é que já não tinha previsto baixá-la para os 15%, como agora é proposta do Governo? Então o senhor não previu assim tão bem, previu mais ou menos. Assim fazemos nós todos. Estamos a falar que o senhor fez umas previsões, mas afinal as previsões também estavam em terrenos mais ou menos mortos.

Sr. Deputado Jorge Macedo, é fácil vir falar dos períodos de carência e que o senhor diz que aumenta dois anos, mas é bom esclarecer que, se calhar, o senhor não está muito habituado a esta terminologia dos períodos de carência, porque o senhor não está mexendo nos períodos de carência, os períodos de carência continuam a ser de três anos. Assim sendo, é muito bom e é sério que nós deixemos claro que o senhor não está mexendo nos períodos de carência.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Reembolso!

A Oradora: Então seja claro, seja rigoroso na linguagem que utiliza. O senhor tem que ser rigoroso que é para não enganar quem está lá fora, porque os empresários sabem a diferença entre os períodos de carência e o período de reembolso e o que o senhor está a propor é uma diferença no período de reembolso e não no período de carência.

O que os senhores querem agora é mexer nos volumes de percentagens dos incentivos, mas mexer nos volumes de fundo, não é agora,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é altura própria!

A Oradora: Não, não é altura própria.

Como o Sr. Secretário disse e muito bem, estes, sim, de grande profundidade e de filosofia de todo o sistema de incentivos, não podem ser ao sabor da conjuntura, não podem ser ao sabor da crise económica, porque tem de ser de uma forma estratégica e planeada.

O que agora se vem propor, e de acordo com o que já nos é possível fazer, é dar, apesar de procedimental, grande acesso e fazer com que sejam incentivos apetecíveis para os empresários concorrerem.

Quando se baixa a autonomia financeira, não para ao 20% como o senhor e a sua bancada tinham previsto, mas sim para 15%, estamos aqui a dar um grande sinal às empresas, porque sabemos agora que contam muito os activos que têm com as dívidas a clientes no quadro da actual conjuntura. Isso vem proporcionar que possam de facto aceder aos 15, não aos 20%, porque, se calhar, não tinham previsto assim tão bem a crise.

Portanto, não querendo ainda pronunciar-me no que será a especialidade, Sr. Presidente, eu deixaria só nota de que as alterações procedimentais são, de facto,

muito importantes para quem no terreno está ansioso e com grandes dificuldades no aceder ao sistema e tem aqui uma nota de grande incentivo a esta dinâmica que se pretende com este sistema salvaguardar que todas as outras alterações que o Sr. Deputado frisou, nós trataremos depois. Quero deixar claro que aquilo são procedimentos bastante importantes.

Obrigada.

Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(* **Deputado Pedro Medina (CDS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS teve a oportunidade de ouvir atentamente o Sr. Secretário Regional da Economia, quando teve presente em audição na Comissão de Economia, em relação à apresentação das alterações ao diploma aqui em discussão, nomeadamente ao SIDER, e logo aí tivemos a percepção da pouca abertura da parte do Governo regional para que se procedesse a alterações mais profundas do próprio diploma.

Da parte do CDS, e analisando as alterações propostas pelo Governo, achamos que elas são positivas, porque num momento de dificuldade em que as empresas atravessam na nossa comunidade, baixar a autonomia financeira do 25% para os 15%, como está aqui dito, o indicador de autonomia financeira e na questão dos capitais próprios do projecto para um mínimo de 20%, baixando também essa percentagem, é claro que permite às empresas aderirem também a esses incentivos.

De qualquer das formas uma das razões e dos sinais dados pelo Governo de que não iria acatar, é porque não acatou as recomendações da própria Câmara de Comércio e Indústria como bem sabem, porque elas estão bem espelhadas no relatório que foi entregue ao Governo e à própria Comissão de Economia, as quais foram acatadas pelo PSD e que foram, apresentadas aqui algumas dessas medidas à câmara aquando da intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo.

Eu gostaria só de dizer que a nossa abordagem começou só por ser sobre alguns aspectos técnicos, nomeadamente quando se fala aqui do capital, do activo incorpóreo e nós queríamos substituir, porque há aqui revogações de normas contabilísticas que já não estão em uso e por uma questão de rigor e de

atualização da legislação faria mais sentido que assim ficasse e não tem impacto nenhum ao nível dessas resoluções que estão aqui tomadas.

Achamos também que ficaria melhor se, em vez de falarmos aqui no indicador da autonomia financeira, tivéssemos posto um rácio à autonomia financeira de 0,15. É o que diz os bons princípios e a parte técnica dessas matérias.

Agora, o que nós não concordamos, e salientámos isso ao Sr. Secretário, é que deixar a alínea d) e dizer que as empresas possuem uma situação financeira equilibrada, tendo esse indicador da autonomia financeira de 15%, generalizando para todas as empresas que concorrem, sejam em PME's ou grandes empresas, – há poucas na nossa Região com certeza, mas estão todas aqui incluídas – mas estamos a falar de investimentos que podem ir dos mil aos 5 milhões de euros em vários sectores de actividade.

Portanto, deixando isto aqui, é de certa forma uma falácia, é um mau princípio de facilitismo que nós também damos às empresas e não é isso que nós queremos dar. Na altura, de uma forma informal, tinha proposto que se tirasse a questão do equilíbrio financeiro e se deixasse só o indicador de 15% ou o rácio de 0,15 que é a mesma coisa, mas por aí também viu-se logo que o Governo não estava disponível sequer para tirar uma vírgula às suas alterações e a partir daí qualquer alteração que pudesse advir desse facto penso que seria completamente rejeitada, e estou a tirar aqui uma conclusão do Grupo Parlamentar do CDS para a maioria socialista que apoia o Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

(*) **Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entendemos e apoiamos as iniciativas que o Governo preconiza para apoio à modernização e autonomia financeira das nossas empresas e entendemo-lo ainda mais neste momento em que se envidam todos os esforços que permitam a mais rápida saída da crise que atinge, de forma mais dura, quem vive apenas do seu trabalho como acontece nestas situações.

Para isso o Governo tem que dar sinais inequívocos aos trabalhadores, garantindo-lhes segurança e condições de trabalho por contrapartida da sua confiança no futuro e sinais inequívocos às empresas, garantindo-lhes apoio, mas exigindo-lhes contrapartidas económicas e sociais.

Assim sendo, também compete às empresas o esforço suplementar na sua responsabilidade social.

Não há empresas sem pessoas e são essas pessoas, os recursos humanos que garantem a sobrevivência e a mais avalia da sua actividade que necessitam ser ganhas para esta batalha.

Ainda não temos dados concretos da eficácia real do sistema de incentivos anterior, embora tenhamos a percepção que muitas empresas fecharam, despediram, deslocalizaram ou reduziram a sua actividade.

Há necessidade de sabermos se algumas e quais destas empresas receberam apoios governamentais à contratação, à sustentabilidade ou à modernização.

Na actual proposta de diploma, a par do aligeiramento burocrático e da diminuição de exigências no equilíbrio financeiro das empresas no processo de candidatura, temos que ser economicamente mais ambiciosos e socialmente mais exigentes.

Assim, é lícito pedir às empresas beneficiárias não só que se modernizem, mas também que, por essa via de modernização, se dinamizem e cumpram o desígnio para que existem, ou seja, contribuam para o bem da economia regional, criando mais valias, não só com reflexos directos na robustez da própria empresa, mas também com reflexos sociais directos e indirectos nos seus trabalhadores e nas suas famílias.

Só assim se entende o apoio financeiro à modernização e sustentabilidade das empresas. Caso contrário, se for apenas para benefício sem reflexo económico positivo na Região nem melhoramento social e económico de quem trabalha, não o façam com o dinheiro de todos nós.

Nesse sentido, apresentámos uma proposta de alteração à alínea l) do artigo 17º que visa, à partida, garantir que este sistema de incentivos contribui de forma efectiva e eficaz para a empregabilidade, a par da modernização e sustentabilidade

das empresas e estamos disponíveis para apoiar propostas que contribuam para o mesmo objectivo.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo, gostaria, em nome do Governo, de agradecer a elegância que V. Exa. trouxe a este debate e salientar alguns aspectos que me parecem importantes na sua intervenção.

(Risos do Deputado Jorge Macedo)

O Sr. Deputado riu-se, porque não percebeu. É pena.

É importante esclarecer por que razão é que estas propostas são apresentadas agora, porque a ideia que fica da intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo é que o Governo pura e simplesmente recusou propostas na altura e que agora, sem nenhuma justificação a não ser o decurso do tempo, apresenta-as novamente.

Ora, isso não corresponde à verdade e interessa esclarecer por que razão é que propostas que foram recusadas há cerca de um ano são agora apresentadas. A razão que eu tentei transmitir na minha intervenção inicial, presumo que sem sucesso, tem a ver com o facto de na altura em que essas propostas foram analisadas há cerca de um ano atrás, não havia, do ponto de vista objectivo, condições para que essas propostas fossem consideradas como conformes ao entendimento que a União Europeia tinha sobre essa matéria.

Eu recordo-me perfeitamente da discussão, recordo-me que da parte do PSD foi avançado que as informações que tinham eram que esta matéria seria alterada.

Mas nós quando estamos a legislar, salvo melhor opinião, fazemo-lo com base nos dados objectivos que existem e o facto é que há um ano atrás não era possível aprovar este tipo de propostas. Que isto fique perfeitamente claro para que se afira

daquele que foi o entendimento do Governo na altura e por que razão é que agora esse entendimento é diferente.

Para além das questões que já foram esmiuçadas e muito bem pela Sra. Deputada Catarina Furtado, gostava ainda de dizer ao Sr. Deputado Jorge Macedo, quanto à questão do entendimento que nós temos que ter quanto a um sistema de incentivos como o SIDER e acho que devemos deixar claro, o entendimento que existe quanto a um sistema de incentivos como o SIDER não é nem pode ser um sistema para acudir a uma situação conjuntural. Não é para isso que isto serve.

Não estaremos a aplicar bem os dinheiros que estão envolvidos nesse sistema de incentivos, se quisermos transformar o SIDER num mecanismo ou num instrumento de combate, de colmatação ou de atenuação de uma situação conjuntural.

O Sr. Presidente do Governo ainda esta semana referiu que o Governo prossegue nesta matéria duas agendas, uma agenda que tem a ver com aquilo que são aspectos conjunturais de luta e de combate aos efeitos nefastos duma situação conjuntural, mas que o Governo não prescinde de continuar uma agenda estratégica de desenvolvimento para os Açores e é nesta segunda agenda que se inclui claramente aquilo que é o Sistema de Incentivos SIDER.

Poderíamos, com base nisso, pensar o seguinte: bom, mas o sistema é muito tacanho, o sistema é muito restritivo, o sistema não tem taxas de comparticipação que sejam apelativas. Ora isso não é verdade. É comumente reconhecido que o SIDER é um sistema de incentivos com taxas particularmente generosas e, aliás, indirectamente o próprio PSD reconhece isso quando as alterações que faz se resumem a 5% nas taxas de comparticipação.

Obviamente que não é com 5% nas taxas de comparticipação que nós poderemos resolver um problema que tem a ver com factores conjunturais e do ponto de vista do Governo gostaria de tornar perfeitamente clara essa distinção.

O SIDER tem que ser orientado e temos que ter a serenidade de análise suficiente para orientar essas alterações para aquilo que são factores estruturantes da nossa economia, questões como a competitividade, questões como a qualidade, a

inovação que nesse sistema acabam por ser um dos aspectos fundamentais naquilo que tem a ver com a sua concretização.

Têm sido postos em prática outros meios e outros instrumentos por parte do Governo para fazer face a essa situação conjuntural.

Desse ponto de vista, gostava também de referir que, em relação à intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo, quanto aos aspectos referidos do aumento do período de carência, nós neste momento temos mecanismos para atender a essas situações e que não são mecanismos que têm a ver com uma alteração legislativa no SIDER, porque fundamentalmente aquilo que, neste momento, pesa sobre as empresas não é a questão do reembolso do SIDER.

Uma eventual alteração para o prolongamento do prazo da componente reembolsável atribuída no âmbito do SIDER, terá um efeito nulo e esse efeito qual é? O efeito nulo é que o primeiro projecto que foi aprovado no âmbito do SIDER foi em Agosto de 2008, com um período de carência de três anos, isso quer dizer que a restituição desse reembolso apenas começará a ocorrer em 2011, se não me falham as contas.

A grande preocupação que o Governo tem neste momento não é com o reembolso do SIDER, é com o reembolso de sistemas de incentivos passados, esses sim, porque as empresas neste momento têm de reembolsar esses incentivos. Essa é que é a nossa grande preocupação, porque é isso que neste momento afecta as empresas.

Nesta perspectiva há uma divergência entre aquela que é a argumentação invocada pelo PSD e o efeito útil deste reembolso.

Poderão perguntar: Está tudo muito bonito, mas o que é que o Governo está a fazer para resolver essa situação?

Muito embora não seja aquilo que estamos a discutir, posso dizer que alguns dos sistemas de incentivos em vigor já previam eles próprios a possibilidade de haver uma prorrogação no prazo do reembolso, que está a ser utilizado em alguns casos, mediante aquilo que são os pedidos que vão surgindo por parte de empresários. O Governo não tem até ao momento razões para duvidar que esses podem ser aspectos importantes na situação das empresas.

Também posso dizer que já houve uma norma no Orçamento de 2009 e há também no Decreto Legislativo Regional do Orçamento de 2010 que permite também que o Governo possa decidir o reescalonamento dessas dívidas e neste caso isso releva, porque principalmente estamos a falar é de reembolsos à Região e, portanto, no âmbito de anteriores sistemas de incentivos o assunto já está a ser tratado. É disso que estamos a falar fundamentalmente neste momento em termos do impacto que tem nas empresas e não é a questão do reembolso do SIDER.

Gostaria de salientar que esta é a forma como o Governo considera que o assunto deve ser tratado.

A Proposta do PSD é diferente, quer transformar em regra aquilo que é uma exceção.

O Governo sempre esteve e está disponível para avaliar no caso de uma empresa entender que, de acordo com a sua gestão, tem necessidade de prorrogar o prazo de reembolso.

Agora, uma coisa é dizer que isso deve acontecer nos casos em que isso se mostre justificado e necessário, – esta é a postura do Governo – outra coisa é dizer que isso deve acontecer em todas as situações de empresas que beneficiaram de incentivos.

É isto que esta proposta faz e nós não concordamos com ela, porque em primeiro lugar não tem efeito útil, no caso concreto do SIDER e em segundo lugar porque já existem mecanismos que a título excepcional contemplam esta solução.

Por último queria dizer que o Governo, conforme já foi salientado aqui, está interessado também em melhorar o sistema, mas dentro deste quadro.

Há claramente uma diferença de entendimento entre aquilo que o Governo considera essencial no âmbito do sistema de incentivos e aquilo que o PSD considera necessário, mas essa é uma diferença de entendimento, de concepção até daqueles que podem ser os mecanismos que estão em causa, que nos separará.

Parece-me que é legítima a posição do Governo, como é inteiramente legítima a discordância do PSD em relação a esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira nota para a elegância ou deselegância com que foi entendida a minha intervenção por parte do Sr. Secretário Regional da Economia, sendo certo que na minha intervenção acerca da elegância ou deselegância do jogador em fim de carreira, eu naturalmente não me referia nem pessoalmente ao Sr. Secretário Regional da Economia que está muito no início da sua carreira e, portanto, era apenas uma figura de estilo que não pretendia, de maneira nenhuma, ferir susceptibilidades.

Sr. Secretário Regional da Economia, quando se fala de incentivos generosos e apetecíveis, não concordo nem com o termo, nem com um adjectivo, nem com o outro, porque quando se trata de incentivos apetecíveis não é o Governo Regional que tem que dizer se os incentivos são ou não apetecíveis, é apenas e só o resultado dessas medidas.

O que é certo é que se perdeu um ano à espera das alterações que V. Exas. trazem agora a esta casa, sendo certo e sabido que, e nós informamo-lo em sede de Comissão de Economia, naquele momento em que o assunto estava a ser discutido, já a União Europeia estava a tratar das respectivas alterações do rácio de autonomia financeira e de capitais próprios.

Gostaria também de dizer o seguinte:

Quando o Sr. Secretário Regional da Presidência falava em bola de cristal, a bola de cristal falhou por pouco, mas não se trata de bola de cristal, trata-se de ter deputados no Parlamento Europeu que trabalham, trata-se de ter deputados e contactos no Parlamento Europeu que nos dizem as coisas, porque nós não adivinhamos. Nós perguntamos, as pessoas informam-se e transmitem-nos essa informação.

Aliás, os próprios membros da Comissão de Economia da altura lembram-se perfeitamente de nós termos dito que nessa altura a União Europeia já estava a tratar da alteração desses rácios.

Agora vamos recuar um ano atrás, e quando o Sr. Secretário Regional da Economia diz agora, que nós dissemos há um ano que era impossível a alteração dos rácios, Sr. Secretário Regional, V. Exa. não disse isso, o que disse foi em relação à proposta de alteração que foi apresentada pelo PSD para o artigo 3º, alínea d), ou seja, "... passar do indicador de autonomia financeira igual ou superior a 25% para um igual ou superior a 20%, a razão pela qual não concordamos com isso é porque vai exigir modificações à União Europeia e os indicadores que nós temos é que é difícil ser aceite pela União Europeia a diminuição desse indicador." Como é que ficamos?

Quem é que tinha razão? Era o PSD ou era o Sr. Secretário Regional da Economia e o Governo?

O PSD é que tinha razão e estamos, passado um ano, a discutir a mesma coisa que já se podia ter discutido há um ano atrás.

Deputado Rui Ramos (PSD): Com prejuízo para os açorianos!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário Regional da Economia, mais uma vez fica provado que o teatrinho que o Sr. Presidente do Governo fez ontem cai por terra e muitas mais outras propostas, de iniciativa do PSD, podiam ser aqui trazidas como exemplo, mas ficamos apenas e só por duas propostas que nós apresentamos há um ano atrás e que V. Exas. disseram que não prestavam e estão agora aqui a apresentá-los como sendo suas, sendo certo que nós não nos cansaremos de relembrar que essas propostas já foram apresentadas pelo PSD há um ano atrás.

O Sr. Secretário Regional da Economia diz que o diploma tem que ter em consideração aspectos estruturais e não conjunturais. Então por que é que V. Exas. diminuem o rácio de autonomia financeira e de capitais próprios? É por que as empresas estão pujantes? É por que as empresas têm muito dinheiro ou é por causa da conjuntura que as empresas têm agora mais dificuldade?

As vossas alterações são as nossas alterações, copiadas por V. Exas., são de natureza conjuntural e, portanto, o argumento de que é não é preciso fazer uma alteração substantiva, porque as alterações estruturais serão feitas longe também do efeito da conjuntura actual, cai também completamente por terra com este exemplo que acabei de dizer.

Relativamente ao reembolso dos incentivos reembolsáveis, nós todos bem sabemos que aumentar o número de anos para esse reembolso tem efeito imediatamente a seguir ao período de carência, porque se aumenta o número de prestações, diminui o valor de cada uma das prestações, ou seja, é também uma medida que vai de encontro às dificuldades conjunturais que as empresas têm neste momento.

Diz também V. Exa. que prevê reescalamentos nos reembolsos das empresas que provem estar em dificuldades. Mas, Sr. Secretário Regional da Economia, eu julgo que os decretos legislativos regionais têm que ser precisos e têm que ser a regra que contemple também as excepções, de modo a que V. Exas. não tenham o trabalho de depois estar a aprovar reescalamentos dos reembolsos conforme o tipo de gestão de cada uma das empresas.

Então por que não colocamos imediatamente e desde o princípio no decreto legislativo regional esta proposta de aumento dos incentivos reembolsáveis?

Julgo que são três medidas que, um pouco à semelhança daquilo que se passa com o PS nos últimos tempos, todos concordam, mas quando chega a altura de votar chumbam-na.

Deputado João Costa (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Passado um ano estamos novamente a discutir o SIDER.

Há um ano atrás o PCP deu o seu apoio a este programa, entendendo que era fundamental para, como medidas de conjuntura, fazer face aos problemas que afligem o tecido empresarial regional.

Também há um ano atrás acompanhámos, no essencial, as propostas que foram feitas pelo PSD. Passado um ano verifica-se que, afinal, este programa não resolveu, foi insuficiente, também como o dissemos há um ano atrás, e é isso que se está a verificar e, portanto, as medidas têm sido insuficientes.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional se estas alterações que agora traz aqui a esta Câmara vão, de facto, ajudar mais as empresas, se haverá mais

empresas a aderirem a estes incentivos e qual é o real impacto que o programa teve até agora e aquilo que é previsível que tenha com as alterações que o Governo Regional está a introduzir?

Aliás, para a representação Parlamentar do PCP tomar uma decisão relativamente a dar continuidade ao apoio ou não a este programa, precisamos de saber qual foi o impacto real, qual a avaliação que o Governo faz disso e qual a previsão que faz em termos dos impactos que vai causar depois da aprovação destas medidas que agora aqui propõe.

Gostaria de ouvir o Sr. Secretário regional sobre estas questões.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico evidentemente que compreende que o Governo não encontrou os parâmetros em relação ao Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento dos Açores, que a situação económica na altura já exigia.

Compreendemos que o Governo Regional venha aqui emendar a mão e melhorar o diploma e nesse sentido, uma vez que existe uma evolução positiva nessa área, nós vamos votar favoravelmente este diploma.

Mas quero ainda dizer que há algo que me causa estranheza e acho que é uma injustiça tremenda, que tem a ver com o sistema de majorações que aplicadas às diferentes ilhas e a situação da ilha do Pico, tendo em conta as suas características do ponto de vista socioeconómico, tendo em conta a sua posição também no nosso sistema político fora da tripolaridade, tendo em conta também a suas condições de acessibilidade, tendo em conta um conjunto de factores vastos, é uma ilha que não tem, nem de perto, nem de longe, as condições que têm as lhas de S. Miguel, Terceira e Faial, e que seja incluída num sistema de majorações em que fica prejudicado do ponto de vista relativo, porque está muito mais próxima das outras ilhas nesta área.

Mas, mais do que isso, é preciso ter em conta que a ilha do Pico, ao contrário de outras ilhas que têm uma menor capacidade do ponto de vista do seu tecido industrial, tem de facto condições para poder absorver estes incentivos e poder potenciar esta série de instrumentos financeiros que são colocados.

Portanto, é uma questão de justiça, uma coisa que me causa estranheza e pergunto-lhe directamente, Sr. Secretário, se acha que esta situação se justifica?

Eu não sei quantas dezenas de votos tenho na ilha do Pico, e não me podem acusar de populismo, mas trata-se apenas duma questão de justiça e duma questão de alguma incoerência em relação àquilo que é a situação que todos nós conhecemos do ponto de vista socioeconómico.

Portanto, acho que é uma oportunidade perdida, é uma injustiça que se está a cometer em relação a esta ilha.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço desculpa por não ter respondido à questão que me tinha sido colocada pelo Sr. Deputado Mário Moniz e que agora também aproveito para dar conta daquilo que é neste momento uma preocupação extensiva à generalidade das outras bancadas e que tem a ver com o ponto de situação, qual o impacto, quais os resultados que o SIDER tem produzido.

Mas antes de responder ao Sr. Deputado Mário Moniz, gostava apenas de clarificar uma vez mais aquele que é o entendimento do Governo nesta matéria e gostava de dizer ao Sr. Deputado Jorge Macedo e ao PSD o seguinte:

Em primeiro lugar, eu não contesto que esta questão da alteração quanto aos rácios da autonomia financeira e capitais próprios pudesse já estar a ser falada no âmbito da União Europeia. Nunca contestei, mas far-me-á o Sr. Deputado a justiça de reconhecer e de não contestar também que na altura em que nós decidimos e votamos nesta casa esta matéria, as regras que estavam em vigor não permitiam essa alteração e como esta câmara tem que votar é com base naquilo que existe e

que está em vigor, daí que me parece que está perfeitamente entendida a questão do tempo perdido e por que é que não foi aprovado antes e é aprovado agora, por que é que não foi proposto antes e é proposto agora.

Gostava ainda de dizer que, em relação aos resultados que o sistema tem produzido, o Governo está satisfeito com os resultados que têm sido alcançados no âmbito do SIDER.

Aquilo que é o volume de investimento privado que está envolvido e aquilo que é um conjunto de outros indicadores, para nós têm também relevância e é isso que nos leva também, Sr. Deputado Jorge Macedo, a concluir que o sistema é apelativo e atractivo. Não é porque o Governo diz que acha que é apelativo, é porque os empresários correspondem àquilo que é a possibilidade que o sistema apresenta.

Para citar apenas um exemplo, nós no ano de 2009, um ano em que já se faziam sentir os efeitos da crise económica e financeira nacional e internacional, tivemos um volume de investimento privado envolvido em projectos candidatados ao SIDER à volta de 70 milhões de euros.

Respondendo agora ao Sr. Deputado Aníbal Pires, quero dizer que o SIDER até este momento tem, como projectos candidatados, cerca de 450. O montante de investimento privado que está envolvido nessas candidaturas está próximo ou já ultrapassou os 300 milhões de euros, isso em termos de projectos aprovados, ou seja, aqueles que efectivamente têm já a luz verde para avançar.

Nós temos por exemplo o caso do desenvolvimento local que tem um investimento privado envolvido à volta de 100 milhões de euros. São 238 projectos que estão aprovados.

O caso do desenvolvimento do turismo tem para cima de 100 projectos aprovados e um montante superior a 50 milhões de euros.

O caso do desenvolvimento estratégico tem cerca de 20 projectos aprovados e um montante superior a 90 milhões de euros.

O desenvolvimento da qualidade e inovação tem cerca de 15 projectos aprovados e um montante superior a um milhão de euros.

Interessa que não nos atenhamos só nesta parte, mas que tenhamos também em conta que nestes projectos aprovados, no caso do desenvolvimento local nós temos cerca de 450 postos de trabalho criados.

No desenvolvimento do turismo nós temos nesses projectos que já foram aprovados também cerca de 450 postos de trabalho.

No caso do desenvolvimento estratégico os projectos aprovados levarão à criação de mais de 200 postos de trabalho.

No caso do desenvolvimento da qualidade e inovação, levarão à criação de mais de uma dezena de postos de trabalho.

Até este momento o Sistema de Incentivos tem, grosso modo, aprovados cerca de 4 centenas de projectos e envolve a criação de mais de 1.100 postos de trabalho, com um investimento privado aprovado que anda à volta dos 250 milhões de euros.

São estes resultados, em especial aquilo que foi a prestação deste sistema em 2009, um ano já de retracção, que nos permite concluir que o sistema é apelativo, que as taxas de comparticipação são aliciantes e, sobretudo, que ele também tem uma clara componente social.

Indo agora directamente à questão que foi referida pelo Sr. Deputado Mário Moniz, por exemplo, relativa aos postos de trabalho, é valorada a dois níveis no âmbito do sistema de incentivos, por um lado o número de postos de trabalho que um projecto candidatado ao SIDER pretende criar, é um factor e é um critério para averiguar a pontuação que esse projecto vai ter, ou seja, é um facto determinante para saber se o projecto chega ou não ao nível de pontuação que lhe permita ser susceptível de apoio.

Nessa via, há uma clara componente e uma preocupação do ponto de vista social em relação à criação de postos de trabalho, ou seja, dito de outra forma, o sistema não se limita, e já seria meritório na nossa opinião, a dar meios financeiros para as empresas se modernizarem, mas tem uma valoração muito significativa em relação ao número de postos de trabalho que cria.

Presidente: Agradecia que abreviasse, Sr. Secretário.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Quer no âmbito da legislação, quer no âmbito do contrato existem obrigações que os promotores dos investimentos candidatados ao SIDER têm que cumprir, nomeadamente na manutenção dos postos de trabalho. Obviamente que essa manutenção de postos de trabalho tem a ver, e se calhar aqui é que há uma diferença de entendimento, em relação àqueles que são os postos que têm directamente a ver com o projecto, ou seja, se eu invoco que o meu projecto vai criar 10 postos de trabalho, eu tenho que manter estes 10 postos de trabalho.

Situação diferente é em termos da empresa, porque aí há um conjunto de factores que podem relevar e que relevam efectivamente e que o próprio promotor terá necessariamente que ter as condições para ir ajuizar, mas é algo que ele está efectivamente comprometido. Se ele argumentou que criava x postos de trabalho para ter um apoio público, ele tem que manter aqueles postos de trabalho.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma segunda intervenção.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Economia, eu coloquei-lhe uma questão em relação à Ilha do Pico e devo dizer que não compreendo a situação específica da colocação da Ilha do Pico que, ao lado das Ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, não tem nenhuma das suas vantagens e passa a ter, do ponto de vista do sistema de incentivos, as suas desvantagens, na medida em que tem um montante de incentivos inferior.

A questão que eu lhe coloco é a seguinte: o que é que explica esta situação? É a dimensão da economia da ilha do Pico? Que indicadores é que o Governo tem para manter a Ilha do Pico situada junto das outras ilhas que obviamente têm um sistema de acessibilidades, têm um sistema que as favorece do ponto de vista político e têm também um sistema muito mais favorável do ponto de vista socioeconómico e a Ilha do Pico acaba por estar muito mais próxima da Ilha de S. Jorge do que a Ilha do Faial, S. Miguel ou Terceira.

É esta a questão e gostaria que me respondesse.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Secretário Regional da Economia.

(* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero clarificar também que não está em discussão, toda a gente percebe isso, qualquer alteração relativamente àquilo que será a componente de majorações em relação a algumas das ilhas.

A situação concreta da Ilha do Pico, face a outras ilhas como é o caso do Corvo, das Flores, da Graciosa, nós acreditamos que são factores de constrangimento em relação a essas ilhas, as chamadas “Ilhas da Coesão” não se verificam com o mesmo tipo de condicionalismos em relação à Ilha do Pico.

Dito de outra forma, nós acreditamos que o potencial que a Ilha do Pico tem e aquilo que são condições naturais e outras do ponto de vista de opções políticas, no caso da ilha do Pico, justifica que com as orientações que regem a atribuição e os sistemas de incentivos nas restantes ilhas, que não as chamadas “Ilhas da Coesão”, é suficientemente atractivo para o impulso e para o cumprimento dos objectivos que o sistema de incentivos pretende realizar.

São essas as razões pelas quais existe uma opção, no caso concreto da ilha do Pico. No caso do Pico é conhecido que tenham dado entrada de projectos, embora não tenha os números por ilha dos sistemas de incentivos, mas se os Srs. Deputados assim o desejarem, também se arranja, que nos permitem efectivamente dar conta que esta é uma matéria na qual a opção afigura-se-nos como correcta.

Tem havido sobretudo recursos àquilo que é o subsistema do desenvolvimento do turismo.

É isto que lhe posso dizer em relação a esta matéria, reiterando também todos os argumentos que foram aduzidos quando efectivamente este assunto esteve em discussão na Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tendo mais inscrições, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 votos a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 14 abstenções do PSD.

Eu pedia aos Srs. Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência que se aproximassem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, face à proximidade da hora regimental para o término dos nossos trabalhos, vamos ficar por aqui e continuamos amanhã de manhã pelas 10,00 horas com a Agenda da Reunião.

Muito boa noite e até amanhã.

Os trabalhos terminaram às 20,00 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Jorge Manuel de Almada Macedo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documento entrado

Projecto de Resolução

Recomenda à Assembleia da República a reapreciação da proposta de alteração da Lei Orgânica n.º 1/2007 de 19 de Fevereiro, que aprovou a Lei de Finanças das Regiões Autónomas e revogou a Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro

Considerando a importância da Lei de Finanças das Regiões Autónomas que, desde 1998, constitui o instrumento de referência, estabilidade e regulação das transferências financeiras do Estado para os Açores;

Considerando que a alteração aprovada à Lei das Finanças Regionais, no passado dia 5 de Fevereiro, na Assembleia da República, constitui um retrocesso na aplicação do critério de equidade que tinha sido introduzido, em 2007, e que reconhecia os sobrecustos da gestão pública e da economia regional nos Açores face à Madeira;

Considerando que foi, dessa forma, significativamente prejudicado o objectivo central de coesão e solidariedade proporcionais que são devidos pelo Estado às regiões em causa;

Considerando que a Assembleia da República procedeu, sem atender ao valor do diálogo e da consideração política pelas Autonomias, à votação do novo texto de substituição da iniciativa original do Parlamento da Madeira sem proceder,

previamente, como estava obrigada e a importância da matéria o justificava, a uma nova audição dos Órgãos de Governo Próprio das Regiões Autónomas;

Assim, os deputados regionais abaixo assinados, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõem que o plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a presente Resolução, na qual:

1. Recomenda à Assembleia da República a reapreciação da proposta de alteração da Lei Orgânica n.º 1/2007 de 19 de Fevereiro, que aprovou a Lei de Finanças das Regiões Autónomas e revogou a Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro, expurgando-a da sua inadequação na diferenciação dos apoios às regiões insulares, que passou a não considerar com a devida intensidade a realidade mais penalizada e carenciada do arquipélago dos Açores face ao da Madeira,
2. Apela à Assembleia da República para não negligenciar, como aconteceu no processo legislativo atrás referenciado, o escrupuloso cumprimento do direito de audição das Regiões Autónomas, constitucional, estatutária e legalmente previsto.

Os Deputados Regionais, *Helder Silva, Hernâni Jorge, Catarina Furtado, Berto Messias, Paulo Estêvão e José do Rego.*

O Redactor, *José Rodrigues da Costa.*